

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2017-2021** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM CATORZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO DOIS** -----

----- Aos catorze dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Maria Virginia Martins Laranjeira Estorninho, respetivamente Primeira Secretária, em exercício e Segunda Secretária. -----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César). -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Francisco José Nina Martins Rodrigues dos Santos, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luis Valente Pires, João Maria Correa Monteiro Macieira Condeixa, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luis Sobreda Antunes, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria Cristina da Fonseca Ataíde Castel-Branco Alarcão Júdice, Maria do Carmo do Amaral Cabral da Câmara Pereira Munoz, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa

Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patricia Carla Serrano Gonçalves, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant'Ana Godinho Moreira, Rita Maria Oliveira Calvário, Rui Pedro Costa Lopes, Rute Sofia Florência Lima de Jesus, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Margarida Afonso, Pedro Miguel Tadeu Costa, Natacha Machado Amaro, José Roque Alexandre, Ana Margarida Morais, Maycon Alexandre dos Santos e Nádia Alves Ribeiro Teixeira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins de Sousa e Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Margarida Afonso. -----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Pedro Miguel Tadeu Costa. -----

----- Ana Sofia de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Maycon Alexandre dos Santos.-----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Margarida Morais. -----

----- José Manuel Rodrigues Moreno (PS), pelo período de 6 a 22 de novembro, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre. -----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- José Inácio Faria (MPT), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nádia Teixeira.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato o Deputado Municipal Hugo Miguel Mateus Gaspar (PS), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal João Luis Valente Pires, durante o período de 365 dias, com início a 14 de novembro de 2017, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos exatos termos do respectivo pedido, e de acordo com o disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Solicitou a suspensão do mandato o Deputado Municipal José Eduardo Martins (PSD), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, durante o período de 79 dias, com o seu término a 14 de janeiro de 2018, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos exatos termos do respectivo pedido, e de acordo com o disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Miguel Gaspar, Paula Marques e Ricardo Robles -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Maria Assunção Cristas, João Gonçalves Pereira, Maria Conceição Zagalo, João Pedro Costa, Carlos Moura e Nuno Correia da Silva.-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados estamos à espera de completar o quórum. Senhoras Deputadas e Senhores Deputados já temos quórum.-----

----- Atenção aos representantes de bancada, aos líderes de bancada, atenção ao que eu vou dizer agora.-----

----- Nos termos do artigo 40º do nosso Regimento Número 2, quem quiser fazer Declaração Política tem que comunicar essa intenção à Mesa, até ao início da respetiva Sessão. Portanto eu não vou dar início à Sessão sem ter a certeza que os partidos que querem fazer a Declaração Política já me comunicaram.-----

----- Eu, neste momento, só tenho uma inscrição para Declarações Políticas, agradeço que assinalem junto da Mesa, porque senão não vos dou a palavra.-----

----- Senhores Deputados do CDS-PP vão fazer uma Declaração Política? Se vão, têm que avisar.-----

----- Eu só queria saber se os Senhores Deputados do MPT querem fazer Declaração Política? Se querem fazer, têm que se inscrever agora senão já não podem fazer. Então, Senhora Deputada Aline, ok.-----

----- Senhores Deputados, já tenho todas as inscrições para as Declarações Políticas, já podemos começar a Sessão nos termos regimentais.”-----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boas Tardes a todos e a todas. Boas tardes ao público, às pessoas que estão a assistir, aos Senhores jornalistas, aos membros da Câmara, Senhores Assessores, Senhores Deputados.-----

----- Senhores Deputados, convinha que ocupassem os vossos lugares.-----

----- Vamos dar início à Sessão.-----

----- O 1º ponto a que temos que dar início é a intervenção do público.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Temos 2 inscrições, são as 2 questões da habitação prementes e, portanto, peço a vossa atenção para ouvimos as pessoas que vêm aqui apresentar os seus problemas.----

----- Eu vou chamar em 1º lugar. O Senhor José António Espírito Santo Marim. O Senhor José António sabe que são só 3 minutos que tem para apresentar a sua comunicação, mas nós já temos alguma pesquisa sobre a sua situação, depois podemos dar alguma explicação da Mesa.-----

----- As pessoas do público que vêm falar, além de poderem falar, podem deixar documentos na Mesa, se o entenderem.-----

----- **O Município Senhor José António Espírito Santo Marim**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Senhora Presidente. Quero começar por agradecer a oportunidade de vir aqui falar.*-----

----- *Excelentíssima Senhora Presidente da AML, estimada AML.*-----

----- *Eu gostaria igualmente de agradecer a si e à Senhora Vereadora da Habitação, Paula Marques, aquilo que tem feito por mim. Mas, na verdade, tal não posso fazer pois, apesar de ter solicitado reuniões e de ter falado informalmente com Vossas Excelências, de modo a ser esclarecido acerca do que posso esperar, tal ainda não sucedeu.*-----

----- *Durante a minha intervenção, na Sessão 152, de 4 de setembro, a Senhora Presidente também me disse que, mal fosse nomeado o meu patrono, o contactariam de modo a concertar com ele o melhor modo de pressionar um bocadinho.*-----

----- *Eu estou imensamente baralhado pois ainda não me fizeram decifrar essas frases proferidas.*-----

----- *Foi-me nomeado um patrono pela Ordem dos Advogados, via a Segurança Social.*-----

----- *E no dia da Conferência de Líderes, até para aprovação dos vários autarcas desta casa com quem eu falei, abordei a Senhora Arquiteta, solicitando uma reunião, com a maior brevidade possível, para que eu fosse informado.*-----

----- *A Assembleia contactou o patrono? Já tomaram conhecimento que quem é o nomeado? Como tenciona agir?*-----

----- *Eu enviei um mail, ainda não recebi resposta e tenho a noção do hiato havido contudo, o tempo vai passando, o Natal está à porta e a minha situação será adiada novamente?*-----

----- *Conforme referi, eu moro na rua Cidade de Cardiff, pertence à Freguesia de Arroios, fronteira à Penha de França, habito ali desde que nasci e desde que me conheço e sempre suportámos ali um rol de situações anómalas.*-----

----- *Ali estou no centro da cidade naquele que eu considero e reconheço o verdadeiro centro, onde estão as minhas referências, as minhas raízes, onde estão os*

lugares com gente dentro de que eu necessito como do pão para a boca de modo a poder reerguer a minha vida. -----

----- Tentei, tento, e posso comprová-lo, criar uma próprio emprego, mas caí numa situação de fim de linha. Se suceder alguma desgraça ao prédio onde vivo, devido à insegurança na porta da rua e a outras lá dentro do prédio, isso será mais um bónus gentilmente concedido à imobiliária que adquiriu um imóvel. -----

----- Estou a ser alvo, indubitavelmente, das benesses concedidas por quem arregaçou as mangas, por quem concebeu e aprovou um NRAU, que está a fazer aquilo que nem Salazar deixou Duarte Pacheco Pereira fazer, expulsar os desvalidos do centro da nossa Senhora Lisboa, ou mesmo para fora da nossa Lisboa. -----

----- Senhora Presidente, estimados Autarcas de todas as bancadas aqui presentes, gostava de saber, preto no branco, o que opinam acerca da minha situação e o que pretendem fazer. -----

----- Não peço a Vossa Excelência Senhora Presidente e Senhores Autarcas que contestem o NRAU, que está na altura da CML assumir o direito de preferência, de posse administrativa quando estas situações acontecem. -----

----- No meu caso, portanto, o direito de preferência não foi assumido. Tomarem posse administrativa do meu prédio. -----

----- Não é chegada a altura de dar oportunidade a quem, como eu, tem ideias para a cidade, facilitando de forma regrada e o mais célere possível o acesso ao Remix Bip zip e a criação de outras soluções, como forma de atenuar a especulação imobiliária desordenada e a vaga invasora dos hostels e afins.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos lá ver. Há aqui várias questões. O Senhor José António já cá esteve em 5 de setembro, na sequência da sua vinda cá, eu mandei oficiar à Câmara para a Câmara me dar a explicação do que é que se passava com o seu pedido de habitação Municipal. Tenho aqui já a resposta, que ainda não lhe foi enviada porque ainda não tinha vindo a meu despacho, mas está aqui, já lhe vou transmitir. -----

----- Entretanto, o Senhor José António mandou-me, efetivamente, outro *mail* no dia 31 de outubro para que fosse contactado o seu patrono, o Senhor Doutor José Carlos Rodrigues. Esse *email* não chegou ainda a meu conhecimento, estou a tomar conhecimento dele agora, não veio a despacho, só agora é que o tenho aqui na minha frente. -----

----- Senhor José António, o *mail* veio no dia 31, no dia 3 foi despachado para mim, mas, efetivamente, não foi não foi ainda enviado, só agora estou a tomar conhecimento dele. -----

----- Mas, seja como for, a questão é esta. A informação que eu tenho, e não é uma informação que vá resolver o seu problema, mas é a informação que eu tenho dos serviços, tenho 2 informações: -----

----- Em 1º lugar, tenho informação escrita do seu pedido de habitação. O Senhor José António fez um pedido de habitação, a sua pontuação foi 63,4 já deve ter esta informação, porque isto é público, mas a última pontuação para atribuição do T1 foi

de 70,9. Portanto, entre a sua pontuação e a pontuação que teve o último fogo T1 ainda há uma distância, o que significa que tem algumas pessoas à sua frente, apesar da urgência. -----

----- Relativamente à ação de despejo e ao seu patrono eu, efetivamente, não falei com ele nem fiz diligências nenhuma. Tenho informação que a contestação da ação de despejo não foi feita em devido tempo, mas vou agora falar com o seu patrono para saber o que é que se passa. -----

----- E é o que tenho para lhe dizer. É evidente que isto é insuficiente para resolver o seu caso e o de muitas outras famílias. Estamos precisamente a discutir essa matéria, neste momento, na Assembleia da República em torno do Orçamento de Estado, mas, neste momento, não posso passá-lo à frente de pessoas que já estão há mais tempo à espera e que têm uma pontuação mais alta, aliás, não sou eu que tomo essas decisões, as decisões são tomadas pela Vereadora do Pelouro. -----

----- Nós aqui, o que procuramos é ouvir as pessoas, sensibilizar a Câmara, pedir respostas. -----

----- E há aqui um ponto em que talvez a gente possa fazer alguma coisa, temos que, naturalmente, rever este Regimento, porque pode não ser o seu caso, mas temos muitas situações de pessoas que vão pedir habitação e que já pediram várias vezes e, pelo facto, de pedirem várias vezes, se calhar, deviam ter uma população um bocadinho maior para não irem ficando sempre para trás, por terem pontuações mais baixas. -----

----- Portanto, Senhor José António, o que posso dizer, neste momento, é pouco, é apenas isto, vai ser enviado por escrito. Mas, em todo o caso, vou pedir ao meu Gabinete para contactar o seu patrono, para saber se podemos fazer alguma diligência útil, que seja útil para ele, no processo, ainda poder invocar que há diligências em curso na Câmara a fim de poder, pelo menos, protelar o prazo que tem. Muito obrigado pela intervenção. Muito obrigado.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Batin**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Boa tarde a todos. Obrigada por ter a oportunidade de falar. -----*

----- *Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----*

----- *O assunto é que foi pedido de uma candidatura número 41841/DMHDL/2017. Foi pedido no dia 28.08.2017. No âmbito do Regulamento de Regime de Acesso à Habitação Social. -----*

----- *As razões foram: eu, Maria Batin, sou viúva, desempregada, e fiz uma inscrição para ter uma casa para viver em Lisboa, junto com as minhas duas filhas, porque estávamos separadas já há 17 anos. E já agora chega de estar sozinha, queremos viver todas juntas, uma família. -----*

----- *A minha filha mais velha, Florentina, foi operada de um tumor no pâncreas, em 3 de agosto de 2003, no Hospital Curry Cabral, na equipa de cirurgia do Doutor Eduardo Barroso, está vigiada também em consultas também de cirurgia, endocrinologia e psiquiatria no Hospital de Santa Maria. Desde 2012 fez a viagem -----*

entre Faro e Lisboa, para tratamentos com ambulância e de camionete e já não consegue mais viver a fazer esta viagem. -----

----- *É por esta causa que pedi uma casa para ter...* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou:

----- “Onde é que está a viver neste momento?” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Batin**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Agora, neste momento, estou mais tempo no Algarve. A minha filha, a outra está a estudar aqui na Universidade de Agronomia, está a viver aqui no Intendente, uma amiga alugou-lhe um quarto por 200 euros.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou:

----- “Foi a morada de Lisboa que deu no processo?” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Batin**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Sim foi, naquele tempo sim. E a outra filha estava a estudar na Roménia e agora veio para Portugal para ficarmos juntas, porque já não conseguia ter mais despesas. E ela está a estudar aqui na Universidade de Agronomia, e não consigo continuar a pagar tantos custos no Algarve. -----

----- Também tenho uma casa que me falta pagar, já estou em dívida de 5 rendas, já me mandaram uma carta para pagar ou deixar a casa. O problema é que neste momento não tenho onde ficar. E agora estou sempre de viagem em Lisboa e aos fins de semana no Algarve, porque aí num quarto não podiam viver três.-----

----- E também está a fazer tratamento, agora como foi o mês de verão, emagreceu para 39 kilos e depois entrou para o Hospital de Santa Maria para Psiquiatria. Diz o Doutor que foi uma neuroxia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhora Dona Maria, é um problema muito dramático, mas também temos aqui pouco tempo para nos ouvimos todos uns aos outros. Sei que a Senhora Dona Maria escreveu a intervenção toda e agora terminou o tempo. Eu vou-lhe pedir se me deixa essa intervenção toda que tinha escrito e mais documentos que tenha para entregar, para nós podermos analisar o seu caso ver, enfim, o que é que é possível aconselhar que possa fazer.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Batin**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Já não posso pagar duas casas, em Lisboa e no Algarve.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-

----- “Nós já percebemos isso, mas agora preciso da documentação, tenho que mandar pedir informação à Câmara, saber como é que está o seu pedido.-----

----- Essa situação ter a casa no Algarve e de precisar de tê-la aqui, vamos ver como é que a podemos encontrar. Não sei se a conseguimos enquadrar. Enfim, está com esses problemas e também com a saúde da sua filha, espero que ela esteja melhor.-----

----- Mas pedia-lhe, se fizesse o favor, de me deixar o documento que escreveu e os outros documentos que trouxe. Para nós podermos analisar a situação e pedirmos à Câmara que nos informe o que é que se pode fazer, está bem?”-----

----- **A Muniçipe Senhora Maria Batin**, no uso da palavra acrescentou:-----

----- “*Eu também estou a fazer tratamento em Santa Maria.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-

----- “Certo, oh Senhora Dona Maria, a parte dos tratamentos médicos não interferem aqui no pedido de habitação. O pedido de habitação tem a ver com rendimentos e com a carência que a pessoa tem de habitação. Portanto, a parte dos tratamentos médicos que afeta muito a família, mas não interfere aqui no nosso pedido. Portanto, eu pedia-lhe se podia deixar esses documentos e depois vamos ver o que é que podemos fazer.”

----- **A Muniçipe Senhora Maria Batin**, no uso da palavra acrescentou: -----

----- “*Está bem, Muito obrigada.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Muito obrigada nós. -----

----- Senhores Deputados, terminou o período de inscrição ao público. -----

----- Como habitualmente a Mesa agora irá fazer encaminhar esta documentação para a Câmara para tentar perceber a melhor informação que podemos dar a estes cidadãos nos seus respetivos processos. -----

----- E agora vamos entrar na nossa Ordem de Trabalhos, na nossa Ordem do Dia -----

----- Mas antes da Ordem do Dia, temos questões que se relacionam com o quórum da Assembleia, que têm que ser apreciadas antes.” -----

----- **APRECIÇÃO DOS PEDIDOS DE SUSPENSÃO DO MANDATO DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS, JOSÉ EDUARDO MARTINS E HUGO MIGUEL MATEUS GASPAR, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO ART.º 7.º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Portanto, o que eu vos queria dizer era o seguinte: -----

----- Em primeiro lugar, o Senhor Deputado Municipal Carlos Alpoim Barbosa não pôde estar na tomada de posse, conforme se lembram, e enviou um documento justificativo de não poder estar. De maneira que, nos termos legais, é a Assembleia que tem que aprovar a justificação de falta. Portanto, o que vou pôr à vossa consideração é a justificação que foi apresentada, foi que estava ausente no estrangeiro e, portanto, eu peço a vossa atenção porque temos que ter aqui uma votação. Tenho ali Senhores Deputados de pé....-----

----- Eu preciso que os Senhores Deputados se sentem porque temos que fazer uma votação. Desculpem, tenho que pôr à vossa votação para podermos prosseguir os nossos trabalhos. -----

----- Vamos passar à votação da **justificação da ausência na tomada de posse do Deputado Municipal Carlos Alpoim Barbosa**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. A justificação foi aprovada **por unanimidade**.-----

----- Portanto, estão feitas todas as diligências que eram necessários fazer e, portanto, o Senhor Deputado Carlos Barbosa já tem posse assegurada, sei que irá pedir a suspensão, mas isso será um passo seguinte. -----

----- Para a Sessão de hoje, há dois Senhores Deputados que pediram a suspensão: o Senhor Deputado José Eduardo Martins, que foi eleito diretamente, pediu a suspensão

do mandato até 14 de Janeiro de 2018, por um período de 79 dias, alegando ponderosas razões de ordem pessoal que determinam a possibilidade de existir cabalmente o seu mandato na Assembleia Municipal de Lisboa, ao abrigo do artigo 7º do Regimento. -----

----- Tenho que submeter também este pedido de suspensão à apreciação do plenário, devo dizer que a nossa prática é aceitar os pedidos de suspensão sem os questionar, portanto, admitimos que o Deputado que o pede é porque precisa disso, e alegou o motivo que está previsto e enquadrado na lei, portanto, em todo o caso tenho que pôr à votação.-----

----- Vamos passar à votação do **pedido de suspensão do Deputado Municipal José Eduardo Martins**. Não há votos contra, abstenções do 4BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. O **pedido de suspensão do Deputado Municipal José Eduardo Martins** foi aprovado **por maioria**. -----

----- O cidadão seguinte é o cidadão Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, o Senhor Deputado vai hoje tomar posse. -----

----- Não, desculpem! Na sequência desse processo, o Senhor Deputado foi convocado para a Sessão de hoje, mas veio informar que também está em deslocação estrangeiro, não pode estar presente nesta Sessão, regressará a Portugal no dia 17 de novembro, sexta-feira. -----

----- Portanto, o que me dizem aqui os meus serviços é que, de acordo com o disposto no número 6, conjugados com os números 5 e 7 do artigo 76º da Lei nº60 e 69/99 de 18 de setembro, na próxima Sessão, o plenário vai ter que apreciar e decidir sobre a justificação da falta do Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves e, a ser aceite essa justificação, deverá, nessa altura, tomar posse e assumir a sua função. -----

----- O outro pedido de suspensão de mandato é do Senhor Deputado Hugo Miguel Mateus Gaspar. Também foi eleito diretamente. Pede uma suspensão de mandato por um período de 365 dias com início no dia de hoje, dia 14 de novembro. Alegando razões de ordem profissional que originam um interregno no seu mandato, ao abrigo do disposto na lei, estão os artigos correspondentes da lei.-----

----- Vamos passar à votação do **pedido de suspensão do Deputado Municipal Hugo Miguel Mateus Gaspar**. Não há votos contra, abstenções do 4BE, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. O **pedido de suspensão do Deputado Municipal Hugo Miguel Mateus Gaspar** foi aprovado **por maioria**. -----

----- Portanto, o Senhor Deputado fica com o mandato suspenso, foi convocado, a vaga é preenchida pelo cidadão João Luís Valente Pires, indicado pelo Partido Socialista, foi verificada a identidade e, portanto, o Senhor Deputado João Valente Pires pode passar a ser membro efetivo desta Assembleia, seja bem-vindo Senhor Deputado. -----

----- Resolvidas estas questões formais, agora sim, entramos no período da Ordem do Dia. “-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **PONTO 1 - PROPOSTA 001/AM/2017 - ALTERAÇÃO DA GRELHA B (GRELHA DO PAOD) DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AO ABRIGO DO ARTIGO 52º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL) APROVADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL E DO N.º 1 DO ARTIGO 97.º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS COM VOTAÇÃO NOMINAL E POR MAIORIA ABSOLUTA, NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO 66º E DO N.º 3 DO ARTIGO 97.º, DO REGIMENTO;** -----

----- (A Proposta nº 001/AM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo I e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- Temos uma 1ª Proposta de alteração da grelha do PAOD.-----

----- Senhores Deputados, há aqui uma ligeira alteração também gráfica, ou pouco mais, precisamente de imagem, no ecrã, houve muitas queixas no mandato anterior, que os painéis que têm os relógios com os tempos eram muito pequeninos, não se conseguiam ver dos vossos lugares, portanto, pedi para se reformatar a projeção no ecrã para poderem ver os relógios em tamanho maior.-----

----- Para aqueles que estão pela 1ª vez, cada força política corresponde a um determinado relógio, quando essa força política está a usar da palavra os segundos começam a descontar e quando chega ao fim, aparece num sinal vermelho para todos poderem, mais ou menos, controlar os tempos. -----

----- Também lembro que o Regimento desta Assembleia permite que haja cedências de tempo e, portanto, muitas vezes, a Mesa quando vê que alguém ainda precisa de mais tempo, verifica se algum Grupo Municipal dispõe de tempo e, por telefone, pedimos se alguém da bancada tal dispõe tempo a bancada tal. Informamos e a pessoa pode completar a sua intervenção em tempo cedido por outro Grupo Municipal. -----

----- Esta troca também é permitida com os tempos da Câmara, isto é uma descrição nosso Regimento que nos ajuda aqui a que todos tenham o tempo que precisam para falar.-----

----- Posto isto, eu ponho à consideração a alteração da grelha B, explícito para os Senhores Deputados que não fazem parte da Conferência de Representantes que esta Proposta foi analisada na Conferência de Representantes e que, portanto, a Proposta que têm na vossa frente, nós temos várias condicionantes.-----

----- A 1ª condicionante é que a lei obriga a que o período do PAOD, a grelha B é a grelha do PAOD, que o período do PAOD não pode demorar mais do que 60 minutos.

----- Portanto, têm que se distribuir esses 60 minutos pelas 10 forças políticas, mais a Câmara.-----

----- Por outro lado, naturalmente, forças políticas com o mesmo número de Deputados têm que ter o mesmo tempo, forças políticas com mais Deputados têm que ter mais tempo, com menos Deputados têm que ter menos tempo.-----

----- Nós tomámos como padrão o tempo do mandato anterior de forças políticas que mantiveram o mesmo número de Deputados, que é o caso do Bloco, portanto, já tinham 5 minutos, mantiveram os 5 minutos, as forças políticas que tinham 4 minutos

com 2 Deputados mantivermos 4 minutos com 2 Deputados e depois em função disso ajustámos o tempo das outras forças políticas e é esta Proposta que está à vossa consideração-----

----- Pergunto se há inscrições para este ponto? Não vejo inscrições, Senhores Deputados.-----

----- O nosso Regimento obriga a que as alterações ao Regimento tenham de ser feitos por maioria absoluta. No mandato anterior ficou explicitado que quando há votações por maioria absoluta, para não haver falhas e termos a certeza que há mesmo maioria absoluta há uma chamada e o voto é nominal.-----

----- Portanto, chamamos todos um a um para registarmos as presenças todas.-----

----- Nas votações que não requerem a maioria absoluta, isto sobretudo para os Senhores Deputados que estão aqui pela 1ª vez, o voto é por bancada, portanto, mesmo que a bancada não esteja completa conta com se estivesse completa porque a bancada ao sentido de voto e nós tomamos nota do sentido de voto da bancada. Aqui é a maioria absoluta obrigatória, portanto, temos que ter a certeza que, efetivamente, o número físico de Deputados presentes que votam e que aprovam, se for o caso, correspondem à maioria absoluta.-----

----- Têm 3 cartões convosco. Quem não tem peça aos serviços. O cartão vermelho é para votar contra. O cartão verde para votar a favor. O cartão branco para se absterem.

----- Portanto, isto é relativamente simples, eu vou pedir à Senhora 2ª Secretária que faça a chamada e à 1ª Secretária para tomar nota da votação.-----

----- Senhor Deputado Álvaro Carneiro. A favor.-----

----- Senhora Deputada Aline. A favor.-----

----- Senhora Deputada, Ana Maria Mateus. A favor.-----

----- Senhora Deputada Ana Maria Gaspar. A favor.-----

----- Senhor Deputado André Couto. A favor.-----

----- Senhor Deputado António Pimenta Proa. A favor.-----

----- Senhor Deputado António Fernandes Modesto Navarro. A favor.-----

----- Senhor Deputado Artur Miguel Coelho. A favor.-----

----- Senhor Deputado Augusto Albuquerque. A favor.-----

----- Senhora Deputada Carla Madeira. A favor.-----

----- Senhor Deputado Carlos Alpoim Barbosa. Não está.-----

----- Senhora Deputada, Cláudia Madeira. A favor.-----

----- Senhor Deputado David Miguel Santos Amado. A favor.-----

----- Senhor Deputado Diogo Campos Rodrigues. A favor.-----

----- Senhor Deputado Fábio Martins Sousa. Não está.-----

----- Senhor Deputado Fernando Garcia Lopes Correia. A favor.-----

----- Senhor Deputado Fernando Braamcamp. A favor.-----

----- Senhor Deputado Fernando Ribeiro Rosa. Não está.-----

----- Senhor Deputado Francisco Maurício Domingos. A favor.-----

----- Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos. A favor.-----

----- Senhora Deputada Graciela Valente Simões. A favor.-----

----- Senhor Deputado Hugo Lobo. Não está.-----

----- Senhora Deputada Inês Drummond. A favor.-----
----- Senhora Deputada Isabel Pires. A favor. -----
----- Senhora Deputada Joana Alegre Duarte. A favor. -----
----- Senhor Deputado João Diogo Moura. A favor.-----
----- Senhor Deputado João Luís Valente Pires. A favor.-----
----- Senhor Deputado João Maria Correia Monteiro Macieira Condeixa. A favor. -----
----- Senhor Deputado Jorge Manuel Jacinto Marques. Não está. -----
----- Senhor Deputado José Ferreira Franco. A favor.-----
----- Senhor Deputado José Barbosa Borges. A favor. -----
----- Senhor Deputado José António Cardoso Alves. A favor.-----
----- Senhor Deputado José António Deserto Videira. A favor.-----
----- Senhor Deputado José Luís Sobreda Antunes. A favor.-----
----- Senhor Deputado José Albuquerque Almeida Leitão. A favor. -----
----- Senhor Deputado Luís Filipe da Silva Monteiro. A favor.-----
----- Senhor Deputado Luís Pedro Newton Parreira. A favor.-----
----- Senhora Deputada, Mafalda Ascensão, Cambeta. A favor. -----
----- Senhor Deputado Manuel Malheiro Nascimento Lage. A favor. -----
----- Senhora Deputada Margarida Nazaré Martins. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Alexandra da Mota Torres. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Cristina Castel-Branco Júdice. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria do Carmo Pereira Muñoz. A favor.-----
----- Senhora Deputada Maria da Graça Ferreira. A favor. -----
----- Senhora Deputada Helena Roseta. A favor.-----
----- Senhora Deputada Maria Irene Santos Lopes. A favor. -----
----- Senhora Deputada, Maria Luísa Aldim. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Simonetta Luz Afonso. A favor. -----
----- Senhora Deputada Maria Teresa Craveiro Pereira. A favor.-----
----- Senhora Deputada Maria Virgínia Estorninho. A favor. -----
----- Senhor Deputado Mário Jorge Almeida Patrício. A favor. -----
----- Senhor Deputado Miguel Oliveira Teixeira. A favor. -----
----- Senhor Deputado Miguel da Silva Graça. A favor. -----
----- Senhor Deputado Miguel Nuno Costa Santos. A favor.-----
----- Senhora Deputada Natalina Nunes Tavares Moura. A favor. -----
----- Senhora Deputada Patrícia Serrano Gonçalves. A favor. -----
----- Senhora Deputada Patrocínia da Conceição Vale César. A favor.-----
----- Senhora Deputada Paula Inês Sousa Real. Não está. -----
----- Senhor Deputado Paulo Jorge Muacho. A favor.-----
----- Senhor Deputado Pedro Filipe Simões Alves. A favor. -----
----- Senhor Deputado Raúl Jorge Silva Santos. A favor.-----
----- Senhor Deputado Ricardo Godinho Moreira. A favor. -----
----- Senhora Deputada Rita Oliveira Calvário. A favor. -----
----- Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves. Não está.-----
----- Senhor Deputado Rui Pedro Costa Lopes. A favor. -----

----- Senhora Deputada Rute Lima. A favor. -----

----- Senhor Deputado Silvino Esteves Correia. A favor. -----

----- Senhor Deputado Vasco Morgado. A favor. -----

----- Senhora Deputada Margarida Afonso. A favor. -----

----- Senhor Deputado Pedro Miguel Tadeu Costa. A favor. -----

----- Senhora Deputada Natacha Machado Amaro. A favor. -----

----- Senhor Deputado José Roque Alexandre. A favor. -----

----- Senhora Deputada Nádia Teixeira. A favor. -----

----- Senhora Deputada Ana Margarida Morais. A favor. -----

----- Senhor Deputado Maycon Alexandre dos Santos. A favor. -----

----- Senhores Deputados, eu vi entrar 2 Deputados durante a votação, portanto, eu vou perguntar se alguém não votou. -----

----- Senhor Deputado Fernando Rosa. A favor. -----

----- Senhor Deputado Jorge Marques. A favor. -----

----- Senhores Deputados, posto isto, o apuramento é fácil de fazer. Há algumas faltas, mas há, naturalmente, todos os Senhores Deputados que votaram, votaram favoravelmente, portanto, a maioria absoluta está assegurada. Depois contaremos o número de votos, mas, na verdade está feito esta parte dos nossos trabalhos. Eu só pedia depois aos serviços que recolhessem os cartões para não se perderem. -----

----- (Apuramento da votação: na totalidade dos 75 Senhores Deputados foram registados 70 votos a favor e 5 faltas) *ver página 16 da presente ata.* -----

----- Esta Proposta que acabámos de votar tem de ser subscrita ou por um Grupo Municipal ou por 15 Senhores Deputados. Eu pergunto Grupo Municipal do Partido Socialista se está disponível para subscrever a Proposta? Portanto, é que não pode ser apresentada pela Mesa, como foi por unanimidade, não tem problema, portanto, ficará no registo da Ata que é a Proposta subscrita pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, ouvida a Conferência de Representantes.” -----

----- **PONTO 2 - PROPOSTA 003/PAM/2017 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA REVISÃO DO REGIMENTO PARA O MANDATO 2017-2021, AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA C) DO N° 1 DO ARTIGO 26° DO RJAL, PUBLICADO EM ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS**

----- (A Proposta nº 003/PAM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo II e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Passamos então à 2ª parte dos nossos trabalhos. O Segundo ponto. -----

----- Apreciação da Proposta de criação de um Grupo de Trabalho para a revisão do Regimento. -----

----- Alguém quer usar da palavra? -----

----- Senhores Deputados, primeiro aprovamos o Grupo de Trabalho, e depois os Senhores Deputados, até ao final da semana, se não se importam, os Grupos

Municipais indicam, alguns já indicaram, indicam o Deputado que pretendem que participe nestes trabalhos e também está previsto um prazo.-----

----- Depois veremos. A 1ª reunião do Grupo de Trabalho fixará um prazo para pedir contributos a todas as forças políticas, mas 1º vamos ouvir como é que querem trabalhar e fixaremos um prazo e contributos de alteração e depois começamos os nossos trabalhos. -----

----- Vou pôr à votação a Proposta. -----

----- **Voto da Proposta nº 003/PAM/2017 – ‘Proposta de Criação de Grupo de Trabalho para Revisão do Regimento para o mandato 2017-2021’.** A Proposta 003/PAM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND. -----

----- Portanto estamos em condições de começar estes vários trabalhos da Assembleia Municipal.” -----

----- **PONTO 3 - PROPOSTA 004/PAM/2017 – COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA PARA O MANDATO DE 2017-2021, AO ABRIGO DO ARTIGO 74º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A **Proposta nº 004/PAM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo III** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos agora ver o elenco das Comissões. É também uma obrigação regimental, fixar isto no início do mandato. Nós temos que fazer isto em 2 etapas. Na 1ª etapa constituir o número e o nome das Comissões. Depois tenho que pedir aos partidos que indiquem quais são as Comissões em que querem estar.-----

----- E em função das indicações para os 2 maiores partidos, PSD e PS, será fixado o número de lugares correspondentes, de maneira a garantir a proporcionalidade em todas as Comissões. Portanto, neste momento, não posso indicar quantos lugares é que é para o PSD ou para o PS porque isso depende do número de Deputados apresentados pelas outras forças políticas todas, que têm até 2 ou até 3 Deputados, e que não vão preencher em todas as Comissões. Depois, em função disso, em Conferência de Representantes, veremos quantos lugares ficam disponíveis em cada Comissão para os maiores partidos. Os Deputados Independentes serão integrados na quota do Partido Socialista, uma vez que não são Grupo Municipal, terá que ser um acerto que será entre eles e os Deputados do Partido Socialista. -----

----- Posto isto pergunto se é necessário ler a Proposta? Se todos a têm presente? -----

----- Resumo, em relação ao mandato anterior, nós tínhamos 8 Comissões, continuamos a ter 8 Comissões. -----

----- Houve aqui um desdobramento da 3ª Comissão que se dedicava às questões de Urbanismo e Habitação que passa a dedicar-se só às de urbanismo e Plano Diretor, etc. a reabilitação urbana. -----

----- Depois, a 5ª Comissão, que se dedicava às questões da descentralização e do acompanhamento da reforma administrativa. Chegou-se à conclusão, em Conferência

de Representantes, que essa matéria tinha que ser sempre vista pela 1ª Comissão, obrigatoriamente e, portanto, que havia duplicação de trabalho, haver 2 Comissões que acompanhavam as mesmas matérias. -----

----- Portanto, a descentralização passou a fazer parte do âmbito da 1ª Comissão, juntamente com as Finanças, o Património, etc. e os Recursos Humanos da Câmara. ---

----- A 5ª Comissão passa a ser a Comissão de Habitação, Desenvolvimento Social e Bairros Municipais, no pressuposto que, neste mandato, haverá bastante matéria nesta área, como já vimos hoje, aliás, pelo público e pelos programas dos vários partidos que foram eleitos para o Executivo e, portanto, teremos, naturalmente, bastante que trabalhar nesta área, portanto, houve estes desdobramento. -----

----- Há ainda uma alteração na 8ª Comissão, uma alteração da designação, ela chamava-se de Mobilidade, Segurança e passa a chamar-se Transportes, Mobilidade E Segurança. Também pelo peso e pela importância que a matéria de transportes terá seguramente neste mandato.-----

----- Feita a apresentação pergunto se alguém quer usar da palavra? Senhor Deputado Modesto Navarro.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Vereadores. Caros Deputados. -----

----- Nós temos a fazer um comentário em relação a matéria que a partir de certa altura, passou a vigorar no Regimento quanto às Comissões.-----

----- Nós estivemos na Conferência de Representantes a trabalhar e estamos de acordo com os Comissões, com as alterações que foram formuladas e estão agora a ser apresentadas.-----

----- Mas em relação à composição das Comissões. No ponto B e desta Proposta, alínea 3ª: ‘Impõe-se que os Deputados indicados pelo Grupo Municipal do PS e os Deputados independentes sem grupo tenham maioria dos assentos em todas as Comissões’, ou seja, tenham maioria presidencial absoluta em todas as Comissões. ---

----- Isto ocasiona excesso de Deputados em cada Comissão e gastos mais elevados que foi já evidente durante o mandato anterior. -----

----- Nas Comissões, trata-se de debater Propostas e outras matérias, elaborar Relatórios, Pareceres e Recomendações para o Plenário da Assembleia decidir. E aí, o PS tem maioria absoluta, logo não é necessário incluir mais Deputados nas Comissões. A força política maioritária já tem essa maioria absoluta, mesmo que, por absurdo só esteja um Deputado do PS presente em cada reunião de Comissão. -----

----- Era isso que acontecia antes de vigorar esta Proposta inflacionária e despesista. ---

----- Nós vamos votar, vamos pedir em separado a votação deste item, do Ponto B e vamos apresentar a Proposta, no sentido da alteração desta matéria para que as Comissões sejam, digamos, efetivamente, mais regulares no seu funcionamento e que a sua composição não seja, de tal modo inflacionada, que seja prejudicial também para as finanças do Município. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado, esclareça-me só um ponto. Vão apresentar essa Proposta de alteração ao Regimento no âmbito do Grupo de Trabalho para o Regimento e, portanto, se isso vier a ser aprovado, depois alterar-se-á se por acaso isto aqui não passar hoje...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra respondeu:-----

----- “Exatamente Senhora Presidente, é mesmo o trabalho da Comissão de revisão. Vamos apresentar isto e provavelmente outras Propostas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem muito bem.-----

----- Há, portanto, um pedido do PCP no sentido de a terceira alínea do Ponto B ser votada em separado.-----

----- Pergunto se mais alguém pede a palavra? Não havendo mais pedidos de palavra, a Mesa vai pôr à votação esta Proposta tal como está, Salientando que vamos pô-la à votação toda no seu conjunto exceto o Ponto B alínea iii).-----

----- Estão a identificar do que é que estamos a falar? Então a Mesa vai pôr à votação. --

----- **Voto da Proposta nº 004/PAM/2017** (exceto Ponto B alínea iii) – ‘Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato de 2017-2021’. A Proposta 004/PAM/2017 (exceto Ponto B alínea iii) foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 8IND.-----

----- **Voto do Ponto B) alínea iii) da Proposta nº 004/PAM/2017** – ‘Comissões Permanentes da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato de 2017-2021’. O Ponto B) iii) da Proposta 004/PAM/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra PCP, abstenções BE, PAN, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PPM, 8IND.-----

----- Portanto, nesta fase está provado assim com esta configuração, depois veremos no trabalho de revisão do Regimento, se houver alteração, adequar-se-á.-----

----- O passo seguinte agora para a constituição das Comissões é os Senhores Deputados fazerem o favor de indicar os membros que querem, as Comissões querem integrar.-----

----- Nós, a Mesa, depois falarei com os Secretários, e também o Primeiro- Secretário, no sentido de, na próxima Conferência de Representantes, já podermos levar a Proposta de acordo com isto, a Proposta de composição de cada uma das Comissões, com um número completo de cada uma das Comissões e se isso ficar aprovado em Conferência de Representantes julgo que não tem que voltar aqui, uma vez que esse mandato pode, esta Assembleia já aprovou os critérios.-----

----- Se houver alguma dúvida, veremos na próxima reunião, não havendo dúvidas é assim que se fará e eu vou providenciar para que até ao dia 24 de novembro, que seja dada posse a todas as Comissões.-----

----- Senhores Deputados, também para vossa informação, e faz parte da Proposta, depois a distribuição das Presidências e dos Secretários das Comissões, nomeadamente, as Presidências, costuma ser feito em função de representação proporcional dos Grupos Municipais, podendo algum grupo, se quiser, ceder a outro, ou a outros, alguma Presidência, mas isso veremos também em Conferência de Representantes para podemos compor todas as Comissões.-----

----- Senhores Deputados, posto isto, estão resolvidas estas questões absolutamente essenciais para a nossa instalação.-----

----- Informar-vos que da votação que há pouco fizemos e apenas para que fique registado em Ata, foram registados 70 votos a favor e 5 faltas. Portanto, na totalidade dos 75 Senhores Deputados que compõem esta casa. -----

----- Vamos então prosseguir e entrar nas Declarações Políticas pela ordem que nós recebemos as inscrições aqui na Mesa.”-----

----- **PONTO 4 - DECLARAÇÕES POLÍTICAS, COM APRECIACÃO DE MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES, AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Lembro aos Senhores Deputados como é que funciona o formato desta parte da reunião. -----

----- Cada Grupo Municipal tem 8 minutos, esses 8 minutos podem ser utilizados só por um Deputado ou por mais do que um Deputado. Devem sinalizar à Mesa se for mais que um, mas têm que ser seguidos. -----

----- Acabam esses 8 minutos e há um período, a seguir, em que todas as forças políticas podem interpelar a força que acabou de falar e todas as outras forças políticas têm 15 minutos, no total, das Declarações Políticas para fazer perguntas aos outros. -----

----- Se houver perguntas há direito a resposta e, nessa altura, o partido que está a fazer a Declaração Política tem 4 minutos para concluir. Se ninguém fizer perguntas, a Declaração fica concluída, só com a 1ª parte. -----

----- Penso que isto é claro, se houver alguma dúvida no decorrer dos trabalhos a Mesa procurará ajudar, explicitar e, portanto, é assim que vamos fazer. -----

----- Portanto, eu peço àqueles Grupos que têm mais que uma pessoa inscrita para a Declaração Política, quando vierem à Mesa, assinalem-me logo para nós sabemos como é que vemos os tempos. -----

----- Muito bem. E esta 1ª ronda, democraticamente, é de 8 minutos para cada um e é igual para todos.-----

----- Senhores Deputados, lembrar que no decurso das intervenções, quem apresentou Moções ou Recomendações pode explicitá-las na sua própria intervenção, porque depois não há novas inscrições. Depois, no final das Declarações Políticas, a Mesa põe à votação as Moções e as Recomendações que entraram. -----

----- Portanto, se tiverem alguma coisa a dizer sobre os vossos documentos ou os documentos de terceiros, aproveitem este período de tempo para o fazer, porque depois não há novas inscrições.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs.-----

----- Com a entrada em funções dos novos Órgãos Municipais, vamos iniciar uma nova fase na vida da cidade apostado em assegurar melhor qualidade de vida para todos os que nela vivem, nela trabalham, estudam ou que a visitam e, simultaneamente, prosseguir na afirmação internacional de Lisboa como cidade global.-----

----- Apostar numa melhor qualidade de vida para todos é, desde logo, assegurar uma cidade com melhor qualidade ambiental.-----

----- Quer esta Assembleia Municipal quer o Município de Lisboa tem manifestado o seu compromisso com os acordos internacionais que vinculam o país e a cidade em matéria de ambiente.-----

----- Lisboa, nos últimos anos, introduziu boas práticas, nomeadamente, de poupança e reutilização da água e da iluminação pública de baixo consumo.-----

----- No nosso mandato teremos que dar novos e decisivos passos, designadamente, quer no reforço da estrutura verde da cidade, quer através de mais e melhor transporte público.-----

----- Registámos com satisfação o anúncio pelo Presidente Fernando Medina que se realizará no 1º trimestre de 2018 um concurso para a aquisição de 30 novos elétricos no início de uma nova fase de expansão da rede na cidade. São apostas em meios mais suaves de transporte que merecem todo o nosso apoio.-----

----- Governar é antecipar ameaças e prevenir perigos como afirmou Fernando Medina. Este foi o propósito que levou a Câmara a autorizar o Plano Geral de Drenagem, a atualizar o Plano Geral de Drenagem, a decidir contratar no final do mandato anterior a empreitada de execução dos túneis da cidade de Lisboa que veio melhorar significativamente as opções tomadas para a minimização das cheias nas zonas mais problemáticas da cidade.-----

----- Não posso deixar de evocar, neste momento, as cheias dos de 1967, há 50 anos, uma tragédia em que morreram mais de 700 pessoas, 1100 ficaram desalojadas e que o Salazarismo quis silenciar. A única forma que temos hoje de prestar homenagem às vítimas dessa tragédia é executar cabalmente o Plano de Drenagem.-----

----- Não asseguraremos uma melhor qualidade de vida para todos, sem satisfação das necessidades básicas como o direito à habitação, o acesso a creches e a escolas públicas de qualidade para os seus filhos, o andar em segurança no espaço público através do plano de acessibilidade pedonal, o acesso a cuidados de saúde primários de qualidade.-----

----- Para além do que está em fase de conclusão em matéria de habitação Municipal em bairros como a Boavista ou o Padre Cruz, verifica-se a necessidade, já identificada pelo Município, de contribuir para assegurar o direito à habitação importantes segmentos das classes médias para o que foi gizado o Programa de Renda Acessível. --

----- A preocupação de contribuir para efetuar o direito à habitação para maior número de cidadãos vai traduzir-se em mais medidas complementares que merecem todo o nosso apoio, como é o caso do novo pilar do Programa da Renda Acessível, integralmente financiado pelo Município, ou em parceria com entidades públicas, que deverá atingir 30 mil fogos até ao final do mandato. -----

----- Consideramos também muito importante o objetivo de dotar o parque Municipal de frações, edifícios ou terrenos suscetíveis de assegurar progressivamente o acesso à habitação a mais 25 mil pessoas aumentando, desta forma, a oferta de habitação Municipal. Consideramos essencial para atração de casais jovens para a cidade, o plano conceção e construção novas creches com a abertura de pelo menos mil novas vagas. -----

----- Registámos com satisfação o facto de o presidente Fernando Medina ter anunciado que, no 1º semestre de 2018, será apresentada à Câmara o concurso para a construção dos primeiros 6 centros de saúde de nova geração, dotados de meios de diagnóstico e terapia, capazes de assegurar cuidados de qualidade de todos. Esses centros de saúde inserem-se numa ambição maior, construir 14 centros de saúde até ao final de 2021. -----

----- Os transportes estão no centro das nossas preocupações no decorrer deste mandato. Com a gestão Municipal da Carris iniciou-se o novo programa e um novo e exigente tempo para os transportes públicos na cidade. A gratuidade dos passes para as crianças até aos 12 anos e a redução de 60% dos passes para os mais de 65 anos, foram medidas que anunciaram uma aposta no transporte público. -----

----- Outras seguiram como a contratação de 200 novos motoristas durante os anos de 2017 e 2018 para o reforço das carreiras e melhoria da qualidade dos serviços, bem como a aquisição 200 novos autocarros até ao final do mandato. -----

----- Como referiu Fernando Medina tomada de posse vivemos um momento único em que devemos ter a ambição de tornar Lisboa uma das melhores cidades do mundo para viver, para trabalhar, para visitar, para criar uma cidade global.-----

----- Uma cidade, primeiro que tudo, com qualidade de vida digna para todos os que nela vivem e que a constroem todos os dias, mas também uma cidade que atrai novos lisboetas que lhe dão o contributo do seu trabalho, da sua criatividade que acrescentam. -----

----- A gestão socialista do Município tem apostado em promover o aumento do emprego e o reforço da base económica da cidade, sabendo conjugar a sua aposta na economia do conhecimento, em evidência ainda recentemente com nova edição do *Web Summit*, com a aposta no comércio tradicional, como a renovação dos mercados de Lisboa ou a proteção das lojas históricas. -----

----- Não podemos também esquecer que Lisboa dispõe de instituições universitárias e centros de investigação de referência internacional que atraem um número crescente de estudantes estrangeiros. -----

----- Lisboa está a tornar-se também um centro importante da economia de serviços internacionais. Existe uma grande procura de escritórios para esse fim, o que contribuir para reforçar e diversificar a base económica da cidade. -----

----- Por isso mesmo Fernando Medina anunciou que, até ao final do 1º trimestre de 2018 aprovará a unidade de projeto para a rápida ampliação da zona de escritórios.-----

----- Não podemos também ignorar o contributo do turismo para a economia da cidade, sem que possamos esquecer que as zonas históricas e centrais mais visitadas, devem ser compensadas do acréscimo de custos que essa atividade comporta, nomeadamente, no espaço público, higiene urbana, condições de mobilidade e de vida dos residentes. -----

----- O que é inegável e se vê e ouve todos os dias é que Lisboa está mais bonita. A inauguração do novo terminal de cruzeiros na passada semana acompanhada da requalificação do Campo das Cebolas e do Cais do Sodré, contribuíram para melhorar a fruição da cidade não apenas para os turistas mas para todos os que nela vivem e trabalham. -----

----- Lisboa é hoje uma referência no quadro da Europa e do mundo, por ser uma cidade cosmopolita, ecuménica e tolerante. Tem também uma importância central nas trocas culturais entre os países lusófonos, com tem sido reconhecido por muitos criadores culturais. -----

----- Somos uma cidade que tem aprendido a viver a diversidade cultural, étnica espiritual num quadro de respeito pela dignidade humana de cada um dos que nela viva, trabalha ou a visita. É essencial que prossigamos nesse caminho, primeiro que tudo, porque é um privilégio viver numa cidade assim, vale a pena trabalhar e lutar para que o futuro seja assim. -----

----- A tolerância, além disso, é condição indispensável para o desenvolvimento cultural, científico e económico. -----

----- Termino com comecei. Há muito tempo que Lisboa não vivia um momento tão portador do futuro como hoje, mas isso só será sustentável, se tivermos como prioridade melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, particularmente, o dos mais vulneráveis. Só avançaremos de forma sustentável se não deixarmos ninguém para trás. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Em cima do tempo, muito obrigada. -----

----- Já temos aqui inscrições. Para a vossa informação, Senhores Deputados, este período de perguntas ao Senhor Deputado que acabou de falar é feito do lugar, portanto o microfone vai ao nosso lugar para tornar isto mais ágil e não terem que estar todos a vir aqui a cima, portanto, eu peço que assinalem. -----

----- Temos aqui já um pedido de palavra, muito bem.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Castel-Branco (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito boa tarde Senhora, muito boa tarde Senhores Deputados. -----

----- Eu vinha só questionar, ou pedir, de alguma forma, algum esclarecimento relativamente ao que foi referido pelo Senhor Deputado José Leitão, relativamente ao plano de drenagem e, evidentemente, ao problema das cheias. -----

----- É, sem dúvida, tem a maior importância precavermo-nos contra as cheias, elas são, de facto, um flagelo que pode ser grave. No entanto, tive conhecimento e tive a oportunidade de estudar o Plano de Drenagem e o desenvolvimento que o Plano de Drenagem foi tendo e agora a solução final do túnel que leva a água toda para Santa Apolónia e a despeja toda no Tejo. Face a outro problema que é para mim da maior importância, enquanto paisagista e enquanto cidadã, o problema da retenção e do armazenamento de água em Lisboa, eu gostaria de perguntar se está previsto voltar àquilo que foi o projeto inicial dos reservatórios que, a montante do túnel, iam recolhendo a água, um bocadinho à imagem daquilo que se fez em Barcelona, garantindo que, com isso, o armazenamento de água nos momentos de enxurrada, portanto, reduzindo o despejo de água nos momentos de pico de cheia e a retenção de água para rega, que é também um flagelo que, neste momento, estamos a viver.-----

----- Portanto, eu queria só saber em que pé é que estamos se, de facto, vamos reter do Plano de Drenagem os reservatórios que me pareciam da maior importância ou se vamos despejar a água toda no Tejo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Eu queria saber, não vejo mais pedidos de inscrição, o Senhor Deputado José Leitão tem 4 minutos. -----

----- Pergunto se a Câmara quer intervir nesta matéria? Era isso que estava a tentar saber pelo telefone. Se querem intervir nesta matéria do Plano de Drenagem? Dar algum esclarecimento ou pedir algum esclarecimento? -----

----- Será talvez a útil antes do Senhor Deputado José Leitão falar? Sim.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez o seguinte esclarecimento:-----

----- “Muito boa tarde a todos. Muito rapidamente, só porque me parece que não é o momento para explicações pormenorizadas sobre o Plano de Drenagem. -----

----- Teremos todo o gosto, por solicitação do CDS, podermos explicar em pormenor aquilo que foram as alterações. -----

----- Mas queria já antecipar que há um conjunto de bacias de retenção, no projeto, que se mantêm e, portanto, digamos que estão asseguradas algumas das questões que se colocou há pouco.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhor Deputado José Leitão. Bancada do Partido Socialista microfona ao Senhor Deputado José Leitão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu queria agradecer a pergunta da Senhora Deputada Cristina Castel-Branco que comprova que efetivamente....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Oh Senhor Deputado, eu peço desculpa, mas o Senhor Deputado Miguel Santos queria fazer uma pergunta também o Partido Socialista.-----

----- Agora já é tarde, não pode fazer, tinha que ter sido antes de eu dar a palavra final. Se o Senhor Deputado José Leitão quiser aceitar ainda a pergunta do Senhor Deputado Miguel Santos?-----

----- Mas eu pedia que estivessem atentos porque depois o Senhor Deputado já não pode voltar a responder.-----

----- Portanto a Senhora Deputada Cristina vai esperar um bocadinho e o Senhor Deputado Miguel Santos vai fazer a sua pergunta.-----

----- Pedia-vos que sinalizem à Mesa se querem falar quando acaba uma Declaração Política.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- É uma pergunta, chamemos-lhe de seguimento, relativamente a esta questão do Plano de Drenagem. Uma vez que foi um assunto que foi debatido abundantemente no mandato anterior e, efetivamente, os depósitos que foram referidos caíram de projeto e apareceram bacias de retenção que não são a mesma coisa.-----

----- Eu queria só alertar, uma vez que o Senhor Vereador, como referiu, é um assunto que vai ser discutido proximamente, que temos problemas de caudais do rio Tejo e que, muito provavelmente, estas retenções serão, não só para rega mas, quem sabe, um dia, para o próprio consumo humano, portanto, é algo que acho que deve ser ponderado de novo. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra e em resposta, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu queria também agradecer este complemento trazido pelo Senhor Deputado e queria, fundamentalmente, dizer o seguinte:-----

----- “Eu congratulo-me pela importância que também o CDS e, neste caso, o PAN atribuem a esta matéria.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara, na sua tomada de posse, uma das questões que afirmou foi a necessidade e o compromisso de execução cabal do Plano de Drenagem.

----- Nós, na Sessão anterior, tivemos aqui como, aliás, foi dito agora que o Senhor Deputado do PAN, grandes debates em Comissão ouvimos vários especialistas na matéria, foi feito um relatório que foi largamente aprovado e, digamos, tudo o que está agora em execução foi na sequência do debate aprofundado feito nesta Câmara, naturalmente, contudo, os debates nunca estão encerrados eternamente e, portanto, podem ser sempre reabertos, se houver oportunidade.-----

----- Mas, queria dizer-lhe que o que está a ser executado foi o resultado de, digamos, de um trabalho em que esta Assembleia participou ativamente, ouvindo e elaborando relatórios e discutido pormenorizadamente esta matéria.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.-----

----- Senhores Deputados, eu vejo que alguns Senhores Deputados do Grupo Municipal do Partido Socialista estão sentados fora dos vossos lugares. Os lugares estão todos identificados com um carapuzinho que diz PS. Era bom que ocupassem os vossos lugares por causa da distribuição das cadeiras na sala. Vejo alguns Senhores Deputados que estão fora do vosso lugar, agradecia que ocupassem as cadeiras. São nomeadamente os Senhores Presidentes de Junta de Marvila e da Ajuda, peço desculpa, cheguem-se lá para lá, exatamente, muito obrigada.-----

----- É que há uma geografia que tem a ver com os partidos políticos e, portanto, isto assim fica tudo mais claro para a Mesa. Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, caras Deputadas Municipais e caros Deputados Municipais, trabalhadores, público e comunicação social presente.-----

----- A um de outubro, os lisboetas expressaram de forma clara a sua vontade em dar continuidade ao projeto e ao programa do Partido Socialista.-----

----- Em política é claros que temos que ser. O programa do PSD foi claramente preterido, mas isso não significa que o PSD não tenha um dever para com a cidade e para com os lisboetas.-----

----- Esse dever é o de desenvolver uma oposição construtiva, promover agendas e dinâmicas sempre em prol da qualidade de vida de todos.-----

----- Nunca deve, o Partido Socialista, confundir uma maioria para governar com liberdade para ignorar.-----

----- E por isso, nesta 1ª Assembleia firmamos um contrato com a população da cidade na forma de um compromisso de exigência entre eleitos e de responsabilidade para com quem nos elegeu.-----

----- Senhora Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara. Queremos aqui apresentar os nossos compromissos e desafios para os primeiros 6 meses de mandato.-----

----- Seleccionámos 3 áreas e apresentamos medidas que entendemos fundamentais para discussão e implementação imediata nesse espaço de tempo.-----

----- Começo pela mobilidade e pela necessidade imperiosa de promover uma alteração determinante no modelo de expansão do Metropolitano. Contam com o PSD para que, caso não seja possível desenvolver soluções em simultâneo, que a prioridade a implementar seja de expansão do metro para Ocidente. Também na Carris, aguardamos, há já quase um ano, pela apresentação de um modelo de gestão e planeamento para a nova administração camarária e não as medidas avulso de cariz populista que têm saído amiúde, apresentadas à comunicação social.-----

----- De facto, começa a ser evidente que apenas temos medidas desarticuladas como, por exemplo, desarticulada foi a construção do último parque dissuasor da cidade, o

da Ameixoeira. Sabem os Senhores Vereadores porque é que tem taxas de ocupação tão baixas? Porque para quem vem no eixo Norte-Sul é mais rápido continuar até ao centro da cidade do que sair dessa via entrar no trânsito da ameixoeira para aceder ao parque. Como é que não se fez um acesso direto? Mau planeamento e vontade apenas de ter qualquer coisa a funcionar. -----

----- Também na mobilidade, queremos apresentar a nossa total disponibilidade para ajudar na reforma do regulamento de cargas e descargas na cidade de Lisboa. Senhores Vereadores, é que ter, em 2017, em regulamento alicerçado na década de 80 do século passado revela uma de duas coisas: ou este Executivo acha que a cidade não evoluiu nestes 30 anos, ou a cidade evoluiu e este Executivo não se apercebeu. -----

----- É que ambicionar uma cidade moderna e cosmopolita do século 22 a funcionar com regras do século 19 é no mínimo disfuncional. -----

----- A 2ª área para os primeiros 6 meses é a área das Finanças. Aqui, temos de poder ser úteis e leais à cidade que servimos e, Senhores Vereadores, prometo que nem me vou meter na polémica entre as diferenças de visão sobre a consolidação de contas do Município existentes entre o Tribunal de Contas e a Câmara. -----

----- É urgente reformar o regulamento das taxas da cidade. Em 1º lugar, convenhamos, aquele regulamento não é útil nem para os agentes económicos, nem para a gestão Municipal, nem para as entidades de fiscalização. Ali há taxas para tudo e mais alguma coisa, mal organizadas e mal estruturadas e, como é óbvio, há uma taxa à cabeça que pretendemos dever ser imediatamente revogada: a Taxa de Proteção Civil. -----

----- Certamente todos nos recordamos que quando António Costa apresentou a Taxa de Proteção Civil ter anunciado que iria servir para colmatar uma alegada maldade do anterior Governo em retirar a receita do IMT da Câmara Municipal. A receita do IMT nunca foi retirada à Câmara, mas a Taxa de Proteção Civil continua a ser aplicada apesar das dúvidas sobre a sua constitucionalidade. -----

----- Mas, Senhor Presidente, deixo aqui a sugestão, se entendem a receita dessa taxa como fundamental para a consolidação das contas do Município, então o PSD está disponível para rever o valor da Taxa Turística. Isto apenas e só para evitar que o Senhor Vereador, eventualmente, embutido de um espírito inovador do *Web Summit* não resolva criar mais uma outra taxa qualquer, tipo ir taxar extraterrestres, é que Lisboa está na moda. -----

----- Senhora Presidente da Mesa, Senhores Vereadores. Por último, talvez o tema 1º para os próximos 6 meses: o desenvolvimento social. -----

----- Lisboa tem mais de 100 mil pessoas a viver em bairros sociais, muitas vezes numa situação degradante, sujeitas a estigmas, todo o tipo de imposições e algumas vezes humilhações. Os bairros sociais foram criados para acolher pessoas em momentos de dificuldade e não para se transformarem em prisões sociais impedindo que as pessoas que foram ajudadas, possam ultrapassar essas dificuldades e andar de cabeça erguida. -----

----- A Gebalis tem sido incapaz de promover uma verdadeira inclusão, correndo o risco de se transformar num carcereiro, nem são capazes de gerir os bairros sociais,

nem conseguem ser eficaz intervenção e apoio social, isto tem que acabar. Se a Gebalis não é capaz, então temos que desenvolver ferramentas que criem as condições para que as pessoas que residam nos bairros sociais possam ter uma palavra determinante no controlo dos seus destinos. com ou sem Gebalis.-----

----- A nossa 2ª prioridade centra-se noutra grande desafio. O sucesso das dinâmicas de intervenção social centra-se na capacidade de conseguir envolver vários parceiros e várias forças vivas nos territórios em risco.-----

----- O programa Bip Zip tem essa enorme ambição de, por um lado, identificar territórios e comunidades fragilizados e, por outro, criar as ferramentas de apoio para que as forças vivas locais consigam intervir. Mas se há algo que todos temos como certo é que a cidade e as suas dinâmicas vão alterando a realidade desses territórios, no limite pelo seu sucesso, ou pela ausência desse mesmo programa Bip Zip de apoio social.-----

----- Se, em 2018, continuarmos sem rever o mapa dos territórios Bip Zip é porque: ou afinal o programa não teve qualquer impacto e 7 anos depois continua tudo na mesma, ou o programa teve impacto, mas a Câmara não consegue compreender e acompanhar essa mesma evolução.-----

----- Por isso, Senhores Vereadores, contem com o PSD para rever o mapa dos territórios Bip Zip.-----

----- Senhora Presidente da Mesa, Senhores Vereadores, ficam aqui as 3 áreas com Propostas concretas para os próximos 6 meses. É este o nosso 1º contributo para uma oposição construtiva, assente em desafios, sugestões, propostas mas, acima de tudo, assente na disponibilidade de trabalhar para a melhoria da qualidade de vida de todos. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Pergunto se algum Senhor Deputado ou Câmara querem usar da palavra neste período a seguir à Declaração Política do Senhor Deputado Luís Newton?-----

----- Estava a perguntar se algum dos Senhores Vereadores ou algum dos Senhores Deputados, da parte dos Grupos não vejo iniciativa da parte da Câmara também não, sendo assim, vamos prosseguir.-----

----- Portanto, não há mais intervenções nesta Declaração Política, podemos passar à Declaração Política seguinte.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Neste início de mandato saudamos os eleitos municipais, os trabalhadores da Assembleia e da Câmara e a população de Lisboa.-----

----- O projeto da CDU para Lisboa não é diluível em objetivos de gestão contrários às necessidades principais da cidade. É o compromisso com a população da cidade que prevalecerá na nossa intervenção, contribuindo, como sempre fizemos, para construir propostas e soluções que se traduzam na melhoria da qualidade de vida na cidade e na

defesa do direito ao seu pleno usufruto. Propostas e soluções cuja efetivação, no atual contexto, exige a construção de convergências. É também nessa construção que estamos empenhados. -----

----- Reafirmamos a nossa disponibilidade para trabalhar com os que nos órgãos do Município queiram ter uma intervenção ativa e construtiva, que contribua para resolver os problemas sentidos por todos os que vivem e trabalham em Lisboa e para enfrentar de forma corajosa os desafios que se colocam. Assumiremos por inteiro as nossas responsabilidades, propondo e apoiando tudo o que seja positivo para a cidade e para quem nela vive e trabalha, rejeitando e combatendo tudo o que seja negativo. Nenhuma circunstância ou desenvolvimento prejudicial a Lisboa nos afastará deste princípio. -----

----- Diariamente os utentes do Metro de Lisboa, da Carris, da Transtejo e da Soflusa deparam-se com a ocorrência de perturbações na linha do Metro e atrasos ou supressões de autocarros e barcos em diversas carreiras e linhas, isto é uma herança antiga;-----

----- No Metro de Lisboa, bem como na Carris, os tempos de espera, o número insuficiente de autocarros e de carruagens – no Metro de Lisboa 30 carruagens estão imobilizadas das 111 que deviam estar ao serviço -, a ausência de qualidade e conforto dos meios de transporte, as constantes avarias nas escadas rolantes e nos elevadores, a falta de funcionários nas bilheteiras e estações, o encerramento da Estação de Arroios e o elevado preço dos títulos de transporte são preocupações diárias manifestadas pelos utentes dos transportes públicos da cidade capital do nosso país; -----

----- A administração do Metropolitano de Lisboa anunciou que iria reforçar o seu serviço na Linha Vermelha, por ocasião da realização do *Web Summit*, feito na prática à custa de uma maior degradação do serviço público nas restantes linhas; -----

----- O executivo da Câmara Municipal de Lisboa anunciou, mais uma vez, a intenção de proceder à aquisição de 250 autocarros para a Carris, mas o serviço vai-se degradando e falhando no essencial;-----

----- É necessário redefinir as prioridades da rede de transportes públicos de Lisboa, garantir o investimento nos serviços de transporte público, com a contratação dos trabalhadores necessários, o alargamento das redes e a redução das tarifas aplicadas.---

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária de 14 de Novembro de 2017, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que atue com determinação no âmbito das suas competências próprias e que intervenha junto do governo no sentido de se proceder: -----

----- À contratação de novos maquinistas para o Metropolitano de Lisboa, que seriam 30, como prometido há mais de um ano, e dos quais só ainda 10 se encontram já ao serviço; -----

----- Ao reforço do número de trabalhadores, de modo a garantir um bom funcionamento dos transportes públicos na cidade de Lisboa, a sua boa manutenção, bem como a reparação e funcionamento das respetivas infraestruturas e instalações; ---

----- À aquisição de peças e equipamentos de modo a assegurar atempadamente todas as operações de reparação e manutenção;-----

----- Ao alargamento da rede do Metro, prioritariamente para a zona ocidental de Lisboa, repondo-se e alargando-se assim, de facto, uma oferta de qualidade;-----

----- À reposição dos descontos para todos os utentes reformados e estudantes;-----

----- À reversão nos passes intermodais dos aumentos de mais de 30% que tiveram ao longo de 5 anos, alargando-se esta medida a todos os operadores e carreiras da região metropolitana de Lisboa;-----

----- À reversão urgente dos cortes impostos à oferta na Carris, Metro, Transtejo e Soflusa;-----

----- Ao desenvolvimento de uma política pública de investimentos no sector;-----

----- Ao assentamento do sector dos transportes em fortes, dinâmicas e eficazes empresas públicas;-----

----- Ao fim da destruição de postos de trabalho no sector dos transportes;-----

----- À elaboração de um Plano Metropolitano de Transportes, respeitando o Plano Nacional para esta área;-----

----- À criação de novas autoridades metropolitanas de transportes, com um funcionamento e composição democráticas, com a participação fundamental das autarquias locais, e prevendo também a participação de representantes da administração central, das empresas de transportes, dos trabalhadores deste sector de atividade e dos utentes;-----

----- Ao desenvolvimento de uma rede de parques de estacionamento dissuasores periféricos, de ligação aos meios de transporte público e gratuitos para os utentes desses transportes, com condições de segurança e ação fiscalizadora eficaz;-----

----- Ao combate à criação de novos impostos, taxas e tarifas sobre a população e os utentes.-----

----- Para esta sessão de Declarações Políticas entendemos trazer questões concretas que afetam a qualidade de vida dos trabalhadores e da população de Lisboa, que protestam nas paragens e nos transportes face aos consecutivos atrasos e alterações de horários, ao desgaste e cansaço dos motoristas, à falta de qualidade e de respostas eficazes para enfrentar as demoras em chegar aos locais de trabalho e a casa, bem como aos sítios para onde gostariam de ir, nas necessidades quotidianas de convívio, lazer e cultura.-----

----- É isto que propomos à vossa consideração na Recomendação que apresentamos. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- Creio que havia um pedido de palavra da Câmara sobre esta Declaração Política, já vou dar a palavra. Há um pedido de palavra também do Senhor Deputado José Alberto Franco e do Senhor Deputado Ricardo Moreira que a pediu em 1º lugar.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Moreira (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- Boas tardes a todas e a todos. Saudar a apresentação desta Moção importante sobre os transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Quem anda de Metro, quem anda de autocarro, de comboio, de barco na Área Metropolitana de Lisboa sabe que são necessários transportes públicos em condições e que eles têm de ser também alternativos ao carro, disso depende a mobilidade e o bem-estar e o ambiente e, por isso, esta é uma Moção importante. -----

----- Recordemos que, para além daquilo que é referido na Recomendação do PCP, a concessão da Fertagus termina em 2019 e um sistema de transportes da Área Metropolitana de Lisboa, precisa que a concessão da Fertagus reverta a favor da CP.---

----- Recordemos que o atraso nos transportes públicos não acontece somente na Carris e no Metro, mas também os transportes privados, se calhar, até, de um modo mais grave nos transportes rodoviários e que, o sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa, não obriga os operadores a aceitar um passe social e que, portanto, para além da reversão de preços de 30% é necessário também que exista um tarifário comum e que sejam obrigados a aceitar o passe social. -----

----- Aliás, é preciso reverter, é preciso rever, profundamente, todo o sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa. A Autoridade de Mobilidade e Transportes tinha um estudo que deveria estar pronto agora, no 1º semestre de 2017, e do qual ainda não sabemos nada, o que prejudica este debate e como devemos avançar.-----

----- Mas, finalmente, dito isto, o novo regime jurídico de transportes públicos de passageiros determina que as autoridades metropolitanas de transporte sejam criadas por decisão, também, ouvindo as autarquias. Assim, perguntamos o PCP se não considera que, cumprindo o regime jurídico de transportes públicos, as autarquias da Área Metropolitana de Lisboa não devem ser a ouvidas na criação destas autoridades metropolitanas de transportes? Nós achamos que é esse o caminho, mais do que aquilo que está também exposto na Recomendação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Sobre esta matéria e aquilo que já foi o debate relativamente aos transportes e à mobilidade quer na cidade de Lisboa quer na área Metropolitana. Dizer que, obviamente, nós concordamos com o PCP quando nos diz que há uma total ausência de uma política e de uma visão Metropolitana para os transportes. -----

----- Obviamente, tem que haver ajustamentos aos objetivos que foram apresentados, quer pela Carris, quer pelas outras empresas de transportes que operam não só na cidade de Lisboa, mas em toda a área Metropolitana e muito daquilo que é aqui proposto pelo PCP, nós também o defendemos, todos nós defendemos que deve haver mais descontos, que devem haver isenções, que deve haver um maior investimento nos recursos humanos e nos recursos técnicos.-----

----- Mas, nessa medida, nós também discutimos aqui no último mandato e nisto temos que ser o mais taxativos possíveis e específicos. A verdade é que nós podemos aqui propor mais descontos, mais isenções, mais investimento e mais recursos, mas a verdade é que ainda ninguém conseguiu explicar por quem detém essa

responsabilidade, de onde é que vêm esses fundos. Até hoje não nos foi apresentado, quer para a Carris quer para as outras empresas, operadores de transportes, qual o estudo de viabilidade económica e, portanto, obviamente, por princípio, nós concordamos com muito daquilo que o PCP aqui apresentou, nas questões ideológicas nem tanto, mas na verdade, e a pergunta que eu deixava ao PCP, era saber se tem conhecimento, porque nós não o temos, dos estudos de viabilidade económica, caso eles existam, os planos de investimento para estes transportes que nos permitam, de forma clara, poder aqui defender as percentagens que vocês apresentam de descontos e isenções e também de investimentos quer em recursos humanos, quer em recursos técnicos. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Boa tarde. Tal como outras bancadas, nós também saudamos o aparecimento desta iniciativa do PCP. Refiro-me ao conjunto da Recomendação e em relação aos pontos conclusivos, estamos de acordo e vamos acompanhar na votação uma boa parte dos pontos que são aqui apontados. -----

----- Isso não acontece com todos os pontos e é em relação a eles que gostaríamos de colocar questões e propor ao PCP que, enfim, que desenvolva ou justifique aqueles aspetos com os quais não estamos de acordo. -----

----- Começando pelo Ponto 4 da parte conclusiva da Recomendação proposta pelo PCP, usa-se aqui um advérbio de modo relativamente ao alargamento da rede do metro que é o de prioritariamente para a zona ocidental de Lisboa. -----

----- Ora bem, tendo em conta as candidaturas, os problemas candidatura que as várias forças políticas apresentaram para as eleições do dia um de Outubro e as posições, no caso concreto, com os quais os Deputados Independentes do Movimento Cidadãos por Lisboa e o Partido Socialista, em particular, portanto, se comprometeu a avançar com trabalho junto do Governo que viabilizem o alargamento à zona ocidental de Lisboa, mas isso sem entrar em contradição com o que está projetado pelo Governo, relativamente a outros desenvolvimentos e extensões do metro. Nós não concordamos com o advérbio de modo ‘prioritariamente’ que aqui figura. Defendemos e contatámos antes que o PCP, se seria possível ajustarem a redação no sentido de isso não aparecer assim. Nós defendíamos que fosse simultaneamente com o restante desenvolvimento da rede, o PCP não concorda e, portanto, nesse aspeto teremos, se isto não for modificado, teremos que nos abster na votação do Ponto 4 e gostaríamos que o PCP, tanto quanto possível, justificasse a sua posição de não prescindir dessa formulação. -----

----- Também em sentido idêntico, no Ponto 13 que se refere ao desenvolvimento da rede de transportes de parques de estacionamento dissuasores que é um princípio com o qual estamos calorosamente alinhados. Parques periféricos que possam, portanto, contrariar a tendência, a propensão, dos condutores de transporte individual de tentarem trazer por todos os meios os seus veículos para o centro da cidade. -----

----- Há aqui um aspeto em que já propusemos ao PCP, também, que reconsiderasse, que é o aspeto da gratuitidade do estacionamento nesses parques, essa gratuitidade é

que, em nosso entender, uma medida tecnicamente errada, pode conduzir e estimular o estacionamento abusivo, o estacionamento abusivo, mas estamos a propor o nosso ponto de vista, a nossa posição em relação a esta medida e, portanto, achamos que isto pode ter um efeito contraproducente na utilização desses parques, por utilizadores, por proprietários de veículos que, efetivamente, não se desloquem de seguida nos transportes públicos e que os usem como despejo para veículos que não tenham a ver com a deslocação diária, com a mobilidade efetiva dos utilizadores. -----

----- Temos também comentários desfavoráveis ou pelo menos diferentes em relação a outros pontos, o que seria talvez um bocadinho extenso demais para estarmos a comentá-los um a um. -----

----- Só uma referência no Ponto 11 a um hipotético Plano Nacional de Transportes que deveria ser respeitado na elaboração do Plano Metropolitano de Transportes. Estamos inteiramente de acordo com a necessidade de ser elaborado, no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa, um plano para esta região, para esta área Metropolitana. O Plano Nacional de Transportes não existe. Gostávamos de recordar que o último instrumento que foi pomposamente intitulado Plano Estratégico de Transportes do Governo PSD/CDS, há uns anos atrás, era um plano completamente errado e que conduziu, entre outros resultados nefastos, à redução acentuada da oferta de transportes públicos, nomeadamente, na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Portanto, esta referência a uma coisa que não existe e que, digamos, onde a única coisa parecida que possa ser citada, nos últimos anos, é um instrumento altamente negativo, também não nos parece correto. -----

----- Enfim, para já eram estas questões que queríamos levantar. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- Senhores Deputados Creio que há ainda um pedido de palavra Câmara sobre esta matéria. O Senhor Vereador Miguel Gaspar. E creio que não havia mais nenhum pedido. E Depois o Senhor Deputado Modesto Navarro tem 4 minutos que responder às várias intervenções.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Senhora Presidente, muito boa tarde. Antes de mais, agradecer o ter-me passado a palavra. Esta é a 1ª vez que me dirijo a esta Assembleia. Agradecer aos lisboetas a confiança e o voto de confiança que tiveram também em mim nesta eleição, acho que responsabilidade é grande e enquanto parte do Executivo da Câmara Municipal de Lisboa, colaborar com esta Assembleia, no esclarecimento de todas as questões, na discussão de todas as políticas de transporte. -----

----- Os desafios ‘sociais’, que nós temos para os transportes são enormes e claramente não atingiremos aquilo como prometemos, como sociedade em termos coletivos, as metas que temos para 2030 para 2050, se não alterarmos a nossa forma de fazer e que foi feito até aqui. Nesse sentido, penso que temos as ferramentas únicas no próximo mandato, os próximos 4 anos, pela 1ª vez a Carris é da Câmara Municipal

de Lisboa, pela 1ª vez, temos a divisão de Trânsito da Polícia Municipal perfeitamente integrada na Assembleia Municipal, temos uma área Metropolitana onde, antes destas eleições, os candidatos, então, hoje autarcas do Partido Socialista, fizeram um compromisso pela mobilidade, onde ficou claro e patenteado a importância da Área Metropolitana de Lisboa como fórum para discussão da política de transportes a nível metropolitano e para o desenvolvimento das medidas que se entendem como estruturantes, entre elas o investimento das redes de transporte do metropolitano e também a questão do intermodal de Lisboa e a sua importância de ser totalmente redesenhado.-----

----- Temos em 2018, 2019, a necessidade de lançar os concursos por todos os operadores privados que operam na Área Metropolitana de Lisboa e que, com isso, uma profunda alteração do paradigma do que são as relações de forças entre concedente e concessionário e a nossa capacidade de regulação e de intervenção nessas redes que, com fraqueza, é a maior parte daquilo que é operado no território da Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, isto dizer que os próximos 4 anos são, de facto, estruturantes e não ignoramos, também, a questão da logística urbana, não ignoramos a questão do turismo, logística urbana, aliás, que não posso deixar de dizer que eu próprio trabalhei com o executivo então liderado por Pedro Santana Lopes para resolver o problema da logística urbana e, portanto, é um tema que acompanha a Câmara há muitos anos, não é um tema, certamente, dos anos 80.-----

----- Também uma referência à questão das autoridades transporte e na Área Metropolitana, não há dúvida nenhuma que a Área Metropolitana de Lisboa já é a autoridade de transportes da área Metropolitana e é nessa base que devemos trabalhar com eles e também, mas, principalmente, e nesta intervenção, peço desculpa deste enfoque que talvez nós não concordemos que o detalhe das medidas como elas estão postas pelo PCP, certamente, concordamos com a importância das empresas públicas, dos trabalhadores, do papel extraordinário que os trabalhadores da Carris têm feito na melhoria que já se nota no serviço da Carris. Acho que tudo isso é de sublinhar e é de salutar, mas parece-nos que o grande foco, de facto, é a melhoria do sistema de transportes coletivos como um todo e, com franqueza, acho que temos um grande consenso nesta Assembleia em torno deste tema.-----

----- Certamente discordaremos da forma de fazer em alguns aspetos, mas, principalmente a mensagem que queria aqui deixar é que espero que ao longo destes 4 anos, tenhamos um consenso alargado em muitas destas questões e que nem sempre as diferenças ideológicas são assim tão fortes e nós temos mesmo que, em termos coletivos, ter esta vitória, devemos isso aos nossos filhos, devemos isso aos filhos deles e se nós, nestes próximos 4 anos não tomarmos os passos certos, falharemos como sociedade. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra e em resposta, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Quero agradecer aos Senhores Deputados, à Câmara de terem colocado estas questões. Tem ideia Senhora Presidente, temos a ideia que esta matéria, que já está em

vários documentos aprovados nesta Assembleia, podia constituir um dos objetivos principais do nosso trabalho com a Câmara em relação à questão dos transportes.-----

----- Porque, Senhor Vereador, muito obrigado pelas suas palavras mas, vendo, por exemplo, um autocarro, o 709 em Campo de Ourique, mudar de repente o destino dos Restauradores para Rato, impressiona imenso as pessoas e há revolta, e o motorista é questionado quando abre a porta, e alguém diz: 'olha é a pior desde que passou para a Câmara', isto ganha a satisfação, ou seja, ganhou o apoio de toda a gente que está ali, ninguém diz que não. Que era melhor que continuasse como estava, portanto, a Câmara tem que fazer muito, muito trabalho. -----

----- Claro que fala da questão da Área Metropolitana, mas tivemos em relação à Carris, recentemente, discussões em que a Câmara não abriu muito as portas à negociação com os concelhos envolventes para que a Carris atingisse esses conselhos. Ainda no fim de semana, o Presidente da Carris, numa entrevista que deu, falava das dificuldades imensas que há quando às vezes se trata de centenas de metros, digamos, de avanço em relação àquilo que o autocarro, este ou aquele atinge. -----

----- Quanto às questões colocadas pelo Senhor Deputado Ricardo Moura. Sobre o transporte em condições, a concessão à Fertagus. Hoje, o Metro de Almada é um terror. Porque as carruagens foram um erro crasso, são carruagens pesadas da Siemens que atravessam pelo meio a cidade e a Câmara, reconheço, não exerceu aquilo que devia ter-lhe exercido, poder, para que não fossem carruagens tão abusivas e tão intrusivas que abalam as casas da Avenida, das ruas onde passa e se tornasse, de facto, num transporte que fosse agradável e não é! E hoje piorou imenso as carruagens fazem imenso barulho e há vozes, cada vez mais crescentes, no sentido de exercer esse poder de mudança. -----

----- O mesmo se passa, por exemplo, e a Câmara devia ser alertada, também, já fiz esse aviso, é porque, no rio, hoje passam-se situações terríveis, e na e na carreira que serve Cacilhas/Lisboa há um operário que, o trabalho dele é mudar peças de barcos que estão parados para barcos que estão em movimento, peças usadas que com o serviço, noutros navios, noutros barcos, ainda ficam mais, digamos, desgastadas. E é essa a situação que se vive! E qualquer dia, enfim, oxalá não aconteça, mas pode acontecer qualquer coisa de grave com aquilo que se passa nas 2 empresas que atravessam a cidade, portanto, há que tomar medidas. -----

----- Ao Senhor Deputado Diogo Moura, vou ler-lhe um textinho curto sobre esta questão ter meios ou não ter, por exemplo e falando só deste Governo.-----

----- O Orçamento de Estado para 2018 não traz as verbas suficientes para contratar os trabalhadores em falta no Metro, mas traz 392 milhões para pagar ao Santander uma aposta sobre o valor futuro da taxa de juro, só aposta que um administrador do Metro perdeu há uns bons anos e que nós todos somos chamados agora a pagar. Ora, 392 milhões davam para contratar mais 130 trabalhadores para o Metro durante 100 anos, da mesma forma, o Governo recusou de reverter o escandaloso aumento dos preços imposto pelo Governo PSD/PP, argumentando que o país precisava dessa receitas, mas depois mesmo país entrega 4004 anos de receitas do Metro, cerca de 100 milhões

por ano, para pagar um banco em um assunto de nada, uma aposta especulativa, um roubo. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado terminou o seu tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Vou mesmo terminar. -----

----- Sobre a questão do da abordagem que os independentes fizeram, fizeram-na em relação ao anel do Cais do Sodré, ou seja, a Linha Amarela e nós, a nossa posição é conhecida, não estamos contra e damos prioridade, pensamos que é um fechamento sobre uma área de negócio, para servir negócios, e não para servir a cidade de Lisboa. E o que é, de facto, urgente é a zona ocidental que não tem metro que não tem transportes e que devia ter, portanto, em relação a isso...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado tenho mesmo que lhe pedir, apelo à sua capacidade de síntese.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Sim, Senhora Presidente foram intervenções várias...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Eu não tenho dúvida, mas temos o Regimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Mas eu creio que a gente pode quanto aos parques periféricos a questão é esta: nós falamos de, com vigilância, parques periféricos onde as pessoas entrem e tenham que sair, na para deixarem os carros lá guardados semanas, meses, não é para isso. Mas com vigilância é possível, porque se não for grátis as pessoas continuam a trazer o carro para a cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Senhor Deputado tenho consciência, não gosto de tirar a palavra a ninguém, mas temos que dar...” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Mas eu proponho à Senhora Presidente que esta matéria seja objeto...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra respondeu:-----

----- “Eu sei que sim e o Senhor Deputado viu pela quantidade de perguntas, que ela suscitou interesse. Mas temos que dar a mesma oportunidade a todos, portanto, vamos prosseguir.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, varos Vereadores, caros Deputados Municipais, cara comunicação social, caro público.-----

----- Nesta 2ª Sessão da Assembleia, a 1ª a permitir que me dirija a todos, gostaria de deixar algumas palavras sobre o início deste novo ciclo, de onde partimos e para onde queremos ir.-----

----- Na Convenção autárquica do CDS realizar em Lisboa, no passado mês de setembro, tive a oportunidade de me dirigir aos militantes do meu partido e aos independentes exortando-lhes a ir para a rua com mais força, mais energia e determinação, para levar a todas as Freguesias, a todas as ruas, a cada casa a justiça, a seriedade das nossas ideias e o compromisso que pretendíamos estabelecer que os lisboetas e, sobretudo, a esperança por uma política alternativa a 10 anos de Partido Socialista que contribua para a melhoria da nossa qualidade de vida quotidiana.-----

----- Pedi-lhes para acreditarem que iríamos surpreender. Não só acreditaram como trabalharam para que o resultado que fez do CDS, da coligação ‘Nossa Lisboa’, que integrou também o MPT e o PPM, o principal partido de oposição da Câmara, deixando Fernando Medina, e permitam-me a ironia mais coxo do que eu, neste momento, ao perder a maioria na Câmara.-----

----- Simultaneamente, o CDS reforçou e multiplicou o seu número de Deputados Municipais, Vereadores e eleitos nas Assembleias de Freguesia, constituindo uma vitória em toda a linha.-----

----- Nessa reunião também disse outra coisa: que o verdadeiro trabalho se iniciava no dia seguinte ao ato eleitoral e é com esse espírito de missão que toda a bancada do CDS se apresenta aqui, neste plenário, para honrar os compromissos eleitorais assumidos com os lisboetas. Somos uma equipa de homens e mulheres com experiências e percursos diferentes mas enriquecedores, que querem contribuir para que Lisboa seja uma cidade melhor.-----

----- Entre esses compromissos destaco os grandes setores orientadores para a ação política que detalhámos no nosso programa e que também nesta Assembleia daremos prioridade.-----

----- Em primeiro, a mobilidade e a sustentabilidade urbana. Numa cidade onde as intervenções do executivo socialista conduzem ao aumento do tempo gasto em deslocações, onde os transportes coletivos são ineficientes, onde o estacionamento é escasso e caótico e onde o plano de drenagem deve severamente ser alvo de reflexão no futuro próximo, onde as emissões de CO2 crescem e onde falta uma estratégia à escala Metropolitana, o CDS propôs-se a fazer a diferença.-----

----- O 2º são as políticas sociais. Na Lisboa com défice de creches, onde os idosos e as famílias carenciadas não têm apoio solidário suficiente e apropriado, onde existe habitação social por atribuir quando todos conhecemos casos urgentes de realojamento, ou a Lisboa de falta de oferta habitação onde o mercado não chega, nomeadamente, para os jovens e classe média, o CDS propôs fazer diferente e também aqui não pactuará com a ausência de uma política clara nesta matéria.-----

----- O terceiro é a economia emprego e empreendedorismo. Também aqui nos deparamos com uma falta de visão estratégica por parte que nos governou na última

década, tanto ao nível do planeamento e ordenamento, empreendedorismo, adequação aos novos fluxos turísticos, uso correto para o fim a que se destina da taxa turística, do ordenamento comercial, da burocracia e da equidade fiscal, passando pelo posicionamento internacional ou na relação da cidade com a economia do mar, ou do inaceitável grau transparência Municipal a que o atual executivo não votou, a meio da tabela dos 308 Municípios, são questões que nos interessam e para as quais temos respostas e que acompanharemos muito atentamente.-----

----- A cultura é o 4º ponto. Tema frequente do mandato anterior, onde tivemos oportunidade de apresentar inúmeras Propostas, mas onde tudo continua na mesma quer na Bedoteca ou Hemeroteca, a título de exemplo. Ou então na duplicação de serviços com um Pelouro cada vez mais diluído e ineficaz. E que dizer da falta de interesse que vota ao total abandono a cultura de génese popular que forjou a identidade da capital. Nós temos bastante a dizer e imensa vontade de fazer.-----

----- Por último, e em quinto, a segurança de pessoas e bens. Tanto na vertente *safety* como *security*, a Câmara desafia constantemente o perigo. São do conhecimento geral dos pontos da criminalidade sem que Câmara atue eficazmente nos domínios da sua competência. É desconcertante a forma como os mais elementares fatores de prevenção do risco sísmico são descuidados e que todos, a nível geral, pouca importância estratégica dão.-----

----- Insistiremos nas medidas já por nós propostas e traremos mais-valias nestas matérias, como ainda hoje se verá no decorrer dos trabalhos, com iniciativas relativamente ao tema da segurança.-----

----- Não contam com o CDS para que tudo continue como está. Queremos uma Câmara pró-ativa e esta nunca passou na maioria dos casos de reativa.-----

----- O PS, que firmou um acordo com o Bloco de Esquerda e que cedeu, a nosso ver, de forma perigosa, ao sectarismo em matérias sociais ou no ataque à livre iniciativa que, no nosso entender, influenciará negativamente a economia da cidade.-----

----- Mais uma vez, o negócio feito que, obviamente, visa assegurar uma maioria no executivo e que, no nosso entender, mais uma vez, apenas o Bloco sai a ganhar. A fatura, como já nos habituaram, será paga todos os lisboetas, mas também, nesta matéria, estaremos aqui no decorrer do mesmo e, portanto, será um processo de avaliação contínua.-----

----- Pela parte do CDS, não mudámos de ética nem de estilo, faremos oposição sólida e fundamentada das nossas convicções e ideário político. Seremos uma oposição intransigente na defesa do programa com que nos apresentámos a sufrágio aos lisboetas, mas também saberemos ser convergentes e responsáveis na defesa dos superiores interesses da cidade.-----

----- Esperemos com este executivo e, em particular de Fernando Medina, que hoje não está presente, saibam acolher as Propostas da oposição que visam uma Lisboa melhor. Conte connosco, ou contem connosco, Vereação, para construir e elevar mais alta a nossa Lisboa, mas não para amparar Propostas e caminhos que consideramos errados.-----

----- Senhora Presidente, Arquitecta Helena Roseta, no final do anterior mandato senti obrigação, e não é obrigação, de lhe agradecer em nome da minha bancada, pelo rigor e isenção com que conduziu os trabalhos desta casa e pela forma dinâmica e nobre como presidiu aos destinos esta Assembleia. A Casa da Cidadania deu um contributo fundamental na participação cívica e comunitária a par de uma maior proximidade entre eleitos e eleitores. Ao contrário de uma Câmara reativa quando confrontada com a pressão mediática e da comunidade, os lisboetas encontraram sempre, nesta casa, uma postura de abertura, auscultação e resolução. Encontraram eco e sequência prática às suas preocupações. Fica Vossa Excelência a saber que não esperamos menos de si neste mandato e que conta com a lealdade institucional do CDS para essa tarefa. Da esquerda à direita, esta é a marca que a Assembleia deve preservar e até, se possível, ampliar. -----

----- A todos os Grupos Municipais e Deputados Independentes, ao Executivo da Câmara, aos funcionários e aos assessores, o Grupo Municipal do CDS deseja votos de um profícuo trabalho em prol de Lisboa. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Deputado Diogo Moura apraz-me saber e, aliás, verificámos isso já em intervenções anteriores de diversas bancadas, que o acordo firmado entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda sobre a governação do Município de Lisboa tem sido bastante comentado, notado e, seguramente, glosado. Mas Senhor Deputado fiquem assolado e fiquei preocupado com a expressa preocupação do Senhor Deputado com a liberdade de iniciativa económica na cidade e com o sectarismo com que qualificou o acordo celebrado entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda. -----

----- Queria questioná-lo sobre o seguinte: Senhor Deputado Diogo Moura, não terá sido sectário aprovar uma lei da renda apoiada que colocou famílias em dificuldades? Senhor Deputado, não terá sido sectário por intervenção também do seu Governo se tenham deteriorado os serviços de transportes públicos e se tenha proposto a sua privatização através de uma concessão que pouco mais seria que um desses negócios vergonhosos e perigosos? Irresponsáveis! -----

----- Senhor Deputado, de entre as suas preocupações não entende o Senhor Deputado que perigoso, apesar de defender a livre iniciativa, seria prosseguir-se a política de liberalização do arrendamento urbano acompanhada de uma completa descaracterização daquilo que é o planeamento urbano e da afetação dos imóveis ao seu uso, através de um projeto, aliás, através de legislação, com a participação direta do seu partido, no Governo, no 19º Governo Constitucional, com a participação direta do seu partido que permitiu que o centro histórico se esvaziasse, que permitiu que houvesse caça ao arrendamento tradicional e despejo dos mais vulneráveis para se converter em alojamento local, que permite que a cidade e o seu centro histórico sejam hoje, ou se estejam a transformar, em vez de uma cidade onde há vida dos seus habitantes, numa cidade que, afinal, não passa de um parque de atrações.-----

----- Sobre sectarismo e irresponsabilidade da liberdade de iniciativa económica, Senhor Deputado, penso que estamos falados, mas aguardo a sua reflexão.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vejo que este início de mandato promete sobre a interação com a direita e, portanto, eu até já estou mais bem disposto relativamente aos momentos anteriores em face da intervenção de Senhores Deputados de Rui Costa. -----

----- Caro Deputado Diogo Moura é com, digamos que com a mesma tranquilidade que, no outro mandato falávamos sobre um conjunto de temas que abordou, é a mesma tranquilidade e ainda mais o desejo e a oportunidade de melhorar um conjunto de várias coisas às quais se referiu, mas não deixo de, mais uma vez, ter que lhe dizer que já acho extraordinário, e ainda bem, que estão muito motivados para intervir numa série de áreas que enquanto Governo, nomeadamente, ajudaram, ou tentaram destruir e ajudaram, claramente, a depauperar o país e várias delas, como a mobilidade, a própria Câmara Municipal de Lisboa no período em que o vosso mandatário foi Presidente de Câmara e a direita, uma forma geral, teve o poder. -----

----- Bem, só para citar algumas das questões que colocou, a taxa turística, taxas e taxinhas que eram ilegais e agora já são boas, bem só para citar algumas das questões.

----- Mas queria começar este mandato também dizendo muito claramente que estamos muito disponíveis para todas as vossas Propostas, que acolhemos com todo o cuidado, estamos a iniciar, é o momento certo para fazerem essas mesmas Propostas, o momento de construção orçamental, eu desafio-os, desde já, a nos apresentarem algumas, nesta fase de construção mas, em breve, vamos apresentar os grandes números para debate-los convosco e depois teremos uma oportunidade até cerca de meados do mês de dezembro, para apresentarem todas as Propostas que considerar importantes, nós para as analisarmos e para, no final, decidirmos sobre elas democraticamente. -----

----- Mas é com todo o gosto que teremos o cuidado, colocaremos em todas as Propostas serão apresentadas, sendo este a este desafio na transversal da direita à esquerda e todas as Propostas serão bem-vindas. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra, em resposta, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Começando por responder ao Deputado Rui Costa. E começando pela questão do acordo com o PS, se bem ouviu, eu elogiei aquilo que foi, elogiei do ponto de vista ideológico aquilo que o Bloco de Esquerda tentou defender nesse acordo e que conseguiu com que o PS voltasse atrás, e daí ter dado os parabéns e ter dito que foi o Bloco que saiu a ganhar, seguramente, não será Lisboa que sairá a ganhar. -----

----- Quando o Senhor fala de iniciativa e falava dos transportes coletivos, muito bem. O anterior Governo recebeu um problema enorme, vamos voltar aqui a fazer de canal história, não vale a pena. Mas falando dos transportes os Senhores sabem muito bem como é que nós recebemos os transportes do anterior Governo, e nós arranjámos uma solução. Os Senhores, ideologicamente, ou numa perspetiva económica podem não

concordar com ele, têm uma visão diferente, isso para nós é pacífico, agora dizer que nós não tentámos resolver! O que eu pergunto é se o atual Governo já resolveu? O Governo que vocês apoiam. -----

----- Agora que apoiam a nível central e a nível municipal, eu pergunto, eu pergunto o que é que já melhorou nestes transportes? Seja no Metro, seja na Carris, seja na Transtejo e, portanto, eu devolvo-vos a pergunta, porque nós temos uma solução! Onde é que está o valor para investimento? Está pior o serviço, ainda hoje aqui o PCP falou sobre esta matéria, está pior, e portanto os Senhores não conseguiram resolver nada! -----

----- Mas vamos à lei das rendas, mas vamos à lei das rendas. Era difícil mexer na lei das rendas, pois era! Tiveram coragem os governos de esquerda? Nunca! Foram sempre os governos de esquerda que congelaram as rendas e viu-se ao ponto a que chegaram quer inquilinos, quer Senhorios, não foi bom para ninguém. E portanto, CDS teve essa árdua tarefa de mexer na lei das rendas, claro que tudo não é bom. Não é bom, mas, mesmo para isso, havia um seguro, uma caução de renda e, portanto, o Senhor tem uma posição diferente, terão sempre do ponto de vista ideológico outro entendimento e, portanto, não vale a pena estarmos aqui a falar sobre essa matéria. -----

----- Mas, depois, eu acho sempre caricato, quando o Bloco fala do centro histórico. Ora centro histórico foi esvaziado pela lei das rendas, o Senhor vá ver os valores, o número de habitantes no centro histórico, de há 20 anos para cá, e diga-me onde é que houve o esvaziamento com a lei das rendas. Diga-me onde houve um esvaziamento significativo com a lei das rendas. A Baixa estava vazia. O centro histórico estava vazio, hoje em dia está reabilitado. Diz que há problemas sociais a jusante, há, temos que os resolver, temos, em conjunto. A lei das rendas tinha isso previsto? Tinha. A Câmara Municipal vai fazendo, muito pouco, mas vai fazendo. -----

----- Mas a verdade é que havia uma solução. A 1ª coisa que o PS fez quando chegou ao Governo, apoiado por vossas excelências, foi extinguir o seguro de renda, a caução de renda, portanto, diga-me, onde é que está o vosso papel nesse apoio? É de criticar, ainda por cima alienar aquilo que ajudaria as pessoas que estavam numa situação económica mais vulnerável? Não parece que vocês contribuam muito para a solução. --

----- Regulamentação. A Câmara tem poderes de regulamentação, não regula porque? Já pararam para se perguntarem? Porque é que a carne não regula. Haverá uma nova lei e esperemos e estaremos cá para dar o nosso contributo na questão da regulamentação. Temos Propostas muito concretas nessa matéria. -----

----- E ainda, ao Senhor Vereador João Saraiva, que já nos habituou aqui ao seu estilo, também dar-lhe as boas-vindas, vão ser debates muito animados. Dizer-lhe que eu não vou entrar pelos ataques de base, uma vez um ex-Presidente de Câmara, acho que não é por aí a nossa forma de estar nem de ética na política. Mas dizer-lhe que, obviamente, contará com o CDS, como disse há pouco na minha intervenção inicial, para lhe apresentar aqui Propostas concretas para melhorar, não só o orçamento, mas para melhorar aquilo que nós consideramos que está errado na cidade de Lisboa. -----

----- E devo dizer, logo em 1º lugar, como já deve saber, ainda hoje de manhã, o CDS apresentou uma Proposta muito clara e cumprindo aquilo que tem vindo a defender

aquilo que é nosso entendimento sobre a Taxa de Proteção Civil e aquilo que defendeu durante a campanha e, portanto, não defraudando todos aqueles que votaram em nós, e não foram poucos, apresentou esta manhã uma Proposta para a eliminação da Taxa Municipal de Proteção Civil, portanto, logo aí tem o nosso contributo. Sei que, à partida, daquilo que tem vindo aqui a defender, não concordará, mas tem aqui o nosso 1º contributo para fazer justiça a uma matéria em que nós consideramos que há muito pouca justiça. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, imprensa, assessores, trabalhadores, público em geral. -----

----- Neste início de novo ciclo permitam-me, antes de mais, que reitere o nosso agradecimento a todas e a todos os que depositaram o seu voto de confiança no PAN, atribuindo-nos mais responsabilidade ao duplicarmos a nossa representação em sede de Assembleia Municipal. -----

----- Sendo o PAN um partido de causas e de valores, que se pauta por princípios de compaixão e de não-violência, reforçamos o nosso compromisso neste novo mandato em dar continuidade ao percurso de dedicação às causas que temos trazido ao debate público, e que visam alterar consciências e contribuir para uma mudança de paradigma de acordo com valores éticos e ecológicos fundamentais, que passam desde logo por defender e promover uma cidade mais humana, mais consciente, mais justa, mais democrática, sustentável e inclusiva e também de maior respeito e proteção pelos animais. -----

----- Defendemos também que temos o dever enquanto eleitos – todas e todos nós presentes nesta sala – de promover uma casa da cidadania que permita regenerar a confiança dos cidadãos e das cidadãs nas atuais instituições. -----

----- A forma mais simples de regenerar essa confiança na Democracia, e gradualmente torná-la mais participativa, é mostrando que as políticas, opções e decisões locais coincidem com os desejos dos cidadãos e cidadãs e com aquilo que lhes foi prometido. Bem como demonstrar uma absoluta transparência em todos os atos dos órgãos do município e das respetivas freguesias, permitindo uma maior participação da população nas tomadas de decisão. -----

----- É claro que a regeneração do sistema não se esgota na promoção e efetivação da democracia e transparência. Existem hoje novos e difíceis desafios que se apresentam aos eleitos locais e que têm de estar no topo das prioridades, como é o caso das alterações climáticas e a sua necessidade de mitigação. -----

----- Nesse sentido, importa colocar nos pratos da balança outros aspetos da vida em sociedade e que até aqui têm permanecido descurados. As políticas não podem visar somente o crescimento económico, devem acima de tudo visar o aumento do bem-estar e da qualidade de vida das populações, nas suas múltiplas aceções. -----

----- Não podemos perpetuar a inação e complacência que vai existindo com os atentados ambientais como a permissão, ainda atual, de realizar descargas para o

ambiente – como é o caso do nosso Rio Tejo - sem medir as consequências do seu impacto nos ecossistemas, nas águas e alimentos; continuar a aprovar medidas urbanísticas que interferem com a promoção da biodiversidade e não mitigam os impactos das alterações climáticas. -----

----- Queremos contrariar, com as nossas propostas, essas políticas, nomeadamente através da proteção de Monsanto; do fim definitivo dum passado triste como a tauromaquia e os seus apoios institucionais e do reforço de apoio a quem tudo faz para proporcionar melhores condições de vida aos nossos companheiros de jornada, muitas vezes abandonados por uma sociedade de consumo imoral e desalmada.-----

----- Estas realidades são algumas das que têm sido consentidas e que propomos alterar com o nosso programa para Lisboa. -----

----- Estamos num momento de viragem na nossa cidade.-----

----- Temos hoje uma Lisboa em franca expansão económica, aliada ao crescimento do sector do turismo, mas também a um reverso histórico da Humanidade do qual não nos podemos orgulhar. Estamos planetariamente à beira da 6ª extinção massiva, Era já denominada de Antropoceno. -----

----- As alterações climáticas prometem uma irreversibilidade à qual nos teremos que adaptar, nomeadamente em Lisboa, a nossa cidade.-----

----- É preciso repensar a nossa sociedade e criar novas formas de interação e de solidariedade, que promovam sistemas económicos circulares, respeitando os direitos da Humanidade, garantindo a subsistência e a dignidade para Humanos, não-Humanos e ecossistemas. -----

----- Acreditamos e iremos defender uma cidade cujo desenvolvimento acrescente valor e honre a sua herança histórica!-----

----- Acreditamos e iremos defender uma cidade com habitação acessível a todas e a todos. Uma cidade em que as pessoas, ao invés de trazerem o carro para a cidade, circulam numa rede eficaz de transportes públicos, de bicicleta ou a pé. Uma cidade inclusiva. Uma cidade em que as pessoas com necessidades especiais conseguem chegar onde chegam todas as outras pessoas. Uma cidade em que a população idosa não fica esquecida e tem uma vida ativa e participativa. Uma cidade amiga dos seus animais, com um hospital veterinário público destinado a animais abandonados e de famílias carenciadas. Uma cidade respeitadora do seu património natural, dos seus espaços verdes, em particular do seu Parque de Monsanto, do seu Rio Tejo – que fazem parte do património identitário lisboeta.-----

----- Durante os próximos quatro anos, assumimos mais uma vez o nosso compromisso para com a cidade, no sentido de defender as melhores soluções para Lisboa. -----

----- E lançamos o repto a todas e a todos os demais eleitos que nos acompanham neste mandato: façamos desta Casa da Cidadania uma verdadeira força ‘empoderadora’ dos nossos munícipes, dos valores do ambiente e da vida animal, por uma Lisboa verdadeiramente mais humana e sustentável. Só assim poderemos honrar a herança histórica e democrática que recebemos dos nossos antecessores e que nos

permite hoje encontrar na diferença e na pluralidade forças de convergência, sem nunca temer dar voz aos diferentes ideários que defendemos. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. -----

----- Pergunto se algum Senhor Deputado ou Vereador quer interpelar o Senhor Deputado Miguel Santos? Não vejo sinal na sala, portanto, vamos passar à Declaração Política seguinte.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados e estimado Público. -----

----- Na primeira intervenção deste mandato, começo por dirigir uma saudação, em nome do Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes, a todos os eleitos, desejando um bom trabalho e fazendo votos para seja um mandato em que se deem passos sérios para a resolução dos problemas da cidade de Lisboa.-----

----- Da parte de Os Verdes, seremos uma oposição com propostas, com soluções e continuaremos a trazer a esta casa os problemas reais das pessoas, fruto do contacto direto que mantemos com as populações. -----

----- Passando à declaração política, trazemos a esta Assembleia o tema da qualidade do ar, fundamental para a construção de uma cidade desenvolvida e ambientalmente sustentável.-----

----- Não é um tema novo, já aqui foi discutido várias vezes, a grande maioria por proposta nossa, mas é um assunto que deve continuar a fazer parte da agenda desta Assembleia, porque a poluição atmosférica é nociva à saúde, à fauna e à flora e prejudica gravemente a qualidade de vida. Por isso mesmo, é um problema que nos deve preocupar a todos e ter uma resolução urgente.-----

----- Recentemente, a Agência Europeia do Ambiente publicou um relatório onde conclui que a má qualidade do ar causa a morte prematura de mais de 6.600 pessoas por ano, em Portugal.-----

----- Falando concretamente no caso de Lisboa, existem algumas zonas críticas relativamente à má qualidade do ar, como é o caso da Avenida da Liberdade, que ultrapassa os valores de poluentes superiores aos permitidos pela legislação europeia e nacional.-----

----- A verdade é que em 9 dias, Lisboa ultrapassou 23 vezes os valores máximos de poluentes permitidos por lei para um ano, situações registadas precisamente na estação de monitorização da Avenida da Liberdade. Vinte dessas ocorrências aconteceram em apenas dois dias. Recorde-se que a legislação permite apenas 18 ultrapassagens dos valores máximos de poluentes por ano. -----

----- Como se sabe, a qualidade do ar em Lisboa é influenciada sobretudo pelos níveis de tráfego rodoviário, que acaba por ser uma consequência do aumento das necessidades de mobilidade das populações. Portanto, a resolução deste problema

passa necessariamente pela capacidade de resposta a nível da mobilidade coletiva, à escala da cidade mas, igualmente importante, à escala metropolitana. -----

----- E numa altura em que se debate a neutralidade carbónica é preocupante e contraditório que Lisboa continue a apresentar estes níveis de má qualidade do ar.-----

----- É preciso recordar que os níveis de poluição do ar recomeçaram a subir assim que voltou a aumentar o número de viaturas em circulação. E, por isso mesmo, é extremamente alarmante continuarmos a deparar-nos todos os dias com uma rede de transportes que não dá resposta às necessidades das populações.-----

----- Os tempos de espera nos transportes são inaceitáveis. Esperar 10/15 minutos por um metro e esperar cerca de meia hora por um autocarro que vem cheio e onde não se consegue entrar não é aceitável. Também é inaceitável que esteja em cima da mesa um plano de expansão do Metro que em nada responde a estas questões ambientais e que em nada vai ajudar os cidadãos a optar pelos transportes coletivos, em detrimento do transporte individual. Além disso, todos os outros problemas mantêm-se: interrupções nas várias linhas, carruagens cheias, equipamentos avariados e por aí fora. -----

----- É aqui que reside a questão fulcral: Lisboa não é uma ilha e os problemas só se resolvem com uma visão global, e uma resposta no plano metropolitano. É preciso uma rede de transportes coletivos rápida, eficaz, sustentável e a preços acessíveis que responda às necessidades das pessoas.-----

----- É preciso alargar a rede e a oferta e reduzir os preços. É preciso apostar numa rede de parques verdadeiramente dissuasores nas entradas da cidade, e não continuar a fazer-se o que se fez com o parque da Ameixoeira, que está vazio, não servindo o seu propósito.-----

----- É preciso termos uma autoridade metropolitana de transportes a funcionar devidamente e com a participação efetiva das autarquias e ter os trabalhadores necessários a um bom funcionamento dos transportes. -----

----- Ou seja, precisamos de transportes de qualidade que sejam efetivamente alternativas e não apenas usados por quem não tem mais nenhuma alternativa! -----

----- E relembramos que estamos a falar de direitos constitucionais, o direito à mobilidade e o direito a um ambiente sadio.-----

----- Para Os Verdes, a política da qualidade do ar deve igualmente ser entendida como parte integrante de um planeamento urbano alargado e coerente, e também nesta área há um longo caminho a percorrer. -----

----- Outro aspeto que consideramos fundamental é a disponibilização de informação à população sobre os níveis de poluição atmosférica e a realização de campanhas de sensibilização sobre os impactos negativos da poluição atmosférica e as formas de a combater.-----

----- Por tudo isto, esta é uma matéria fundamental e não podemos continuar a adiar uma resposta séria, coerente e sustentada. Enquanto não houver verdadeiras alternativas, não será possível resolver os problemas ambientais, de mobilidade e de saúde pública na cidade de Lisboa. -----

----- Antes de terminar esta declaração política, e a propósito das recentes declarações do Ministro da Saúde sobre a autorização para o lançamento do concurso para a construção do Hospital de Lisboa Oriental em parceria público-privada (PPP), reafirmamos a posição do Partido Ecologista Os Verdes em defesa da manutenção dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central.-----

----- Terminámos o anterior mandato com o agendamento de um debate proposto pelo Grupo Municipal de Os Verdes, onde ficou inequivocamente expresso que os hospitais de São José, Capuchos, Santa Marta, Estefânia, Maternidade Alfredo da Costa e Curry Cabral não são para encerrar nem para desmantelar. -----

----- Por isso mesmo, o novo hospital não pode encobrir uma substituição destes hospitais, porque não é isso que a cidade e as pessoas precisam. Lisboa não pode ficar sem estes hospitais, com menos cerca de dois mil trabalhadores, com menos capacidade de resposta, com menos camas, menos blocos operatórios e menos equipamentos, numa suposta solução que não vai dar nenhuma resposta à cidade nem às populações, apenas beneficiará o sector privado de saúde.-----

----- E, sobre isto, importa ter posições concretas e muito claras por parte da Câmara, porque não nos esqueçamos que foi o PS que alterou o PDM para possibilitar a utilização dos solos para construir hotéis e condomínios. -----

----- Afinal, os projetos urbanísticos de uso privado na área do imobiliário de luxo para os edifícios dos Hospitais de São José, Santa Marta, Capuchos e Miguel Bombarda apresentados numa sessão organizada pela Câmara em 2013, são ou não para concretizar, tendo em conta que a grande maioria das opiniões manifestadas nesta Assembleia foram no sentido de não desmantelar estes hospitais?-----

----- Mais uma vez, defendemos que este processo, que tem tido tantas contradições, deve continuar a ser acompanhado de perto por esta Assembleia, que deve reafirmar a defesa da manutenção dos hospitais do Centro Hospitalar de Lisboa Central e que o novo hospital deve trazer mais capacidade de resposta a nível de cuidados de saúde, complementando e não substituindo os cuidados hospitalares já existentes.-----

----- Por parte de Os Verdes, é esta a garantia que damos às populações.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Deputada. -----

----- A Mesa pergunta se alguém quer fazer alguma interpelação à Senhora Deputada Cláudia Madeira? O Senhor Vereador Miguel Gaspar.” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “ Boa tarde novamente, apenas para sublinhar a importância de facto desta aposta nos transportes públicos e da qualidade do ar e também confesso que, talvez por ser novato nestas funções, não estava à espera da minha intervenção, depois é que viriam os detalhes das questões, portanto, vou aproveitar esta oportunidade para corrigir um poucas coisas. -----

----- Eu acabei de chegar, mas tenho o privilégio de ter estado a construir aquilo que é a ação da Câmara Municipal de Lisboa em cima daquilo que são as fundações de

peessoas que tiveram uma grande visão para a Cidade de Lisboa e que puxaram assim a competência para a rede de transportes públicos, e só e apenas por essa razão nesta fase, acho que tenho alguma dificuldade em aceitar que se continue a dizer depois de um tipo de intervenção, peço desculpa, que nada foi feito e não é verdade e acho que isso é injusto até ser dito dessa forma. E por essa razão, Senhor Deputado, há pouco falou nos problemas da Carris, há uma grande novidade no facto da Carris estar na Câmara Municipal de Lisboa, que o Senhor Deputado olha-me nos olhos, fala-me de um problema da Carris, eu tenho a obrigação de o resolver, dantes escrevíamos uma carta e mandávamos para o Senhor Secretário de Estado dos Transportes ou para a Administração da Carris e talvez ficasse resolvido e acho que agora conseguimos ter mais força para resolver os problemas. -----

----- Também tenho dificuldade em ouvir o CDS falar dos descontos e que nada foi feito quando na política do Governo CDS tudo o que foi feito foi triplicar o preço para estudantes, e aquilo que estamos a fazer agora foi tornar o transporte gratuito para as crianças e já viajaram mais de 2500 crianças deste nós fizemos essa intervenção. -----

----- Desculpe mas eu mantenho o foco na aposta dos transportes públicos e na aposta do uso dos transportes públicos, por isso é essa aposta, no âmbito do programa do PEV, que estou a fazer.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Desculpe Senhor Vereador mas tem que ser sucinto, porque que o tempo da Câmara...” -----

----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra, prosseguiu a sua intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Só terminar e termino mesmo relativamente à questão da de qualidade da frota dos transportes públicos, não podemos esquecer que já lançámos um concurso de 250 autocarros. O concurso está lançado e estamos neste momento, são autocarros de elevada performance ambiental e que certamente muito contribuirão para melhorar a qualidade do ar nas zonas centrais da Cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhor Vereador, lembrar à Câmara que tem neste momento já só um minuto e 48, de maneira que ainda há vários Deputados inscritos para fazerem Declarações Políticas. -----

----- Neste momento não há mais Senhores Vereadores inscritos, portanto, eu penso que, um momento, houve uma interpelação, a Senhora Deputada Cláudia Madeira tem 4 minutos para responder, se assim quiser.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Vereador pela sua intervenção, e por um lado é importante o Senhor Vereador reconhecer a importância do tema que aqui trazemos e a importância de investir e de apostar nos transportes públicos, mas reconhecer só essa importância também não chega e a realidade é que já há muito tempo, ao longo dos últimos anos e

a situação mantém-se até hoje e não vai ficar resolvido nos próximos tempos, a realidade é que basta sairmos daqui e tentarmos apanhar um transporte coletivo e as queixas são diárias, a nível do Metro, a nível da Carris, portanto, basta utilizar os transportes coletivos para ver que há queixas e que a situação não está melhor.-----

----- Também a nível da ANA e da importância de pensar em ter uma visão a nível metropolitano, aqui também dizemos, é ótimo que haja esta preocupação e esta visão, mas é preciso trabalhar no Plano Metropolitano e até agora, não está a haver a essa abertura e é isso precisamente que defendemos, uma aposta séria nos transportes coletivos em Lisboa e do ponto de vista Metropolitano e que esta situação se resolva! E aquilo que que dissemos e continuamos a dizer é: os transportes coletivos têm de ser uma efetiva alternativa para as pessoas.-----

----- Saudamos algumas das iniciativas das medidas, muitas delas têm sido também propostas nossas ao longo dos anos, mas é preciso fazer com que os cidadãos vejam nos transportes coletivos uma alternativa para começarem a deixar o carro em casa, se não for uma alternativa esta situação não vai mudar e o comportamento das pessoas também não vai mudar.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigada Senhora Deputada. Julgo que terminámos então que esta fase da Declaração Política do Partido Ecologista Os Verdes.-----

----- Os Senhores Deputados Independentes Miguel Graça e Paulo Muacho dividem o tempo em 2 intervenções.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Caros Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados.-----

----- Lisboa é hoje uma cidade mais reabilitada, mais atrativa e com mais oportunidades. Foi com esse objetivo que o movimento Cidadãos por Lisboa e o Partido Socialista trabalharam de forma concertada nos últimos 3 mandatos, assumindo compromissos claros com a população, contribuindo com uma Cidade melhor e para os resultados que estão à vista de todos. Em conjunto impulsionámos em Lisboa uma política em contraciclo com o País puxando pelas energias da Cidade para a recuperação e o progresso.-----

----- Foram alcançados resultados patentes, nomeadamente na concretização de uma política de habitação visando toda a população, na definição de uma estratégia integrada para os direitos sociais, na recuperação da Carris para o universo empresarial do Município e na criação de condições de equilíbrio financeiro e de investimento sustentável.-----

----- No entanto a Cidade transforma-se rapidamente e precisa de reforçar os mecanismos que a defendam e aos seus habitantes dos efeitos das transformações urbanas em curso, tal como em todas as grandes cidades europeias.-----

----- Para este Mandato, da parte do movimento Cidadãos por Lisboa identificámos alguns grandes desafios que constituem para nós prioridades e que se encontram desenvolvidos no nosso programa conjunto de governo para Lisboa. -----

----- São assim 5 os desafios fundamentais que identificamos: o primeiro defender o que torna Lisboa única, a sua identidade patrimonial, paisagística e ambiental, que passa pelo edificado pela relação única que o Rio, as colinas e a luz, mas também a diversidade social e cultural das populações que a fizeram e continuam a fazer, e por conseguinte, sermos capazes também de fazer frente aos diferentes fenómenos que vêm provocando variantes disfuncionamentos na Cidade com vista a assegurar o equilíbrio entre a habitação permanente e o uso turístico. -----

----- Em segundo, não deixar ninguém para trás. O crescimento económico, com o aumento do emprego e o desenvolvimento turístico são uma oportunidade histórica para Lisboa, mas têm de ser acompanhados por políticas públicas que protejam os mais vulneráveis, nomeadamente a população mais idosa de Lisboa. Esta é definitivamente uma área que necessita de cada vez mais atenção e investimento. -----

----- Em terceiro afirmar a energia social da Cidade. Precisamos de um novo pacto de cidadão, em que sejam crescentes as oportunidades de participar, fiscalizar, propor e mesmo que ao decidir a uma escala adequada e apoiada em redes locais existentes ou a criar. É preciso alargar e melhorar os processos participativos, acautelar uma prestação de contas transparente e acessível, disponibilizar informação e garantir a transparência. Isto exige os eleitos que prestem contas e que partilhem o Poder que transitariamente lhes foi concedido pelos eleitores. -----

----- Em quarto fortalecer David contra Golias. Os novos poderes globais, aos quais o Poder Local tem que fazer frente são planetários e dificilmente escrutináveis, as cidades só poderão resistir e afirmar-se se forem capazes de mobilizar os cidadãos e a opinião pública e de se organizar nas redes nacionais europeias e mundiais de cidades, como temos feito e devemos continuar a fazer cada vez mais. -----

----- Em quinto lugar, reforçar as competências e recursos da Cidade em áreas decisivas como a saúde, com a construção de novos centros de saúde, a criação de uma rede de cuidados continuados e a participação da Cidade na definição do futuro da sua rede hospitalar ou como nos transportes, com mais e melhor serviço da Carris e com incentivos para que em Lisboa seja mais fácil e segura andar a pé e de bicicleta, ou a habitação com aumento substancial de habitação permanente e acessível a famílias de baixos e médios rendimentos. -----

----- Queremos que Lisboa seja cada vez mais uma Cidade para todos, o que implica garantir habitação e serviços públicos acessíveis a toda a população, atraindo novas famílias para Lisboa. Queremos promover um ambiente urbano sustentável nas suas múltiplas dimensões, o que só se conseguirá se a Cidade for planeada, desenvolvida, governada e gerida de forma participada. -----

----- Na Assembleia Municipal de Lisboa será assim este o compromisso dos Cidadãos por Lisboa, defender e colocar na agenda política, entre outros, estes 5 desafios que identificámos para este Mandato. -----

----- O nosso movimento, criado há 10 anos atrás está hoje presente na Câmara Municipal com 2 Vereadores, na Assembleia Municipal com 6 Deputados e nas várias Freguesias de Lisboa, com destaque para as Avenidas Novas, cuja lista, integrada do Partido Socialista, encabeçamos. -----

-----Temos um programa de governo para a Cidade até 2021 que ajudámos a construir com todas as forças políticas que integram as listas do Partido Socialista, como a Associação Lisboa é Muita Gente e o Livre, que marcam também presença nesta Assembleia como Deputados Municipais Independentes, assim como olhamos com expectativa para as bases de convergência na Câmara Municipal de Lisboa entre o Partido Socialista e o Bloco de Esquerda, porque acreditamos que uma Lisboa melhor, mais aberta, mais participada, mais inclusiva, mais amiga das pessoas e cada vez melhor governada é possível, os nossos eleitos do Movimento de Cidadãos por Lisboa na Assembleia Municipal, assumem assim o compromisso de continuar com os lisboetas e com todos os cidadãos de boa vontade a pugnar por fazer da nossa Cidade uma Lisboa de todos e para todos! Obrigado. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Muacho (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, o Livre nasceu para fazer a diferença na política a nível local, nacional e europeu, e também para fazer a diferença na participação e nas práticas democráticas internas. -----

----- Em cumprimento desta dupla exigência procurámos a convergência com as forças progressistas que, desde 2009 governam a Cidade de Lisboa, nomeadamente o Partido Socialista, o Movimento Cidadãos por Lisboa e a Associação Lisboa É Muita Gente. -----

----- Queremos que Lisboa seja uma Cidade onde quem nela vive e quem nela quer viver, exerça o seu direito à habitação à cidade e à comunidade de forma democrática, sustentável e aberta a todos! Uma Cidade acolhedora para residentes, trabalhadores, visitantes, turistas e refugiados, uma Cidade mais ecológica autossuficiente e descarbonizada, uma Cidade resiliente, combativa perante as alterações climáticas e as adversidades naturais ou humanas, uma Cidade com uma mobilidade e um modelo urbano inclusivo, saudável, eficiente e orientado para o futuro! Uma cidade com voz na Europa e no Mundo! -----

----- São estes os princípios e objetivos que irão nortear a nossa ação e a nossa atividade nesta Assembleia Municipal de Lisboa, assumimos um compromisso com uma Lisboa sempre mais verde, inclusiva e cosmopolita. Queremos trabalhar para uma Cidade que procure um contínuo reforço da democracia com lógicas de inclusão ativa das cidadãs e dos cidadãos no processo político, combatendo todas as

discriminações, sejam de género, de orientação sexual, etárias, das minorias étnico culturais ou dos cidadãos portadores de deficiência. -----

----- Na área da habitação é fundamental a implementação de políticas de reabilitação do património edificado, melhorando o seu desempenho ambiental e que contribuam para a fixação de novos residentes.-----

----- Assumimos também o compromisso de trabalhar para a efetiva descarbonização da Cidade, colocando Lisboa na linha da frente do combate às alterações climáticas na mobilidade é essencial repensar o sistema de transportes com foco no modelo urbano e de mobilidade inclusivo saudável e eficiente, orientado para o futuro.-----

----- Nos tempos desafiantes que vivemos Lisboa não pode faltar à chamada e deve estar na linha da frente da reflexão e da ação dos grandes temas do nosso tempo, acreditamos na democracia, na participação e na capacidade criativa das sociedades contemporâneas perante uma crise complexa de que ainda não saímos e que agregou aos erros das políticas de austeridade. Os desafios dos egoísmos nacionais da crise da representação política e das mutações tecnológicas na comunicação social e no debate público, queremos que Lisboa seja uma provedora da cidadania informada e exigente.-

----- O Livre em Lisboa contribuirá para que se encontrem soluções pluralistas, construtivas e inovadoras para uma Lisboa, um Portugal, uma Europa e o Mundo mais coesos e solidários. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, muito obrigado à Mesa, a Mesa agradece porque cumpriram realmente o vosso tempo. Pergunto se alguém quer fazer a interpelação aos Deputados Independentes. A Mesa não vê sinais de pedidos de palavra, passar à intervenção política seguinte.-----

----- Senhora Deputada, antes de falar, só por uma questão de orientação do nosso trabalho, depois da Declaração Política do Bloco de Esquerda, tem ainda duas Declarações Políticas ainda, do MPT e do PPM.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Público presente.-----

----- Retomamos hoje o funcionamento da Assembleia Municipal de Lisboa após as eleições de 1 de Outubro e, por isso e também por ser a 1ª sessão cumprimentamos de forma especial todos e todas e sabemos que as eleições para os Órgãos Locais se revestem de uma grande importância, pois são um momento de participação cívica e política que determinam, na verdade, o futuro das nossas Cidades e Freguesias durante 4 anos, mas já o dissemos várias vezes, o papel específico da Assembleia Municipal é talvez de uma importância maior, pois os municípios e as municípios têm oportunidade também de votar em quem fiscaliza o trabalho do seu Executivo e além disso, esta Assembleia, em particular, tem tido um papel de fomentar o debate político em torno de temas que envolvem a Cidade bastante grande, assim foi no último mandato esperamos que continue a ser neste mandato, o que é de louvar e representa a

atividade também dos vários partidos políticos aqui representados, e para este mandato o Bloco de Esquerda mantém a sua política de debater todos os temas da habitação à saúde, dos transportes ao ambiente, sem tabus e de propor todas as soluções que interessam à vida dos lisboetas e das lisboetas e por isso, em jeito, nota introdutória gostaria de desejar também um bom mandato a todos e a todas. -----

----- E para esta 1ª Sessão de Declarações Políticas, o Bloco de Esquerda trouxe dois temas. Por um lado, a problemática de utilização do espaço público e, por outro lado, uma já antiga reivindicação sobre a Taxa Municipal de Proteção Civil, falarei da primeira, e sabemos que a utilização do espaço público é um tema ainda mais relevante ao nível autárquico porque é onde muitas decisões sobre a regulação desta utilização são tidas. -----

----- Infelizmente por acontecimentos mais recentes, a discussão voltou a estar em cima da Mesa por más razões, nomeadamente por causa da utilização de edifícios que compõem o espólio património nacional, património cultural nacional e não é de agora que o Bloco de Esquerda fala sobre estes temas, a tendência verificada relativamente ao património cultural tem paralelo na mercantilização do espaço público seja por um número cada vez mais frequente de ocorrências de privatização, ainda que transitória, do espaço público, seja materialmente com a sua utilização física, seja imaterialmente com a sua utilização publicitária, como foi o caso da redesignação da estação do Metropolitano Baixa/Chiado, a título de dois exemplos. -

----- E já relativamente a monumentos nacionais o episódio do Panteão Nacional, não é também infelizmente inédito, lembremos, por exemplo, os recentes episódios de utilização inadequada do Convento de Cristo em Tomar com perigos e consequências para o próprio estado de preservação do monumento, ou por outro lado, a tentativa de transformar o Forte de Peniche, prisão onde passaram muitos resistentes democráticos, por essas circunstâncias, em a unidade hoteleira e, portanto, são também dois exemplos mais recentes na nossa história de utilização, que nós consideramos abusiva também do património cultural que deverá ser público e pertence a todos e deve ser por isso bem cuidado! E, por isso, o Bloco de Esquerda considera que os valores culturais não são, obviamente, apropriáveis por somas, por mais que elas sejam grandes de dinheiro, e a dignidade do que os mesmos representam ou deveriam representar não pode, de facto, ser suscetível de ser remida monetariamente e, por isso este tipo de acontecimentos aconselham a uma tomada de posição séria quanto à mercantilização e condições de uso privado do património cultural, particularmente quando o mesmo é de titularidade pública e a Cidade de Lisboa e na Cidade de Lisboa o património cultural é vastíssimo, é muito rico e por isso temos que ter uma atenção redobrada relativamente à utilização desse mesmo espaço cultural na nossa Cidade, porque são vários séculos de História, temos espólios culturais muito diversos e, por isso, eles devem ser bem cuidados e utilizados em favor do público e não de outros interesses e, portanto, consideramos que o Município também tem que ter uma palavra forte no que toca a preservação destes espaços, bem como sobre a sua utilização para fins privados, comerciais ou de outra índole e, por isso, apesar de grande parte da competência no que toca a estes monumentos, a este

património caber, obviamente, ao Ministério da Cultura, consideramos que o Executivo obviamente pode ter e deve ter uma palavra sobre esta utilização e, portanto, achamos que é de extrema importância que o Município, tendo essa voz junto do Governo e da Assembleia da República deverá apelar à limitação à privatização simbólico ou material de espaços públicos e equipamentos coletivos públicos, bem como a adoção de medidas que previnam a utilização de bens culturais, de forma a que os mesmos sejam privados do seu valor simbólico ou da sua integridade, como infelizmente, já aconteceu no nosso País e no caso de Lisboa, não é demais ressaltar isto no caso de Lisboa a quantidade do património e a qualidade do património cultural apela-nos e leva-nos a que a essa voz junto do Governo e da Assembleia da República tenha que ser mais forte exatamente para salvaguardar não só a história, mas também o usufruto destes espaços públicos no futuro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Deputados, Assessores, Público e demais presentes.-----

----- O Bloco de Esquerda não desembarcou hoje na crítica e no combate à taxa Municipal de Proteção Civil. O Bloco de Esquerda votou contra a adoção dessa taxa por entender ilegal.-----

----- Novamente em 2015 veio aqui a esta Assembleia, pedir a anulação da taxa, por ser ilegal e em 9 de Maio de 2017 também por iniciativa do Bloco de Esquerda foi discutida a resposta a dar ao Tribunal Constitucional sobre esta matéria e viemos aqui também dizer que face à posição do Senhor Provedor de Justiça, devíamos declarar nula esta taxa, portanto, e, apesar de nesta matéria termos pontos de contacto com os CDS estranhámos o desembarque tardio neste combate ao nível da iniciativa, que sempre estiveram connosco nestas deliberações, mas estranhámos também e para justificar aquilo que aqui trazemos hoje, que um partido institucionalista venha agora defender a pura e simples revogação desta taxa, quando o processo está pendente no Tribunal Constitucional e o que importa, neste momento, é a sua suspensão até à decisão final do Tribunal Constitucional, porque meus Senhores a Taxa Municipal de Proteção Civil é uma taxa pedida em função dos serviços genéricos, tributar a atividade da prestação civil seria o mesmo que tributar a atividade da iluminação pública das ruas, fazendo incidir um serviço que é indivisível sobre uma determinada classe de cidadãos.-----

----- A Taxa Municipal de Proteção Civil é um imposto que veio a cavalo de um regulamento administrativo aprovado por esta Assembleia indevidamente e, aliás, o Tribunal Constitucional já em julho deste ano, num acórdão que proferiu decidiu relativamente a uma situação similar e com estes fundamentos que a taxa era inconstitucional, mas, no entanto, respeitamos a posição que democraticamente esta Assembleia Municipal tomou no mandato passado, mas não podemos deixar de exigir que se tome hoje uma deliberação, recomendando à Câmara não apenas a suspensão da taxa com a suspensão da sua cobrança, porque há 2 tipos de contribuintes, há

aqueles que têm muitos imóveis e muito valor patrimonial tributário e que contestam e há aqueles que têm pouco e que ponderam se devem ou não recorrer aos Tribunais e esses meus Senhores estão em risco de não receber os seus montantes de Taxa Municipal de Proteção Civil, que pagaram indevidamente, porque estou convencido tempo que o Tribunal afinal decidirá pela sua inconstitucionalidade, assim decidir é fazer justiça a todos e a todos os contribuintes de Lisboa, especialmente os mais pequenos aqueles que não tiveram meios ou não tiveram oportunidade de conhecimentos para contestar a aplicação desta taxa. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, a Mesa vai dar a palavra às pessoas que pediram para interpelação. -----

----- Primeiro será o Senhor Deputado Diogo Leão que já tinha pedido há muito tempo, aqui do Partido Socialista, depois a Senhora Segunda Secretária vai dando a palavra a todos que pediram a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Leão (PS)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados e Vereadores, cumprimentar da pessoa da Senhora Deputada Isabel Pires todos os Deputados Municipais da Assembleia nesta que é a nossa primeira reunião, com uma Ordem de Trabalhos que nos permite este tipo de cumprimentos, declarando que desejo democraticamente o melhor mandato a todos. -----

----- Tendo em consideração a Moção que apresenta como texto fundo, onde enquadra também as preocupações que aqui nos trouxe nestas Declarações Políticas, o Partido Socialista não gostava também de deixar clara a sua posição. -----

----- O Partido Socialista considera infelicíssima a circunstância da realização de um jantar no Panteão Nacional e considera, aliás, que esta nunca deveria sequer ter podido ocorrer e, como sabemos, decorre e, como já foi avançado pela comunicação social, decorre de circunstâncias políticas tomadas pelo anterior Governo, nomeadamente um Despacho que regulava e que institucionalizava ou que abria pelo menos a porta a este tipo de possibilidades, a este tipo de eventos sociais especificamente no Panteão Nacional, mas não só, e a o Partido Socialista acho que tende a opinião pública tomado aqui um amplo consenso no sentido de condenar esta prática como uma prática que desvirtua a memória e o sentido que é dado àquele que é o nosso Panteão Nacional, tendo nós enquanto cidadãos, no fundo, tendo tido conhecimento deste caso, acabámos por no reflexo também daquela que foi a posição do Senhor Presidente da República de amplo consenso de condenação de utilização num local onde está preservado o nosso património, onde estão preservados referências e inclusivamente as sepulturas de homens e mulheres que constituem também as nossas referências, os vultos nacionais, nós, sem dúvida que nos queremos demarcar e que os queremos assegurar de que a utilização do Panteão não pode voltar a ser conseqüente para esses fins. -----

----- Daí que quer o Senhor Primeiro-Ministro quer o Senhor Ministro da Cultura, tenham já falado numa revisão ou numa revogação mesmo deste enquadramento legal que possa, no fundo, desvirtuar o Panteão Nacional de constar desta lista e, no fundo a mantermos o Panteão como a referência que é para todos os portugueses e para todas as portuguesas, atendendo à dignidade do espaço, atendendo à sua simbologia passada e à sua simbologia presente de conservar nelas não se os vultos nacionais. -----

----- Gostava de fazer também algumas considerações em relação aos considerandos da Moção, há questões onde nós temos algo a acrescentar um ponto relativo à mercantilização da utilização dos bens culturais, enfim, o Partido Socialista concebe e acho que a intervenção da Senhora Deputada também foi bastante moderada e inteligente desse ponto de vista, o Partido Socialista concebe outros fins para os espaços do que aqueles que originalmente lhes foram remetidos, a evolução da construção do espaço e do nosso património vai sendo alterada, nós mesmo hoje, estamos num espaço que podemos chamar de emblemático, senão mesmo histórico, o antigo Cinema Roma e muitos de nós continuamos e muitos lisboetas continuam a referir-se a este cinema com esse enquadramento e, no entanto, ele há muitos anos que tem felizmente as valências de colher aqui a parte da nossa democracia autárquica, com a Assembleia Municipal e de acolher aqui um conjunto de eventos, nós não fazemos no caso de utilização de património nacional também ou achamos que não deve ser feito, uma filtragem ideológica sobre quais são os promotores das iniciativas, das atividades sejam eles cidadãos, sejam organizações, sejam eles empresas. Aquilo que deve ser olhado, e bem, e o Bloco de Esquerda propõe é uma limitação maior, tendo em conta provavelmente o carácter dos eventos, a nobreza dos espaços e essa conjugação de fatores. Isto é: exposições, apresentações literárias, artísticas e outras, enfim, atividades culturais várias e vastas. Acho que obviamente, podem ter lugar em muitos dos nossos documentos nacionais com o qual até podem ter lugar em muitos dos nossos monumentos nacionais, com o qual até podem ter uma ligação simbólica bastante interessante. -----

----- Também não confundimos de esta questão com outras questões que são referidas também de passagem na vossa Moção com uma red denominação da Estação de Metro da Baixa/Chiado, nós acreditamos que uma matéria com uma natureza diferente, o mesmo com o episódio do Convento de Cristo, que acho que é um bom episódio, exemplo daquilo que aqui nos referimos em termos de enquadramento geral e nacional, isto porque todas as denúncias devem ser obviamente tidas em conta, devem ser estou absolutamente escrutinadas, todas estas questões devem preocupar-nos, devem fazer a conta atuar os poderes públicos e obviamente a fiscalização necessária, porque a conservação e a salvaguarda do património cultural e do património público histórico e artístico deve estar acima, naturalmente, acima de qualquer interesse que desvirtue e assim o exige no fundo, mas a realidade é que esta questão que foi acompanhada também na Assembleia da República pela Comissão de Cultura, foi uma questão a que foi, de certa forma, relativamente empolado também pela comunicação social. Não se confirmando e não se encontrando depois de esmiuçar e os factos muita matéria de fundo. -----

----- Dito isto, nós saudamos a Moção do Bloco de Esquerda e um espírito que o qual o Partido Socialista consegue encontrar enquadramento para acompanhar, seja, aqui seja noutras dimensões da nossa vida democrática. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Condeixa (CDS-PP)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigado, Senhora Presidente, na sua pessoa a agradecer e cumprimentar todos os presentes nesta que é a minha primeira intervenção nesta Casa, neste Fórum e dar também a os desejos de um mandato de todos. -----

----- O CDS e sobre esta temática, o CDS é muito claro, defende intransigentemente, a defesa do Património do Estado e da sua dignidade que lhe está associada. No entanto, não discorda do princípio que está plasmado no Despacho que que está em apreciação, todavia admitimos, como é óbvio, que pode carecer de algumas melhorias, nomeadamente nalguns dos aspetos que já aqui foram aflorados sobre algumas das premissas e algumas das permissões também que que estão contempladas. -----

----- Do nosso ponto de vista o Património do Estado pode ser rentabilizado no seu uso, pode ser utilizado e introduzido com uma outra dinâmica para de alguma forma ser também uso ou ter terem usufruto outras pessoas e de alguma forma divulgar essa mesma dignidade, sem que porventura seja ferida a sua dignidade e sem que, lá está, eu aqui discordo totalmente do Bloco de Esquerda, a mercantilização ou sequer seja prevista a privatização destes espaços, porque se se fosse por acaso prevista a privatização destes espaços pelo simples facto de haver um retorno financeiro o que seria sempre que, de alguma forma é vendido um bilhete para ir ver a Torre de Belém, o Museu dos Coches. Não há aí uma privatização, embora haja uma rentabilização desses espaços, por isso, de alguma forma esses aspetos que o Bloco condena estão salvaguardados neste Despacho, ainda que que possa melhorar. -----

----- Um aspeto sim, que causa alguma preocupação, tem a ver com a responsabilização desta decisão. Sejam os claros e ao Deputado Municipal do PS eu também pedia aqui alguma honestidade intelectual, a Lei atual não prevê um deferimento tácito, não prevê a partir do momento em que há um pedido, uma aceitação automática. O PS e, neste caso, o Governo é que decidiu aprovar este pedido e por isso tem que ser responsabilizado por ter existido um jantar, naquele espaço! -----

----- O PS podia perfeitamente ter recusado e a DGPC e inclusive os Ministros que poderão ter estado presentes, poderiam ter perfeitamente recusado este este mesmo jantar, mas este caso carece de um esclarecimento adicional, nós temos que saber quem é que aprovou este jantar, nós temos que saber que governantes foram convidados, nós devemos saber que governantes estiveram presentes, porque há gravações que que de alguma forma confirmam que que alguns estiveram presentes, ou pelo menos euros foram convidados e, por isso, são precisos esclarecimentos. -----

----- Mas lé está, este descarte de responsabilidades a mim não me espanta, eu já o vi fazerem-no, o Primeiro-Ministro já o ouvi descartar-se de responsabilidades no caso dos incêndios, no caso do SIRESP, no caso de Tancos, em tantos mais casos, este é mais um e por isso não espanta nada! O que me espanta é ver o Bloco de Esquerda muito preocupado e ainda bem que está! Espanta-me, mas eu mas eu fico agradado

com isso, quero ver um Bloco de Esquerda preocupado que o Património do Estado, pois até agora só via o Bloco de Esquerda a pintar murais, que são de todos, a pintar murais políticos que são de todos e de alguma forma as estragaram ou a manchar aquele que é o Património do Estado. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada. Excelentíssima Senhora Presidente Mesa, Caros Senhores Vereadores, Senhores Deputados é um gosto poder intervir novamente nesta Casa, no âmbito da intervenção das Declarações Políticas do Bloco de Esquerda. Gostaria apenas de acrescentar aqui uma questão ao que ao que já foi feito pelo meu colega João Condeixa, mas relativamente ao segundo ponto da intervenção que vocês aqui apresentaram, neste caso a Recomendação para a suspensão da Taxa de Proteção Civil.-----

----- Este sempre foi um ponto onde o CDS e o Bloco, tal como vocês indicaram, que sempre nos uniu, e que quer o CDS quer o Bloco sempre entenderam que é a aplicação desta taxa era não só é justa como ilegal, o que nos leva agora a uma pergunta muito clara e muito objetiva, que é: então se para vocês é injusta ilegal, porque é que vocês optaram agora por uma meia medida, de apenas de suspender aquela que é esta Taxa?-----

----- O CDS hoje, apesar, lá está, aliás, mais uma vez por ver esta esta taxa também como injusta e ilegal, aquilo que apresentou é precisamente uma Proposta para eliminação da taxa, portanto, uma medida completa para que isto acabe e não para simplesmente adiar aquilo que é uma tomada de uma decisão.-----

----- Gostava de saber um bocadinho mais qual é a vossa posição oficial e se existe ou não aqui um desvincular de uma posição anteriormente realizada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muitíssimo obrigada. Senhora Presidente da Assembleia, dirijo-me a si em particular para a cumprimentar e na sua pessoa cumprimentar também todos os presentes, é uma honra para o PPM voltar à Assembleia Municipal.-----

----- Os considerandos que o Bloco de Esquerda apresenta são virtuosos e imaculados sendo digno de registo que os argumentos agora apresentados, outrora jamais possíveis de ler ou ouvir, no que diz respeito às Deliberações. A primeira Deliberação ao invés do Bloco de Esquerda expressar o repúdio de uma forma genérica, sugerimos que o texto seja alterado para “expressar o seu repúdio ao Senhor Primeiro-Ministro, António Costa, pois os responsáveis têm nome e no caso o do Senhor Primeiro-Ministro, não eleito, Doutor António Costa, enquanto Presidente do Turismo de Lisboa conheceu bem a utilização deste espaço para a promoção de eventos deste tipo em 2013! Sim, porque ele era Presidente Executivo, pois assim está nos estatutos da Associação de Turismo de Lisboa, ou seja, foi um evento anterior ao Diploma que tem sido mencionado como suposto álibi para imputar as responsabilidades ao anterior Governo do CDS e do PSD.-----

----- Primeira pergunta: terá sido o Despacho de Passos Coelho de aplicação retroativa? Mais, o Bloco de Esquerda devia também expressar na sua Moção o repúdio pelo texto do *tweet* do Primeiro-Ministro, não eleito de Portugal, que apoiam quando refere que “o Governo procederá à alteração do referido Despacho para que situações semelhantes não voltem a repetir-se, violando a história, a memória coletiva e os símbolos nacionais”, numa clara declaração autofágica, violando esta sim, a sua história relembro enquanto Presidente da Associação Turismo de Lisboa por inerência da Presidência da Câmara Municipal, memória coletiva que os registos comprovam tentando desta forma e à semelhança de outras lamentáveis atitudes que se verificaram num passado recente, sacudir a água do capote alheando-se das responsabilidades que assumiu e assume hoje perante os portugueses. -----

---- Relembrou e ainda que a necessidade dos espaços culturais, na generalidade, procurarem outras receitas para ajudar à sua manutenção e muitas vezes o seu restauro prende-se com o facto de não haver dotação orçamental suficiente do Governo para a Cultura e que, desde há 2 anos, pelo menos, o Bloco de Esquerda também é cúmplice da Cultura continuar a ser maltratada, apesar de a esquerda encher sempre o peito e a boca a reclamar como seu o espaço cultural e patrimonial que vemos bem e só da boca para fora, “geringonçalmente” e lembrar também que infelizmente, para os equipamentos culturais e monumentos portugueses não tem nenhum Carlos Santos Silva para dispensar uns milhões a fundo perdido. -----

----- Perguntamos se o BE mantém a atitude de não querer que mais nenhum evento ocorra nos equipamentos culturais e monumentos, mesmo que esses eventos respeitem a natureza e dignidade dos mesmos. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada Senhora Deputada. Não sei se ainda falta alguém?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Lopes Correia (PCP)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu peço desculpa pela minha experiência e portanto, já foi bem evidente. Queria saudar a Senhora Presidente da Mesa, os Senhores Deputados Municipais e a Vereação da Câmara e técnicos aqui presentes. -----

----- É conhecida há muito tempo a posição do PCP em relação à Taxa Municipal de Proteção Civil e, portanto, não é novidade a nossa oposição de sempre e de princípio à aplicação desta Taxa. O Grupo Municipal do PCP considera que a Taxa aplicada é inconstitucional e deve ser extinta. -----

----- Entendemos que o socorro às populações não pode estar dependente do pagamento de uma taxa, portanto, esta taxa não justifica, tanto mais que, ao contrário, do que a maioria Socialista tem vindo a afirmar, há um desinvestimento Municipal quer no Regimento dos Sapadores Bombeiros quer nas políticas de Proteção Civil em geral. -----

----- São hoje evidentes as enormes fragilidades que existem na Cidade de Lisboa no domínio da Proteção Civil, basta referir, e isso é uma questão que terá obviamente soluções por outra via, o que acontece quando cai uns pingos de água, não é? -----

---- A estas razões acresce o que já foi aqui referido, a recente decisão do Tribunal Constitucional sobre a mesma taxa aplicada em Vila Nova de Gaia, e como sabemos essa taxa foi considerada inconstitucional. Portanto, vamos votar favoravelmente esta Recomendação do Bloco de Esquerda no sentido de que a taxa, de facto, seja suspensa e seja extinta.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigada Senhor Deputado. Eu penso que há um pedido palavra do Senhor Vereador João Paulo Saraiva, lembro que a Câmara neste momento já só tem creio que 1 minuto e 48. Penso eu, certo, aqui está, 1 minuto e 48 exatamente, portanto, pedia o seu máximo poder de síntese.”-----

---- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

---- “Tentarei, muito bem, então começando agora pela última intervenção e sendo rápido, não é a mesma taxa que estamos a falar é de uma taxa diferente, fundamentada de forma diferente com pressupostos diferentes.-----

---- Por outro lado, o Regimento Sapadores Bombeiros e o Serviço Municipal de Proteção Civil nunca tiveram um investimento tão grande nos últimos de 10 anos, nós estivemos a crescer sempre o investimento, fizemos entrar mais de 50 bombeiros, quando há muitos anos não entraram bombeiros, estamos neste momento simplesmente, neste momento a fazer uma recruta nova em que vão entrar mais 100 bombeiros, investimos no ano passado mais de 33 milhões de euros no Regimento Sapadores Bombeiros, entre o recursos humanos, a sua formação, novos veículos, novos de novos quartéis, portanto, não é só injusto, é uma inverdade, eu diria mesmo que é uma mentira dizer que aquilo que acabou de ser dito sobre o investimento no Regimento Sapadores Bombeiros.-----

---- Mas indo diretamente à questão da Taxa Municipal de Proteção Civil é ou não uma Taxa inconstitucional, o Tribunal Constitucional está a analisar, nós fundamentámos, nós já tínhamos fundamentado a Taxa, nós fizemos a pronúncia sobre aquilo que foram os fundamentos da solicitação do Senhor Provedor de Justiça, o Tribunal está a analisar.-----

---- Esta que a Assembleia votou de forma democrática, soberana, sobre esta matéria não nos parece minimamente razoável que no meio de um processo em que o Tribunal Constitucional está a analisar, que agora suspendamos a Taxa ou como o CDS pretenderia, a eliminemos.-----

---- Outras taxas que nós próprios aqui criámos, foram suscitadas a sua inconstitucionalidade e o Tribunal Constitucional analisou-as e deliberou no sentido de elas serem constitucionais, refiro-me à TRIU, refiro-me para Publicidade em Espaço Público, e portanto, não nos fez sentido nada desta argumentação.-----

---- Para terminar, Senhora Presidente, esta Câmara já assistiu várias inflexões das várias bancadas que aqui estão sobre esta matéria, nomeadamente sobre aquilo que consideram sobre a Taxa Turística, nós estamos em crer que também sobre a Taxa

Municipal de Proteção Civil ela passará de besta, para algumas bancadas, para bestial. Muito obrigado. “-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigada Senhor Vereador, agora tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa.”-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, agradecer as questões que foram colocadas relativamente às nossas intervenções e a nossa declaração política, começar pelo Senhor Deputado Municipal Diogo Leão dizendo que só saudamos a convergência de alguns pontos de vista nesta matéria e agradecemos o apoio e o facto de partilharem desta nossa visão.--

----- Ao Senhor Deputado João Condeixa dizer o seguinte: oh Senhor Deputado, eu pauto-me por respeitar as restantes forças políticas, designadamente também a sua, não é a distância de bancadas que me leva a faltar ao respeito e o Senhor Deputado foi profundamente respeitoso, coisa a que não estou habituado, por acaso o CDS, tendo em conta que tendo em conta que tenho bastante estima e consideração pessoal por alguns elementos do seu Partido, foi bastante respeito ao insinuar que o Bloco de Esquerda organiza pichagens em Monumentos Nacionais, isso é falso e o Senhor aponte onde e quando! Diferentemente é o direito de propaganda, é o exercício livre do direito de propaganda, com pinturas murais, que se encontra constitucional e legalmente regulamentado e ainda assim desafio, o Senhor Deputado a indicar uma situação em que tenhamos agido fora de um quadro legal, portanto, não merece qualquer outro tipo de resposta a sua intervenção nessa matéria.-----

----- Quanto à Senhora Deputada Aline, bem, Senhora Deputada, saúdo também alguma convergência de pontos de vista, mas perdoe-me não vou aceitar a maçã que me oferece, vinda da sua árvore da sabedoria e por um motivo simples, é que isto obrigar-me-ia a ir à causa última e teria de chamar aqui à colação outras pessoas que tiveram comportamentos ainda piores e que, aliás, originaram este facto, não estamos a discutir causas, estamos a discutir as consequências de uma regulamentação e decisões que não foram acertadas.-----

----- Relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil, dizer agradecer a questão da Senhora Deputada Luísa Aldim e dizer-lhe que lhe vou devolver a sua pergunta com outra pergunta, porque é que o CDS nunca apresentou Proposta nenhuma nesta matéria, nem no mandato anterior e apresenta justamente uma Proposta neste momento, neste momento, um dia depois de o Bloco ter tornado pública a sua Proposta para revogar esta Taxa.-----

----- Parece que andamos aqui no leilão de radicalismo, que coisa estranha Senhora Deputada! Mas para lhe dizer também o seguinte: se não optámos pela pura e simples revogação da taxa é porque respeitamos as deliberações democráticas aqui tomadas e queremos ouvir o Tribunal Constitucional pronunciar-se, e se pedimos a suspensão da Taxa é porque entendemos que esse é o procedimento adequado neste momento, Senhora Deputada, nós não andamos a brincar! Nós não andamos a brincar nem com

as Finanças Municipais nem andamos aqui no leilão de populismo, muito menos, convosco, Senhora Deputada e essa é a razão! Essa é a razão de pretendermos neste momento, a suspensão, a suspensão da taxa. -----

----- Respeito institucional ao agradecer a posição do Senhor Deputado Fernando Lopes Correia, do Partido Comunista Português, a quem reconheço que a sua bancada também esteve sempre connosco nestas iniciativas. -----

----- E finalmente dizer ao Senhor Vereador João Paulo Saraiva, que muito prezo, que bastará ao Senhor Vereador ler os fundamentos do Acórdão do Tribunal Constitucional relativamente ao processo de Gaia para perceber que o mesmo vai suceder em Lisboa. Eu sei que Vossa Excelência não quer dar neste momento o braço a torcer, mas eu se fosse a si na preparação dos próximos orçamentos ia aprovisionando uma verba, pelo menos para devolver as verbas indevidamente pagas. -

----- Ninguém está contra Senhor Vereador, por razões securitárias, por exemplo, o conforto da iluminação pública, mas não conte connosco para aprovar nenhuma taxa genérica que obrigue os lisboetas, seja sobre a forma de proprietários, arrendatários ou qualquer outra qualidade, a suportarem o custo de um serviço indivisível como é o da Proteção Civil.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada Senhor Deputado. Senhores Deputados, terminámos agora esta Declaração Política, ainda temos mais três, eu há pouco disse duas e disse mal, portanto, falta a do MPT e a do PPM, são duas. O PPM ainda não fez a Declaração Política, o PPM fez uma Interpelação, faltam duas Declarações Políticas. -----

----- Devo lembrar a todos os Senhores Deputados que no final temos as votações sobre todos os documentos que foram apresentados.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Raul Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores e Assessores, Caros Colegas, público presente e órgãos de comunicação social. -----

----- Antes de iniciar a minha Declaração Política quero em nome do Grupo Municipal do Partido da Terra desejar a todos os eleitos, um excelente começo de mandato, fazendo votos para que, através do debate democrático, todos possamos contribuir quer para a melhoria da qualidade de vida dos que habitam, trabalham e ou visitam o nosso Lisboa, quer para a sustentabilidade desta grande Cidade. -----

----- Passando agora à Declaração Política propriamente dita o Partido da Terra abordará 2 assuntos nesta sessão, o primeiro diz respeito ao jantar privativo que decorreu no Panteão Nacional para assinalar o encerramento da Web Summit e que decorreu em Lisboa nos passados dias, 6 e 9. -----

----- Importa salientar que o Panteão Nacional é um edifício que alberga os restos mortais de algumas das mais importantes personalidades da nossa história. Face ao sucedido o Partido da Terra considera que a utilização deste espaço para eventos

festivos é inadmissível e uma desonra à memória coletiva dos símbolos nacionais que ali se encontram sepultados, não que os dignificando. -----

----- Neste sentido apresenta-se a Moção “Não à realização de eventos festivos no Panteão Nacional” que visa, sobretudo, rejeitar a possibilidade de novamente voltarem a ocorrer eventos festivos desta natureza no Panteão Nacional, bem como exigir o cabal apuramento de responsabilidades políticas à tutela, nomeadamente no que respeita ao critério que esteve na base de referida autorização.-----

----- O segundo assunto é respeitante ao contágio de cidadãos pelo surto de Legionella no Hospital São Francisco Xavier, que teve início no passado dia 31 de Outubro, após 2 semanas continua a aumentar o número de casos que nos levanta sérias preocupações.-----

----- Segundo o comunicado da Direção-geral de Saúde existem hoje 50 pessoas infetadas e 5 vítimas mortais. Os 5 casos confirmados até ao momento, a maioria 58 por cento, atingiu mulheres e 68 por cento ocorreu em pessoas com 70 ou mais anos de idade, de referir que todos estes pacientes têm no seu histórico clínico doenças crónicas e fatores de risco associados.-----

----- A Legionella é um bacilo de grande negativo responsável pela Febre Pontiac e pela Doença dos Legionários, enquanto a primeira se exteriorizar através de uma infeção brônquica autolimitada a segunda está associada a uma pneumonia sem sintomatologia particular. -----

----- De referir que a possibilidade de contágio está estritamente ligada com a criação de reservatórios artificiais por ação antrópica como torres de arrefecimento de sistemas de climatização, piscinas, *jacuzzis*, sistemas de rega entre outros. Este contágio pode efetuar-se por via inalatória através de gotículas de água ou por aspiração de água contaminada, podendo provocar infeção multi sistémica do homem com localização predominantemente pulmonar, contudo, apesar de grave, a infeção tem tratamento efetivo, mas particularmente os mais idosos integram um grupo de risco real pela maior suscetibilidade do seu sistema imunitário.-----

----- Apesar da impossibilidade erradicar a matéria das múltiplas potenciais fontes de infeção é possível reduzir o risco adotando medidas de carácter biológico e químico, bem como estruturais. -----

----- Não obstante o Governo já se ter comprometido a agir com toda a firmeza no apuramento factual da origem do surto de Legionella, salientando que é necessário perceber exatamente qual a falha técnica que o originou e de quem é a responsabilidade, ao qual acresce o facto do Ministério Público ter aberto formalmente um inquérito, o Partido da Terra defende que este assunto tem de ser gerido com a máxima seriedade e celeridade, nomeadamente no que diz respeito a legislação com regras mais apertadas, de forma a evitar novos eventuais surtos desta matéria. -----

----- Assim e porque o Partido da Terra entende que deve ser salvaguardada a saúde dos utentes e dos trabalhadores, quer do sistema privado quer da Administração Pública, é apresentado no seguimento desta declaração política a Recomendação por medidas mais eficazes no controlo do surto de Legionella, que apela à Câmara

Municipal de Lisboa que nos seus edifícios, se digne cumprir as recomendações da Direção-geral de Saúde, nomeadamente a Circular Normativa nº. 6 DT de 22/4/2004, bem como adotar medidas de prevenção e mitigação da Legionella. Muito obrigado.” -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada Senhor Deputado. Tem vários pedidos de interpelação também do PSD, mas há aqui uma confusão com os telefones que vamos resolver.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte interpelação: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Senhor Deputado, ouvi com atenção a sua intervenção e relativamente ao voto de censura reclassificado como Moção a propósito da não realização de eventos festivos no Panteão Nacional, não posso deixar de colocar duas questões, a primeira que talvez lhe seja respondida com mais clareza pela bancada à sua direita e a sua parceira de coligação. -----

----- Eu gostaria de saber que Rei de Portugal está sepultado no Panteão Nacional? É que a única figura com tratamento popular de “Rei”, que por lá está é o Major Sidónio Pais, conhecido como Presidente Rei, mas no sentido de que me esclarecesse se, de facto, estão depositados. É que os Braganças costumavam ficar em São Vicente-de-Fora. -----

----- A segunda questão que tinha para lhe colocar é relativa ao tipo de eventos festivos de que o Senhor Deputado pretende que sejam impedidos no Panteão Nacional, é que há diversos entendimentos para isso, um concerto de música clássica será um evento festivo a ser proibido? Um lançamento de um livro será um evento festivo a ser proibido? Uma evocação da memória de alguém que esteja ou cujos restos mortais estejam depositados no esteja representado numa lápide no Panteão Nacional é um evento festivo? É que convém clarificar isto porque, nestes termos a Moção não está em condição que a possamos votar favoravelmente. Muito obrigado.” -

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada Senhor Deputado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte interpelação: -----

----- “Muito obrigada, nem tão a propósito Caro Adão que recusa a maçã, meu Caro Colega, de facto, o Panteão Nacional não alberga como diz vários Reis de Portugal, na realidade não alberga nenhum os panteões nacionais que possuem os corpos dos ilustres Reis de Portugal que tanto fizeram pelo nosso país, são Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra, Batalha, Jerónimos, Sé de Lisboa e o Panteão da 4ª Dinastia em São Vicente-de-Fora, daí talvez a vossa confusão que o Panteão Nacional. -----

----- Panteão, já agora, deriva do grego antigo e do latim “pantheon” e quer dizer “comum a todos os deuses”, “pan”-todos e “theon”-Deuses, mas segundo os estudos de alguns classicistas esse termo poderia referir-se não necessariamente a deuses, mas a super-humanos ou heróis. -----

----- É dentro deste conceito que o nosso Panteão Nacional foi estabelecido. Lembro porém, que o mesmo Panteão Nacional foi criado por Decreto-lei de 26 de Setembro de 1836, mas é, repito, mas é igualmente uma Igreja, a Igreja de Santa Engrácia, só que não deixou de ser Igreja, por isso lamento muito se lá estão sepultados republicanos, descrentes e não católicos, mas as coisas são como são!-----

----- Concordamos com o repúdio deste género de festas no Panteão, como repudiamos também este género de festas dentro de qualquer Igreja, há que respeitar a natureza dos lugares e “dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, há espaços magníficos e de grande dignidade em Lisboa que podem receber jantares de altos dignitários ou sumidades tecnológicas, que pelos vistos, sumidades essas que, pelos vistos, foram as únicas que pediram desculpas pela ofensa! -----

----- Portanto, quanto à Moção em causa, subscrevemos o repúdio, apoiamos o MPT e só perguntamos se, de facto, irão corrigir esse erro histórico e informativo que se encontra na Moção. Muitíssimo obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigada Senhora Deputada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Mateus (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte interpelação:-----

---- “Muito obrigada.-----

----- Então boa tarde a todos, apresentei já os meus cumprimentos à Mesa, à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, às Senhores Secretárias, Senhores Assessores, Senhores Vereadores e Deputados Municipais e restante Público.-----

----- A Recomendação apresentada pelo MPT, Partido da Terra, no que respeita à questão da Legionella carece de algumas particularidades, tais como a falta de informação por parte dos organismos competentes para a emissão e supervisão das certificações.-----

----- O Decreto-lei 28/2016, de 23 de junho, que procede à 4ª alteração do Decreto-lei nº 118/2003 refere no número 2 do artigo 7º que nas frações afetas a comércio e serviços, quando disponham de sistema de climatização individuais, a certificação não pode basear-se apenas num edifício, devendo atender aos sistemas técnicos existentes, portanto, a gestão do sistema de certificação energética é da ADN, a Agência para a Energia, competindo-lhe conforme o Artigo 19º. do mesmo Diploma, verificar a qualidade e identificar as situações de desconformidade dos processos de certificação pelo perito qualificado. Assim, pelo que compete à Direção-geral de Energia e Geologia fiscalizar o sistema de certificação energética e, por sua vez, a gestão do sistema de certificação energética é da atribuição da ADN. Ora no que concerne à matéria do ar interior compete à Direção-geral de Saúde e à Agência Portuguesa do Ambiente acompanhar a aplicação do presente Diploma no âmbito das suas competências, pelo que pretendemos saber essa periodicidade da fiscalização dos respetivos equipamentos está a ser cumprida e se está de acordo com os procedimentos exigidos no presente Diploma, não estando, quais os procedimentos que foram diligenciados, ou seja, se os organismos competentes determinaram a

respetiva instauração e instrução dos processos de contraordenação, bem como a aplicação das respetivas coimas e sanções acessórias. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Agora temos dois Senhores Deputados do PCP que queriam também interpelar, façam favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte interpelação:-----

----- “É preciso que estejam atentos, aliás já tinha esta inscrição desde o início da sessão e a Mesa baralhou tudo, a Senhora 2ª. Secretária, creio.-----

----- Bom, vou começar a minha intervenção.-----

----- Percebe-se hoje melhor o que é a mercantilização do património cultural, usando que é de todos para privilégio, neste caso macabro, de alguns. Tão triste é a cedência do Panteão à Web Summit como é o facto do Secretário de Estado do Governo anterior, que foi quem criou enorme de cedência temporária dos Museus e Monumentos, sem salvaguardar sequer exceções, dizer agora que rejeitou a cedência do mesmo monumento para o jantar da final da Liga dos Campeões apenas porque eram muitos! Presumo que sejam muitos jogadores!-----

----- O MPT deveria referir na sua Moção e criticar estas declarações e também na sua intervenção, mas esqueceu-se, mas veja-se a questão de fundo “o subfinanciamento que graça nos museus, monumentos e palácios nacionais, praticados por décadas de política de direita, levando a que tudo se alugue ou venda por um punhado de dólares. Vale de propaganda desde BMW no Museu dos Coches, passando por 30 ou 40 botijas de gás no Convento de Cristo, até a este jantar “Summítico” na companhia de Eusébio e Amália.-----

----- O PCP considera que foi lamentável e um acontecimento infeliz o jantar no Panteão Nacional, iniciativa incompatível com a dignidade do monumento defendendo que os regulamentos aplicáveis devem ser alterados e é necessário o bom senso na utilização destes espaços. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

---- “Muito obrigada Senhor Deputado. Senhora Deputada Graciela.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Graciela Simões (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte interpelação:-----

----- “Muito boa tarde Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores e demais presentes.-----

----- A situação da Legionella é uma situação dramática, é verdade, e por isso felicito MPT por a ter apresentado, quando e muito mais dramática quando se situa numa Unidade de Saúde Hospitalar em que os seus residentes periódicos são as mais vulneráveis.-----

----- Mas são situações que demonstram claramente as graves insuficiências, tanto a nível de recursos humanos na área da Saúde Pública, para uma motorização e

responsabilidade, que é da responsabilidade do Ministério da Saúde e da Direção-geral de Saúde. -----

---- O PCP já em 2014, no surto da Legionella de Vila Franca de Xira, portanto, chamou à atenção para a deficiente estrutura que se verificou a nível de recursos humanos de Saúde Pública que também esteve patente. -----

---- Não sabemos se o que é que foi feito a partir daí! Demonstra ainda insuficiências devido a uma política financeira restritiva implementada, que o levou a uma cessação de alguns protocolos de manutenção, que obrigavam a uma atuação periódica pela Autoridade de Saúde ao equipamento potencialmente gerador de aerossóis e que reconhecidamente favorece a multiplicação de bactérias. -----

---- Demonstra ainda insuficiência a nível de manutenção de equipamento que exige, como sabe, condições estruturais para o tratamento na prevenção primária das situações de risco. Os portugueses precisam de saber e nós também o que estará a funcionar para a prevenção destas situações, de novas situações, porque não é só a nível de hospitais que isto pode acontecer.-----

---- Há um historial já muito antigo de situações destas, que podem vir na comunicação social ou não, mas gostaria, portanto, de saber que quando as medidas são tomadas a nível hospitalar, que o equipamento não suporta o tratamento aplicado, ou seja, o tratamento aplicado naquele equipamento não é eficiente, por este equipamento ser deficiente, por falta de manutenção, que medidas é que são tomadas?

---- Relativamente a esta Recomendação, o PCP vota a favor.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada Senhora Deputada. Eu creio que terminámos as interpelações. ----

---- O MPT tem agora 4 minutos para responder às várias questões.” -----

---- **O Senhor Deputado Municipal Raul Santos (MPT)** no uso da palavra, em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção: -----

---- “ Muito obrigado Senhora Presidente. -----

---- Em primeiro lugar nem sempre foram feitas perguntas, mas em relação ao Deputado Rui Costa e em relação à questão que colocou, vou começar primeiro por referir que nós dizemos que queremos proibir eventos desta natureza, portanto, obviamente que o MPT estará aberto alguns tipos de eventos, desta natureza, portanto, não propriamente de todos os eventos. -----

---- Quanto de facto, a ao lapso, que não deveria de estar, mas está, às vezes acontece as coisas saírem e não deveriam ter saído, estava atento, obrigado. A Aline já referiu que não deveria estar aí, mas de facto foi um lapso. -----

---- Não há nada mais correto do que assumir, porque já o tínhamos visto, mas depois passou! Paciência! -----

---- Depois no que respeita penso que, peço desculpa mas não retive o nome do meu colega Deputado do PCP, penso que não me fez nenhuma pergunta, penso que fez mais, enfim, algumas considerações a respeito daquilo que nós escrevemos, mas se estiver errado, eu não percebi nenhuma pergunta diretamente. -----

----- No que respeita à Senhora Deputada Graciela no que respeita também à questão que deixa no final, o que é que achamos que se deve fazer? Vamos lá a ver, esta Moção ou este voto que colocámos transformado em Moção, como disse o Deputado Rui Costa, ela é dirigida à Câmara Municipal de Lisboa naquilo que é ou que poderão ser as suas competências, é evidente que quando se trata de Saúde Pública há aqui questões muito mais profundas. -----

---- O MPT acha que nenhum Estado deve poupar na Saúde Pública, é evidente que tudo aquilo que são as condicionantes em torno dos gastos com a Saúde Pública, eles são considerados despesas quando deveriam ser considerados investimentos. -----

----- Se os aparelhos, de facto, estiverem em condições, se forem novos, se forem revistos com a periodicidade que todos os técnicos da área sabem qual deve ser, nós provavelmente não teremos tantos surtos, porque nós temos Legionella nas nossas casas, temos Legionella provavelmente nos nossos chuveiros! Quando vamos para o hotel provavelmente deveríamos deixar a água correr naquelas torneiras durante um bom pedacinho para não corrermos riscos! Portanto, a Legionella vai continuar a viver connosco, agora é necessário é que, de facto, haja uma política de Saúde Pública que não poupe naquilo que, de facto, não deve poupar.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigada Senhor Deputado. Senhores Deputados, terminámos agora a Declaração Política do MPT. Só chamar a atenção do Senhor Deputado que o período em que os outros Grupos Municipais fazem perguntas, podem ser perguntas ou intervenções sobre a intervenção que acabaram de ouvir, não têm de ser necessariamente perguntas. -----

----- E agora sim, para última Declaração Política a Senhora Deputada Aline.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Aline Beuvink (PPM)** no uso da palavra fez a seguinte Declaração Política: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, Público presente. Muito boa tarde. -----

----- O PPM está de regresso à Assembleia Municipal de Lisboa, uma Casa onde estivemos quase sempre ao longo dos últimos 40 anos, integramos desde a primeira hora e em conjunto com o CDS-PP, a Coligação Nossa Lisboa, mais tarde acrescida do MPT que obteve um resultado memorável. -----

----- Muito antes que muitos outros acreditamos na força do projeto autárquico liderado por Assunção Cristas, muito antes que qualquer sondagem prognosticasse um resultado extraordinário como foi. A nossa longa história partidária que faz do PPM, um dos partidos fundadores da nossa democracia, com 43 anos, fornece-nos um sentido de perspetiva e a capacidade de interpretar as aspirações das populações. -----

----- Sabemos que a maior parte dos lisboetas estava longe de ter uma postura acrítica em relação ao Poder Municipal do Partido Socialista. Os problemas e as insuficiências de uma governação Municipal pouco eficaz continuariam visíveis para muitos, sobrepondo-se a uma torrente de propaganda institucional e governamental nunca antes vista! -----

----- A Candidatura Nossa Lisboa, um projeto plural, generoso e ambicioso nos seus propósitos, soube interpretar o sentimento da maioria que não votou no PS e em Fernando Medina. -----

----- Os Lisboetas querem mais ambição, dinamismo, inovação, mais justiça na distribuição da riqueza gerada pelo nosso Concelho. -----

----- Lisboa, a velha urbe das glórias passadas sabe que o futuro lhe pertence, este é o novo tempo das grandes cidades com passado e presente, das cidades que conseguem sabiamente misturar o seu imenso património cultural com os desafios da modernidade. -----

----- Este é o tempo em que a história alimenta o futuro, em que o passado se faz presente e oportunidade. O tempo do triunfo derradeiro das sociedades cosmopolitas diversas e abertas do regresso ao nosso Porto das Naus, que daqui partiram há 600 anos, este é em definitivo, o nosso tempo! -----

----- Temos um mundo de oportunidades e de progresso prometido entre o que somos hoje e o que podemos ser no futuro apenas se encontra um obstáculo!-----

----- Fernando Medina e a sua mini geringonçazinha de esquerda e de extrema-esquerda, a aliança entre a burocracia paralisadora e insensível a despesa desperdício, populismo inconsequente, nestas circunstâncias adversas o nosso propósito é contribuir de forma decisiva para a mudança através da concretização do programa eleitoral da Coligação Nossa Lisboa. -----

----- A nossa história e a nossa experiência de tantos anos nesta Casa permitem-nos ter uma visão específica dos problemas que o nosso Concelho enfrenta, vamos insistir e apresentar Propostas nas quais o nosso Partido é pioneiro a começar pela área da ecologia. A nossa prioridade é apresentar um conjunto de políticas integradas na área do Ambiente, no incremento dos transportes públicos, limpeza urbana, construção de novos espaços verdes e jardins, promoção e investimento na sustentabilidade dos edifícios e regeneração urbana, redução do gasto energético, incremento das tecnologias de energia renovável e muitas outras áreas em que o Partido Popular Monárquico integra no seu programa desde a década de 70, do século XX. -----

----- Somos também pioneiros na defesa do Municipalismo e do que ele significa em termos de descentralização de competências e de participação democrática das populações no Governo das suas respetivas comunidades. Vamos apresentar Propostas nesta área promovendo a auscultação permanente da população, combatendo a burocracia infernal que paralisa a atividade dos Serviços Municipais e tornando transparentes todos os aspetos, repito, tornando transparentes todos os aspetos da gestão autárquica.-----

----- O Partido Popular Monárquico é também o partido precursor das políticas de promoção dos direitos de cidadania e da justiça social, preocupa-nos a insuficiência dos meios municipais criados para combater a violência contra as mulheres, a pobreza endémica, a toxicodependência, a insegurança, o acesso desigual à educação e as dificuldades crescentes de acesso à habitação por parte dos mais desfavorecidos e até da classe média em Lisboa.-----

----- A nossa cidade tem de ser mais justa, tem de criar oportunidades iguais para todos e tem de ser mais inclusiva, juntando-se a isso as nossas preocupações patrimoniais e culturais, que como se tem visto ultimamente, estão muito maltratadas.-----

----- Este que vos anuncio e o mesmo PPM progressista fundado por cidadãos que integraram as listas da oposição democrática e que combateram o Estado Novo. O PPM de sempre, o PPM das causas sociais! O PPM que sempre acreditou na prioridade da justiça social, na liberdade individual e na iniciativa privada. O PPM que sempre acreditou em Portugal e nos portugueses! O PPM que sempre esteve com Lisboa! Estamos de regresso e estamos para ficar!”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Pergunto se algum Senhor Deputado quer fazer interpelação à Senhora Deputada Aline Hall de Beuvink. Temos o dever de chamar os Senhores Deputados pelos nomes certos, como é evidente.-----

----- Muito bem, terminámos as intervenções, vamos passar à votação dos documentos, a que eu chamo à atenção que algumas forças políticas pediram nalguns casos uma votação por pontos, vamos ver se nós fazemos isto bem.-----

----- Senhores Deputados, ainda uma outra coisa para os Senhores Deputados que vêm do mandato anterior, terão reparado que a numeração dos documentos foi alterada, passámos a pôr em 1º lugar nos 3 primeiros dígitos o número da Reunião e nos segundos dígitos o número do documento, porque o facto de a gente fazer o contrário isso significava que depois no *site* de cada vez que íamos à procura de uma Moção ou de uma Recomendação, se perdia muito tempo. Os primeiros dígitos, os primeiros três dígitos é o número da Reunião, hoje é a Reunião 002, portanto documentos de hoje têm todos 002 e, depois têm o número do documento a seguir, e assim aparecerão sempre por ordem cronológica no *site*, eu acho que é mais fácil para encontrarmos os documentos.-----

----- Portanto vamos à Moção desta Reunião 002, é a Moção 01 que foi apresentada pelo MPT sob a forma de voto de censura, nós não temos essa figura no Regimento e, portanto, nós reclassificámos como uma Moção, eu tentei procurar o vosso representante mas não o consegui contactar, mas penso que não têm objeção esta reclassificação e, portanto, sendo assim, uma vez que no nosso Regimento está especificado que Moções são tomadas de posição política em relação a assuntos gerais ou ao Governo ou seja o que for e Recomendações é quando se dirige expressamente à Câmara, portanto, vamos pôr à votação a Moção 002/01.-----

----- Alguém quer pedir votação por pontos? Por pontos, o 1 e o 2 que podem ser juntos, os outros são separados.-----

----- **MOÇÃO N.º 002/01 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “NÃO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS FESTIVOS NO PANTEÃO NACIONAL”.**-----

----- (A Moção 002/01 fica anexada a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante.)-----

---- Senhores Deputados, vamos pôr à votação os primeiros 2 pontos desta Moção. O primeiro tem a ver com a censura da realização do Evento e o segundo pela rejeição da possibilidade de voltarem a ocorrer estes Eventos.-----

---- Vou pôr à votação a primeira **Moção** do dia de hoje, os **primeiros dois pontos** que eu tinha posto à consideração. Não há votos contra. Votos de abstenção do BE e 3 IND. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PEV, PPM e 3 IND. -----

---- Sendo que estão presentes na sala apenas 6 Deputados Independentes, contando comigo. -----

---- (Não participaram na votação dois Senhores Deputados Municipais Independentes) -----

---- Este ponto foi **aprovado por maioria**. -----

---- Vamos passar então à votação do **ponto 3** “Exigir à Tutela um pedido de desculpas aos Portugueses, em particular aos Lisboaetas por ter sido autorizada a realização deste evento naquele local”. Vamos passar à votação. Votos contra do PS e 6 IND. Votos de abstenção do PAN, BE e PEV. Votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, MPT e PPM. **Este ponto foi rejeitado**. -----

---- Vamos passar agora à votação do **ponto 4**, que é “exigir o cabal apuramento de responsabilidades políticas à Tutela, nomeadamente no que respeita ao critério discriminatório que esteve na base da referida autorização”. Vamos pôr à votação este ponto. Não há votos contra. Abstenções do PS, BE, PEV, 6 IND e PAN. Votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP, MPT e PPM. **Aprovado por maioria**, sendo que estão presentes na sala 6 IND. -----

---- Eu tenho que identificar o número de Deputados Independentes porque como não constituem grupo tem que se saber sempre quantos estão, quando os votos são por bancada, consideramos que os votos dos presentes significou a totalidade da bancada, mesmo que não estejam presentes, é uma particularidade do nosso Regimento, mas estou só a explicitá-la para que não haja dúvidas. -----

---- Senhores Deputados, o último ponto, o **ponto 5**, julgo que não carece de votação, é o envio do que foi aprovada às entidades, não vale a pena votarmos. -----

---- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação) -----

---- Agora a segunda Moção apresentada para a Reunião de hoje, que é a Moção 002/02, apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

---- **MOÇÃO N.º 002/02 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “PELA DIGNIFICAÇÃO DA POSIÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL”**.-----

---- (A Moção 002/02 fica anexada a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante.) -----

---- Alguém pede a votação por pontos? O PSD pede para serem votados os pontos um a um, vamos então votar os pontos, cada um por si, para não haver confusões. Vamos então votar as alíneas todas e eu penso que é desnecessário a alínea f) da remessa, não havendo objeções não é necessário pôr à votação, mas também não é isso que faz diferença. -----

----- Vamos então começar pela **Alínea a)** “Expressar o seu repúdio pela utilização do Panteão Nacional para a realização de jantares privados ou eventos de natureza comercial”. Não há votos contra. Abstenções do PAN, CDS-PP, 2 IND e PPM. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, MPT, PEV e 4 IND. **Aprovada por maioria.** -----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Alínea b)** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND. -----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Alínea c).** Votos contra do CDS-PP e PPM. Abstenção do PSD. Votos a favor do PS, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, 6IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Alínea d)** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND. -----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Alínea e).** Votos contra do PSD. Abstenções do CDS-PP e PPM. Votos a favor do PS, PCP, BE, MPT, PAN, PEV e 6IND. **Aprovada por maioria.**-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação) -----

----- Finalmente a **Alínea f)**, a alínea de remessa penso que dispensa votação. -----

----- Senhores Deputados do Bloco de Esquerda, eu estou aqui a tentar inaugurar uma prática, não termos que votar a remessa à entidade tal e tal, dispensamos a votação dessa parte em futuros documentos. -----

----- O Senhor Deputado do CDS-PP quer fazer uma declaração de voto. -----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra no ponto C da Moção acima referenciada por considerarem que: -----

----- 1. O Regulamento de Utilização de Espaços nos Serviços Dependentes e nos imóveis afetos à Direção-Geral do Património Cultural regulado pelo despacho 8356/2014 não merece discordância da nossa parte, uma vez que veio colmatar a ausência de regras e critérios na cedência de espaços, numa perspectiva integrada; -----

----- 2. Não obstante não merecer discordância o mesmo despacho pode ser objeto de melhorias que permitam afinar a utilização e funcionamento do Património cultural para outros fins;-----

----- 3. A rentabilização do Património Cultural deve ser permitida e incentivada desde que nunca seja colocada em causa a dignidade do espaço ou sejam feridos os valores e símbolos nacionais. Para além do encaixe financeiro proporcionado que inclusive poderá servir para a manutenção desses espaços, as atividades

extraordinárias também permitem o conhecimento e o usufruto deste património, o que é salutar do nosso ponto de vista.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

---- “Vamos entrar agora nas Recomendações, e começamos pela Recomendação 002/01, que é apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 002/01 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO BE) – SUSPENSÃO DA VIGÊNCIA DAS NORMAS REGULAMENTARES QUE INSTITUEM A TAXA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL”**.-----

----- (A Recomendação 002/01 fica anexada a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante)-----

----- Alguém pede a separação das alíneas? Ninguém pede. Vamos votar então esta Recomendação.-----

----- A **Recomendação nº 002/01** foi **rejeitada**. Votos contra do PS, 4 IND e PAN. Abstenções de 2 IND, CDS-PP e PPM. Votos a favor do PSD, PCP, BE, MPT e PEV.-

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- O PAN indica que quer fazer uma declaração de voto.”-----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou a seguinte **Declaração de Voto Oral (ver página 32)**-----

----- Vamos passar agora à seguinte Recomendação, tem uma pequena alteração, que é a Recomendação do Partido Ecologista Os Verdes.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 002/02 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL PEV) – A QUALIDADE DO AR EM LISBOA”**.-----

----- (A **Recomendação 002/02, apresentada pelo PEV**, fica anexada a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante)-----

----- Tem uma alteração no ponto número um.-----

----- O Senhor Deputado queria fazer uma declaração de voto sobre aquilo que acabámos de votar? Eu preferia que a fizesse no final da votação dos documentos, se não se importa, para não quebrar aqui o ritmo das votações.-----

----- No final das votações o Senhor Deputado fará a sua declaração de voto.-----

----- Estávamos na Recomendação 002/02 da qualidade do ar em Lisboa, do PEV e alteração e na 1ª linha onde está “disponibilize informação” era “disponibilize, em coordenação com a CCDR, informação tal e tal”, o resto continua, é aditar a expressão “em coordenação com a CCDR”.-----

----- Há alguma dúvida, Senhor Deputado Luís Newton? Vai ser votada ponto por ponto. Então ela tem 6 pontos, vamos a isto. Ah, ainda há mais um aditamento no ponto 3, que é o mesmo aditamento, onde está “estude a aplicação de medidas eficazes” é também “estude em coordenação com a CCDR” e por aí fora.-----

----- É mais simples, separar o ponto 6 na votação para votarmos os outros todos em conjunto e depois votamos o 6 separadamente, assim é mais simples.-----

----- Muito bem, Senhores Deputados, então o que está em causa neste momento, com estes aditamentos que eu referi é votarmos os **pontos 1, 2, 3, 4 e 5 da Recomendação 002/02**, foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND. Os **pontos 1, 2, 3, 4 e 5** foram aprovados por **unanimidade**. -----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- Agora o **ponto 6 da Recomendação 002/02**. Não tem votos contra. Abstenções do PSD, CDS-PP, MPT e PPM. Votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV e 6 IND. **Aprovado por maioria**. -----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Dispensamos a votação do ponto 7** porque é a remessa às entidades.-----

----- Terminámos esta parte, vamos agora à Recomendação apresentada pelo MPT. ----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 002/03 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DO MPT) – “POR MEDIDAS MAIS EFICAZES NO CONTROLO DO SURTO DE LEGIONELLA”** -----

----- (A Recomendação 002/03 fica anexada a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos pôr à votação, vamos votar separadamente os pontos 2 e 6 e, pedem também o ponto 3 em separado. -----

----- Votação dos **pontos 1, 4, 5 e 7 da Recomendação nº 002/03** podem ser votados em conjunto e é o que vamos fazer. Não há votos contra. Abstenções do PSD. Votos favoráveis do PS, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND. **Aprovados por maioria**.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **O ponto 2 da Recomendação nº 002/03 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND. -----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 3 da Recomendação nº 002/03**. Votos contra do BE e PEV. Abstenções do PSD. Votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, MPT, PAN, PPM, 6IND. **Aprovado por maioria**.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 6 da Recomendação nº 002/03 foi aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **O Ponto 7 da Recomendação nº 002/03, a remessa, fica também aprovado**. -----

----- Senhores Deputados, falta a última Recomendação, que me pedem também uma votação ponto por ponto.-----

----- **RECOMENDAÇÃO Nº 002/04 – (APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL PCP) – POR UM SECTOR DE TRANSPORTES PÚBLICOS AO SERVIÇO DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÓMICO DA CIDADE DE LISBOA; DA SUA ÁREA METROPOLITANA E DAS POPULAÇÕES”.**-----

----- (A Recomendação 002/04, apresentada pelo PCP, fica anexada a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante)-----

----- **Ponto 1 da Recomendação 002/04.** Não tem votos contra. Abstenção do PSD. Votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 6 IND. Aprovado por maioria.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 2 da Recomendação 002/04.** Não tem votos contra. Abstenção do PSD. Votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 6 IND. Aprovado por maioria.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 3 da Recomendação nº 002/04 foi aprovada por unanimidade,** não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 4 da Recomendação 002/04.** Não tem votos contra. Abstenção do PSD e 4 IND. Votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 2 IND. Aprovado por maioria.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 5 da Recomendação 002/04.** Votos contra do PS, PPM, CDS-PP. Abstenção dos 2 IND. Votos a favor do PSD, PCP, BE, MPT, PAN, PEV e 4 IND. Rejeitado.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 6 da Recomendação 002/04.** Votos contra do PS, PPM, CDS-PP e MPT. Abstenção dos 2 IND. Votos a favor do PSD, PCP, BE, PAN, PEV e 4 IND. Rejeitado.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 7 da Recomendação 002/04.** Não tem votos contra. Abstenção do PPM, MPT e CDS-PP Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV e 6 IND. Aprovado por maioria.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 8 da Recomendação nº 002/04** foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 9 da Recomendação 002/04.** Não há votos contra. Abstenções do CDS-PP e PPM. Votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, MPT, PEV, PAN e 6 IND. Rejeitado.

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 10 da Recomendação 002/04.** Não tem votos contra. Abstenção do PSD. Votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM e 6 IND. Aprovado por maioria.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 11 da Recomendação 002/04.** Votos contra do PS e 6 IND. Abstenção do CDS-PP, MPT e PPM. Votos a favor do PSD, PCP, BE, PEV e PAN. Rejeitado.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 12 da Recomendação 002/04.** Votos contra do PS, BE e 4 IND. Abstenção do PSD, MPT, PPM, 2 IND e CDS-PP. Votos a favor do PCP, PEV e PAN. Rejeitado.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 13 da Recomendação 002/04.** Não tem votos contra. Abstenção de 4 IND e PAN. Votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PEV, PPM e 2 IND. Aprovado por maioria.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **Ponto 14 da Recomendação 002/04.** Votos contra do PS, PAN e 6 IND. Não tem abstenções. Votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PEV e PPM. Rejeitado.-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- A Recomendação foi rejeitada.-----

----- Senhores Deputados, chegámos ao fim deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- O Senhor Deputado do PS (Manuel Lage) quer fazer uma Declaração de Voto.-----

----- (O Grupo Municipal do PS não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto)-----

----- O Senhor Deputado do CDS/PP (Rui Costa) quer fazer uma Declaração de Voto.-----

-----O Senhor Deputado Miguel Santos, do PAN, indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto oral.”-----

----- **O Grupo Municipal do PAN** apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, portanto, isto tem a ver com a com a questão levantada sobre a Taxa de Proteção Civil. -----

----- Nós, desde o início que nos manifestámos com abstenção relativamente a esta matéria e, portanto, naturalmente, se aparece um documento que prevê o cancelamento ou a suspensão da taxa, nós teremos que ser contra, e ser contra porquê? Porque achamos que é um assunto que tem que ser tratado com um nível de seriedade que achamos que não está a ser suficientemente tratado e achamos é que este assunto não está a ser dada suficiente relevo ou pelo menos não foi dado suficiente relevo no mandato anterior relativamente às questões da Proteção Civil, sobretudo no que tem a ver com a preparação da população, a autoproteção e a resiliência, portanto, a questões que para nós são fundamentais para a Proteção Civil da Cidade.-----

---- E, portanto, não nos parece adequado que, numa altura em que é criada uma Taxa de Proteção Civil esses assuntos continuem a ser descurados. -----

-----Levantámos esta questão várias vezes ao Senhor Vereador Carlos Castro e tivemos sempre ou um encolher de ombros ou uma negativa que achamos que não pode continuar, portanto, continuamos a defender a existência de uma Taxa de Proteção Civil, achamos é que a Câmara Municipal tem que rever totalmente aquilo que faz com a taxa, nomeadamente a estas questões de Proteção Civil e a tudo. Obrigado.”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que votaram contra os pontos 5 e 6 da Recomendação acima referenciada por considerarem que: -----

----- 1. O PCP mais uma vez pretende efetuar a quadratura do círculo ao propor mais despesa e menos receita para os transportes públicos da Lisboa e área metropolitana. -----

----- 2. A reversão da concessão dos transportes públicos de Lisboa, nomeadamente da Carris e do Metro, e a situação deplorável dos materiais circulantes e serviços leva a que seja o Estado a efetuar os investimentos necessários para adequar os transportes públicos às necessidades dos utentes. -----

----- 3. Também aqui o princípio de utilizador / pagador deve estar presente como fonte de equilíbrio financeiro pelo que na atual situação é desadequado a reposição de descontos ou a reversão dos aumentos registados nos últimos anos. -----

----- Pese embora o CDS partilha da medida de aplicação de descontos e isenções a determinadas categorias de passageiros e a aposta em mais recursos humanos e material, consideramos imprudente aprovar propostas nesse sentido sem que se conheça a real situação financeira das operadoras de transportes, seja sob a tutela do Estado seja do Município, como é o caso da Carris. Importa conhecer, aprofundadamente, o estudo de viabilidade económico-financeira de cada empresa e respetivos planos de investimento.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos agora passar à proposta do CDS-PP, sobre a convocação do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa, portanto, nos termos Regimentais a proposta do CDS- PP. -----

----- **NO N.º 2 DO ARTIGO 8º DO REGULAMENTO DO REFERIDO CONSELHO PONTO 5 - PROPOSTA 001/CDS-PP/2017 - CONVOCAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO MUNICIPAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;** -----

----- (A Proposta nº 001/CDS-PP/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante).-----

----- Portanto, nos termos Regimentais o CDS-PP tem a palavra para apresentar a Proposta. Tem mais um minuto do que os restantes grupos ou seja, tem 1 minuto para apresentar os seus 3 minutos para falar.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Francisco Rodrigues dos Santos (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que muito prezo, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, equipa da Vereação. -----

----- Permitam-me que nesta primeira intervenção, que marca a minha estreia nesta sede, opte por felicitar e endereçar votos de um bom mandato a todos os Membros eleitos democraticamente do Município de Lisboa, de resto, a Mesa da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara e restantes Vereadores e as Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Votos de um bom Mandato e felicidades no exercício destas novas e exigentes funções e que se lembrem sempre de honrar o Mandato que foi conferido por todos os Lisboaetas.-----

----- O CDS apresenta esta Proposta de convocação do Conselho Municipal de Segurança, pois, há um situacionismo que é evidente e que importa destacar no debate político atual, é que os episódios de grande violência junto de espaços de diversão, noturna, têm-se intensificado, aumentado em catadupa e lançado sobre toda a Cidade um alerta vermelho, que se exprime num clima de apreensão social que é notório e inequívoco.-----

----- E este ambiente atinge valores que nós consideramos que são fundamentais em sociedade, como a defesa da dignidade da pessoa, a sua integridade física, a vida e o bom nome e a reputação nacional e internacional da Cidade de Lisboa, que granjeia a primeira opção de tantos e tantos turistas, hoje em dia, no panorama internacional e, sobretudo, afeta a liberdade individual de cada um, a sua livre circulação e opção pelas escolhas que caibam a cada um para a sua recriação social e cultural ao abrigo do conceito que melhor entendem para a sua qualidade de vida. -----

----- A segurança, importa destacar, é um património que não tem carácter ideológico nem deve estar cativo ou refém de nenhuma força política. Nessa medida, sendo a Assembleia Municipal, o Órgão máximo fiscalizador da ação política do Município e sendo aqui neste espaço o assento de base democrática de todos os Partidos e até Independentes, eleitos pelo povo, a expressão plural de um vasto número de

sensibilidades políticas, penso que cabe a este Órgão, porque infelizmente, o Senhor Presidente de Câmara, que também preside ao Conselho Municipal de Segurança não teve oportunidade de o convocar, chamar à colação precisamente da convocatória do Conselho Municipal de Segurança para que este Órgão saia do papel, ganhe autonomia, tenha vida e utilidade pública, porque é muito importante dizê-lo, não é um mero por penacho burocrático, é uma garantia de resolução de problemas efetivos das pessoas, sobretudo quando a Assembleia Municipal foi quem deu a vida e fez nascer o Conselho Municipal de Segurança, estando a seu cargo a competência da sua própria regulamentação. -----

----- Este é, portanto, no entendimento do CDS, o momento de dar voz a este fórum específico e especializado e técnico em matérias de segurança, onde estão reunidos um vasto e um logístico rol de personalidades e entidades públicas, fundamentais para a definição deste conceito de segurança na Cidade de Lisboa. -----

----- Desde logo, eu permitam-me sublinhar a PSP o Ministério Público, o SEF e até Agentes Económicos e Sociais, nós vemos, ouvimos, sentimos e lemos, não podemos ignorar este é, portanto, a altura de restabelecermos a segurança pública e a paz social em benefício de todos os lisboetas, por isso convidamos todas as forças políticas aqui representadas a associarem-se ao CDS nesta convocatória do Conselho Municipal de Segurança agora que urge fazê-lo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhor Deputado. Temos vários Senhores Deputados inscritos e a Senhora 2ª Secretária vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhoras, Secretárias, Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas Municipais, Senhores Deputados Municipais. -----

----- A proposta de convocação do Conselho Municipal de Segurança de Lisboa merece a aprovação do PCP. Este Conselho que, pelo Regulamento aprovado por esta mesma Assembleia, deveria reunir trimestralmente, não o faz há quase um ano! -----

----- Além da concordância com a convocação desta reunião, este ponto permite reafirmar algumas questões sobre a temática da segurança. A violência e a criminalidade são sempre preocupantes mas não são fenómenos novos nem inesperados. O debate na opinião pública surge, naturalmente, da sua introdução na agenda mediática do país. Não houve um súbito agravamento das situações de violência – em espaços nocturnos ou outros – e as situações que existiram serão, certamente, objecto de investigação criminal por parte das autoridades competentes, com apuramento de responsabilidades. -----

----- A questão que se coloca, e que desde há muitos anos o PCP tem vindo a alertar, tem a ver com a degradação e o desinvestimento crónico nas forças de segurança bem como uma acrescida prevalência de acção reactiva e não preventiva, cada vez mais afastada das populações. -----

----- A política de direita de sucessivos governos, e muito concretamente as medidas adoptadas no quadro dos PEC e do governo PSD/CDS – a força política que precisamente vem requerer esta convocatória urgente do Conselho! -, agravou os problemas enfrentados pelas forças de segurança: temos um número insuficiente de efectivos, com um preocupante aumento da média etária, desmotivados, sem progressões de carreira nem estímulos à formação, com cargas horárias inadmissíveis, sem viaturas actualizadas, com falta de equipamentos individuais e de instalações adequadas (para os profissionais e para os cidadãos que a elas se dirigem). São múltiplas as violações dos direitos dos profissionais à prestação do trabalho em condições de segurança e saúde, principalmente tendo em conta a enorme exigência inerente às funções que lhes estão atribuídas. -----

----- O afastamento cada vez maior das forças de segurança à população tem tido expressão máxima, aqui na cidade de Lisboa, no encerramento de esquadras, travando um policiamento de proximidade e de segurança dos munícipes. Este tema, já tantas vezes abordado nesta Assembleia e muitas vezes por proposta do PCP, é fundamental na questão da violência nas ruas da cidade. O PCP tem, ao longo dos anos, apresentado moções e recomendações contra o encerramento de esquadras por termos a convicção que é, de facto, um elemento essencial da segurança na cidade. Quando encerram esquadras como a de Arroios, a do Bairro do Condado, da Quinta do Cabrinha, do Rego ou do Bairro da Boavista, para mencionar apenas algumas, estamos a permitir a subsistência de um modelo de policiamento que afasta as forças de segurança das populações. É na verdade interessante relembrarmos que a moção do PCP de Junho de 2014, por exemplo, ter tido os pontos sobre a manutenção das esquadras de proximidade ou sobre a exigência ao Governo de investimento nos meios para a PSP em Lisboa rejeitados com os votos do PS, PSD e CDS – mais uma vez, o grupo municipal que exige a urgência na convocação do Conselho. Ou até, a recomendação do PCP de Fevereiro deste ano, reiterando algumas das mesmas preocupações e que foram rejeitadas com os votos do PS e abstenção do PSD e CDS.--

----- Mas a esta desvalorização do trabalho de proximidade das forças de segurança com as populações juntam-se outras opções que são acompanhadas de um cada vez maior papel da segurança privada e, conseqüentemente, opções marcadas pela lógica da desresponsabilização do Estado, com exemplos como a massificação da videovigilância (instrumento repressivo e atentatório dos direitos e liberdades dos cidadãos, como é o direito à privacidade). Na verdade, tudo se encaminha para a privatização da segurança no espaço público. E este é um caminho extremamente perigoso em que o imperativo constitucional do Estado garantir a segurança dos cidadãos é posto em causa. -----

----- Assim, o PCP entende que o desinvestimento e medidas repressivas em nada contribuirão para a diminuição da criminalidade e insegurança na cidade. Para além do mediatismo de alguns acontecimentos, é obrigatória acção e intervenção para incrementar o sentimento de segurança em Lisboa: -----

----- Com a implementação de medidas sociais adequadas de combate ao desemprego, exclusão social e ao empobrecimento, garantindo a qualidade de vida aos

trabalhadores e população (em trabalho, salários, habitação, saúde, educação e cultura);-----

----- Com a exigência de medidas mais efectivas em matéria de segurança; garantindo uma melhor cobertura pelas esquadras de proximidade; com a implementação de programas de segurança; com a iluminação adequada dos bairros da cidade, entre muitas outras questões. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada. A Senhora Deputada se porventura não pôde terminar a intervenção, eu vi que tinha o texto escrito, se fizer, depois na Ata pode ficar a intervenção completa, não temos aqui é que alargar os tempos.-----

----- Vamos passar à próxima pessoa inscrita.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhores Vereadores. Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos.-----

----- De facto a segurança não tem ideologia e a segurança dos cidadãos de Lisboa não pode estar sujeita a uma agenda mediática!-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que convoca e preside, como disse, ao Conselho Municipal de Segurança também convoca as reuniões da Câmara Municipal de Lisboa e como também já se deve ter dado conta, também ainda não houve nenhuma.-----

----- É preciso responsabilizar, sim, mas não podemos de maneira alguma procurar encontrar responsáveis a todo o custo, é preciso encontrar soluções e não nos podemos substituir de forma alguma àquilo que são a ação das forças policiais, nomeadamente do MAI ou da PSP e muito pelo contrário, enquanto eleitos, enquanto eleitos locais, nós temos que transmitir a nossa confiança, quer às nossas populações quer às forças da autoridade e, por isso, nós enquanto a Bancada do PS aquilo que tem a dizer é que reconhecemos necessidade da reunião do Conselho Municipal de Segurança, reconhecemos essa necessidade e votaremos favoravelmente, naturalmente, a Proposta aqui apresentada pelo CDS, no entanto, não embarcaremos em grandes aventuras demagogia de necessidades criadas a troco de uma agenda mediática criada.-----

----- A cidade de Lisboa é uma cidade segura, o Conselho Municipal de Segurança tem que reunir, mas há segurança e temos muita confiança nos agentes da autoridade quer da Polícia Municipal, quer da PSP, de todos os agentes de autoridade que se dão e dão o seu melhor à cidade de Lisboa e é isso que nós queremos transmitir aqui! Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Costa (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Vereadores.-----

----- Eu queria vir aqui repor a verdade sobre os Conselhos Municipais de Segurança e queria vir aqui dizer que não foram criados por deliberação desta Assembleia

Municipal, esta Assembleia Municipal regulamentou-os e queria também dizer que eles foram criados, de facto, pela Lei 33/98, 18 de Agosto e que deviam reunir trimestralmente, assim o impõe a Lei! E queria também vir dizer que gostava de ver o Conselho Municipal de Segurança reunir, mas por razões diferentes das aqui apontadas pelo CDS, é que o Senhor Deputado Manuel Lage, com o devido respeito e com os anos a que nos conhecemos já, que são longos, eu quer-lhe dizer que a segurança também tem ideologia. -----

----- E nós, Bloco de Esquerda, gostávamos de ver discutidas questões como as condições socioeconómicas das populações do Município de Lisboa, que é uma competência do Conselho Municipal de Segurança e, nesse sentido ver discutidos aspetos como, por exemplo sejam a violência de género, que são fenómenos gravíssimos e têm de ser objeto de discussão também pelo Conselho Municipal de Segurança, em relação a uma transversalidade de políticas na segurança, a questão da sinistralidade rodoviária e dos planos de prevenção rodoviária, que são importantíssimos, a questão da proteção civil. -----

----- Portanto, o Senhor Deputado Francisco Rodrigues dos Santos, segurança é, de facto, uma questão ideológica e eu percebo, ao contrário do que o Senhor Deputado Municipal Manuel Laje, e eu percebo quais são as razões ideológicas e de oportunidade que o trouxeram aqui com esta Proposta, mas não há de ser pelo embrulho que o Senhor Deputado fez na sua Proposta que nós deixaremos de a votar favoravelmente, porque queremos, de facto, discutir sinistralidade rodoviária, queremos que se discuta a proteção civil, queremos que discutam as condições socioeconómicas das lisboetas e dos lisboetas, queremos uma discussão abrangente sobre violência de género, violência de contornos de ódio racial e outras discriminações que por aí se vão fazendo sentir e, por isso, apoiamos a medida e esperamos que sejam eleitos os membros, por esta Assembleia Municipal, que hão de compor o Conselho Municipal de Segurança e muito rapidamente, mas não pelo seu embrulho e não em nome dos princípios que aqui veio defender. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ A seguir à Senhora Deputada Inês Sousa Real será ainda o Senhor Vereador João Paulo Saraiva. -----

----- Senhores Deputados, para vossa informação, admito que os outros Senhores Deputados que não pertencem à Conferência de Representantes não tenham esta informação, mas é importante saberem antes das votações que há uma Proposta, que foi apresentada pelo PSD para a realização nesta Assembleia Municipal de um debate temático sobre os problemas da segurança e qualidade de vida noturna na Cidade de Lisboa, que nós vamos analisar essa Proposta na próxima Conferência de Representantes. Ela já foi apresentada e que eu penso agendá-la muito rapidamente, porque é apenas para marcarmos esse debate e para podermos dar início ao trabalho. --

----- Certamente na próxima sessão da Assembleia já teremos a Proposta em condições de poder ser apreciada e votada, até lá vamos apenas levá-la à

Conferência de Representantes para recolher contributos que haja a recolher e adotar o formato definitivo.-----

----- Senhora Deputada, faça o favor” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Sousa Real (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, sendo esta a minha primeira intervenção aproveito para cumprimentar todos os restantes eleitos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa e desejar a todos os melhores trabalhos para este Mandato que todos iniciamos hoje. -----

----- Em relação à Proposta do CDS, o PAN irá acompanhar de facto esta iniciativa de convocar o Conselho Municipal de Segurança não por alarmismo social, que entendemos não existir, Lisboa apesar de todos os seus problemas com a segurança é uma cidade segura, pelo menos na sua generalidade! Não quer dizer que não tenhamos fragilidades que podemos com este momento aproveitar precisamente para debater e para ver como uma melhoria daquilo que podemos fazer para que todos e todas se sintam mais seguros em Lisboa.-----

----- De facto, entendemos que é necessário promover uma cultura de segurança e de resiliência na cidade e que o Conselho de Segurança pode precisamente ao ser convocado vir apontar qual o rumo que devemos seguir neste sentido. Apostar também no reforço de policiamento de proximidade e aqui a iniciativa fica aquém daquilo que seria, de facto, desejável apresentar e também, obviamente, reforçar aqui a nossa confiança em todos e todas as mulheres e homens que compõem as diferentes forças policiais, que também foram recentemente vítimas de violência e portanto, esta violência que estamos aqui hoje a falar não se esgota de facto, nos episódios que aconteceram em atividades noturnas, é um debate muito mais profundo que não poderíamos de todo esgotar aqui hoje nesta Proposta, mas que não será por isso que o PAN não irá acompanhar. -----

----- Falavam há pouco que a violência não é ideológica, é pois ideológica, estamos a falar de violência interpessoal, de violência também racial e até mesmo com os dos crimes contra animais que têm cada vez mais expressão na nossa sociedade.-----

----- Não será por isso, volto a dizer, que o PAN não votará e acompanhará esta Proposta, no entanto, não queremos de todo que seja visto como um acompanhamento de um alarmismo, mas sim de reforçarmos a nossa cultura de segurança em Lisboa. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Obrigada Senhora Deputada. Senhores Deputados terminámos as intervenções nesta matéria, estamos pois, em condições de votar a Proposta do CDS-PP sobre este ponto. Ah, desculpe, o Senhor Vereador João Paulo Saraiva rinha pedido a palavra.” --

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva,** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito rapidamente para não prejudicarmos o andamento dos trabalhos, só para dizer que nos parece muito razoável que possamos convocar o Conselho de

Segurança, não por nenhuma razão de como foi referido, de algum alarme social ou de alguma situação extraordinária, que nós consideramos que o que aconteceu, os dados que temos, não sei se têm outros, têm a ver com situações pontuais graves, é certo, mas pontuais.-----

----- Para além disso o Município de Lisboa participando na coordenação de todo o sistema de segurança em temos territoriais não tem competências em segurança pública, tem competências na fiscalização de trânsito, tem competências nas obras, de fiscalização de obras em edifícios municipais, tem competências na área da proteção civil, que estão intimamente ligadas à segurança, mas segurança em espaço público não é da competência do Município, obviamente, o Município tem que analisar as situações, tenho que as ponderar e tem que encontrar e tem que dar as suas opiniões sobre essa matéria a quem têm esta competência que é o Governo, que repito, vemos com toda a naturalidade que marquemos o Conselho de Segurança, mas evidentemente não podemos acompanhar uma certa tentativa de aproveitamento político e demagógico sobre esta matéria e sobre aquilo que têm sido as notícias dos últimos dias. Muito Obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigada Senhor Vereador, estamos em condições então de votar a Proposta n.º 002/01 CDS-PP/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, MPT, PAN, PEV, PPM, 6IND.-----

----- O BE indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto escrita.”-----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação)-----

----- **O Grupo Municipal do BE** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “*O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, tendo votado a favor da Proposta n.º 001/CDS/2017, relativa à “convocação de reunião extraordinária do órgão, para análise e discussão dos problemas de insegurança e marginalidade nas zonas de animação noturna da cidade de Lisboa”, não pode deixar de exprimir o seu desacordo quanto ao carácter redutor da mesma, considerando que os Conselhos Municipais de Segurança, criados pela Lei n.º 33/98, de 18 de Junho têm competências muito mais vastas, tais como em matérias de violência de género, proteção civil, prevenção rodoviária ou análise da estrutura socioeconómica da população. Assim, enfatizamos a necessidade de que o Conselho Municipal de Segurança reúna, pelo menos, com a periodicidade legalmente definida, abordando todas estas questões, com especial relevo para a promoção da integração das populações e para o combate de todas as formas de violência, segregação e discriminação, e bem assim para auxiliar ao desenvolvimento e execução de políticas de prevenção e resposta a riscos no domínio da proteção civil e prevenção rodoviária.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos então agora passar à última questão, é uma Proposta de Repartição de Encargos que está explicitada no texto.”-----

----- **PONTO 6 - PROPOSTA 622/CM/2017 - ALTERAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, BEM COMO DA ALTERAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE GÁS NATURAL COMPRIMIDO (GNC) PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ARTIGO 24.º E N.º 1 DO ARTIGO 6.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS N.ºS 1, 2 E 6 DO ART.º 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA REDAÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS;**-----

----- (A Proposta nº 622/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante).-----

----- Pergunto se quer apresentar a Proposta Senhor Vice-Presidente? Dispensa a apresentação da proposta.-----

----- Nós temos aqui uma Senhora Deputada inscrita. Tem a palavra a Senhora Deputada Nádia Teixeira.-----

----- Enquanto a Senhora Deputada chega ao microfone informar-vos que o Ponto 7 está resolvido, porque era a questão de justificação da falta do Senhor Deputado cidadão eleito Carlos Alpoim Barbosa, já foi esclarecido no princípio da Sessão e já foi votado, portanto, esse ponto está resolvido.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Nádia Teixeira (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimas Senhoras Secretárias, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados, Público presente e órgãos da comunicação social.-----

----- Esta é também a minha estreia nesta casa, a minha primeira intervenção e gostaria de desejar um excelente início de mandato a todos os que foram eleitos democraticamente, é com grande empenho e sentido de responsabilidade que aqui me encontro para representar o MPT, o Partido da Terra.-----

----- No que respeita à Proposta número 622/2017, referente à alteração da Repartição de Encargos, bem como de alteração da assunção de compromissos plurianuais no âmbito do concurso público para aquisição de gás natural comprimido para veículos da frota Municipal, o Partido da Terra gostaria de tecer algumas considerações.-----

----- Ao analisar a Proposta constata-se que o procedimento inicial é um concurso internacional cheio de vicissitudes, que foi objeto de uma ação judicial interposta por uma concorrente preterida, que continua em curso.-----

----- Importa salientar ainda que todos os recursos judiciais intercalares interpostos pelo Município de Lisboa, até à presente data, não tiveram sucesso, tendo sido

rejeitados pelo Tribunal continuando aquela ação principal em curso sem qualquer alteração. -----

---- Em face do exposto o Partido da Terra considera que não só juridicamente, mas principalmente pela demais natureza das coisas, votar a favor de um ajuste direto quando o procedimento original é um concurso público internacional controvertido em objeto de litígio, não é um hino à transparência! Assim sendo este Grupo Municipal não poderá acompanhar favoravelmente a Proposta em apreciação, apresentando uma declaração de voto à mesma. Obrigada” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Obrigada Senhora Deputada. Penso que há um pedido de palavra da Câmara, é o Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhora Presidente. -----

---- Eu vou procurar esclarecer a Senhora Deputada do Partido da Terra e desta forma talvez inclusivamente alterar a posição do Partido da Terra em relação a esta Proposta.

---- A Senhora Deputada não está a votar nenhum ajuste direto, a Senhora Deputada está a votar uma Repartição de Encargos e está a votar a Repartição de Encargos do concurso. -----

----- Ou seja, o que nós estamos aqui votar hoje é a alteração de Repartição de Encargos do dito concurso e como ainda não há decisão em Tribunal a Câmara Municipal, como não tem hoje à data a informação de quando é que essa decisão acontecerá, a Câmara Municipal vê-se obrigada a alterar a Repartição de Encargos empurrando para a frente as despesas associadas ao concurso, neste caso em concreto, chegados a novembro de 2017, parece-nos evidente que nós não teremos encargos em 2017, portanto, repartimos os encargos para a frente e procuramos reparti-los de acordo com o que nos parece que venha a ser a despesa assim que houver decisão em Tribunal, e teremos sempre que o fazer, porque não temos alternativa. -----

----- A contestação que aconteceu da parte de um concorrente é da sua legitimidade, e deixe-me só dizer mais uma informação, a única coisa que nós perdemos em Tribunal foi quando há uma providência cautelar em relação a esta matéria, a Câmara Municipal o que faz é que solicita que não exista um efeito suspensivo em relação à possibilidade de prosseguir com a despesa relativamente ao concurso em causa e que o Tribunal nos diz é que não concorda! Ou melhor, o Tribunal mantém a decisão de efeito suspensivo de providência cautelar, colocada pelo concorrente que contesta em Tribunal, é só isso que a Câmara Municipal perdeu em Tribunal.-----

----- Nós estamos a aguardar a decisão em relação, em concreto, à razão ou não de quem colocou uma ação contra, nomeadamente, o concurso e sobre isso, volto-lhe a dizer que não nos compete a nós pronunciarmo-nos, porque acho que os concorrentes estão no direito de colocar essas ações. -----

----- Nós fazemos os ajustes diretos porque temos uma necessidade imperiosa de ter o abastecimento dos veículos, porque se nós não fizermos o ajuste direto nós não temos forma de fornecer os veículos, que necessitam do gás natural. -----

----- E fazemo-lo de acordo com aquilo que é o Parecer jurídico que nós temos sobre a melhor metodologia de fazer o ajuste direto, portanto, para clarificar, está a votar uma Repartição de Encargos, não está a votar um ajuste direto, a Repartição de Encargos acontece, porque é uma decorrência normal deste processo estar em Tribunal. -----

----- Podemos nos pronunciar no debate sobre uma Repartição de Encargos? Sobre o concurso podemos, podemos inclusivamente neste debate em concreto, pronunciarmo-nos sobre o Ajuste direto, podemos, mas não é isso que nós estamos a votar, nós estamos a votar apenas e só alteração de Repartição de Encargos para o futuro, como uma natural decorrência do facto do Tribunal não ter tomado uma decisão. É só sobre isso que os Senhores Deputados Municipais vão votar. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ Muito obrigada Senhor Vice-Presidente. Senhores Deputados, estamos em condições de passar à votação desta Proposta. -----

----- Eu queria chamar a atenção que há aqui um lapso material, no ponto 11, eu pedia a atenção do Senhor Vice-Presidente e dos serviços, no ponto 11, quando se refere a Deliberação 261/CM/2017 que se diz ser da Assembleia Municipal, seguramente, não é essa, é mas sim a 166/AML/2017, a 261/CM foi a deliberação da Câmara, a da Assembleia é a 166/AML/2017, isto tem que ser corrigido a referência à deliberação da Assembleia. -----

----- Nestas condições podemos votar a **Proposta 622/CM/2017**. Votos contra de CDS-PP, MPT e PPM Abstenções do PSD e BE. Votos a favor do PS, PCP, PAN, PEV e 6 IND. **Aprovada por maioria**. -----

----- (Dois Senhores Deputados Independentes estavam ausentes e não participaram na votação) -----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 14 de Novembro de 2017 a sua declaração de voto referente à seguinte proposta: -----*

----- *Proposta 622/2017 – (com a seguinte epígrafe) «Repartição de encargos, bem como a alteração da assunção de compromissos plurianuais, no âmbito do Concurso Público, com a Publicação no Jornal Oficial da União Europeia, para a “Aquisição de Gás Natural Comprimido (GNC) para veículos da frota municipal”».* -----

----- *Proposta essa que mereceu o Voto Contra deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento: -----*

----- 1. A proposta acima enunciada ao não ser uma repartição de encargos comum, como ponto prévio, deveria ser analisada pela 1ª Comissão Permanente - Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos; -----

----- 2. Mas a essência do fundamento do Voto Contra do Partido da Terra, assenta numa contradição insanável, em que questão material substantiva originária, encontra-se consubstanciada num Concurso Público Internacional, mas que sucessiva e ininterruptamente o Município de Lisboa, recorre a Ajustes Diretos, independentemente do litigio judicial, em curso.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Vereador, desculpe lá, eu não percebi que era uma informação mas é melhor transmitir à Mesa e a Mesa dá, não é suposto a Câmara dar informações aqui na Assembleia, peço desculpa. -----

----- Então faz o favor Senhor Vereador, se faz favor de transmitir se ninguém se opuser.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Espero que não, porque é por uma boa causa. -----

----- Decorrerá aqui nos próximos dias 22 e 23, neste mesmo espaço, o Encontro de Quadros do Município de Lisboa, que acontece de 2 em 2 anos e que obviamente todos os Senhores Deputados estão convidados, hão de receber o convite, mas para que as agendas possam ser reservadas. -----

----- Nesse Encontro que decorrerá nestes 2 dias entre as 9h30m e as 17 horas dos mesmos, serão apresentados alguns dos projetos mais emblemáticos deste Município, ficam convidados todos os municípios do país a apresentarem um conjunto de projetos, houve uma seleção e é isso que vem aqui acontecer, os melhores projetos dos Municípios Portugueses vão ser apresentados nesta mesma Sala. Muito obrigado” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Senhores Vereadores, Senhores Deputados informar-vos que haverá na próxima semana, de hoje a uma semana, a 1ª Sessão Ordinária desta Assembleia com um Período Antes da Ordem do Dia, no qual são todos chamados a apresentar os seus documentos a votação, a Informação Escrita do Senhor Presidente só vai ser apresentada em dezembro, porque se chegou à conclusão que se a Câmara tomou posse e outubro, no dia 26 ou 27 não havia tempo material para ter uma Informação Escrita já sobre o que é que se passou, portanto, essa Informação Escrita será dilatada para a Sessão seguinte, mas teremos Sessão Ordinária de hoje a oito dias, será enviada a Ordem de Trabalhos conforme a matéria que tivermos. Muito obrigado. -----

----- E temos Conferência Representados na segunda-feira da parte da tarde. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017.-----
-----A PRESIDENTE -----